



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

**DA CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO À RODA DE VIOLA: CULTURA CAIPIRA
E MULTIFUNCIONALIDADE RURAL EM LIMEIRA, SP.**

ÁTILA RAMIREZ DA SILVA

Araras
(2020)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**DA CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO À RODA DE VIOLA: CULTURA CAIPIRA
E MULTIFUNCIONALIDADE RURAL EM LIMEIRA, SP.**

ÁTILA RAMIREZ DA SILVA

ORIENTADOR: PROF. DR. LUIZ ANTONIO CABELLO NORDER

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de
MESTRE EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras
(2020)

Silva, Átila Ramirez da

Da construção do instrumento à roda de viola: cultura caipira e multifuncionalidade rural em Limeira, SP. / Átila Ramirez da Silva -- 2020. 110f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras
Orientador (a): Luiz Antonio Cabello Norder
Banca Examinadora: Alfio Branderburg, Marcelo Nivert Schlinwein
Bibliografia

1. Assentamento Rural. 2. Desenvolvimento . 3. Comunidades Rurais. I. Silva, Átila Ramirez da. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8
7083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Átila Ramirez da Silva, realizada em 27/05/2020.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder (UFSCar)

Prof. Dr. Alfio Brandenburg (UFPR)

Prof. Dr. Marcelo Nivert Schlindwein (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder, pelo acompanhamento, orientação, ensinamentos, trocas e sugestões.

Aos Professores Dr. Adilson Brandão, Dr. Alfio Branderburg e Dr. Marcelo Nivert Schlinwein, contribuindo com sugestões e recomendações essenciais a qualidade deste trabalho.

À minha companheira Ana Caroline, essencial na realização de todo o trabalho, desde as vivências até a escrita da dissertação. Paciente, lutadora e sempre me apoiando e mostrando o foco.

À minha família por sempre depositar confiança nos passos que tenho dado em especial minha mãe e meu pai, que sempre demonstraram apoio para que tudo isso fosse possível.

Aos amigos e amigas agricultores Gilberto, Marieta, Clarice, Marizete, Antônio (Seu Fogaça) e Luana, fundamentais na construção deste trabalho e no aprendizado da vida.

Aos meus amigos e amigas que participaram do projeto Viola Caipira: contribuindo na construção coletiva de nossa história. Em especial ao Gustavo e Kimura, fundamentais nos registros. Fica aqui minha gratidão por ter vivido esta aventura com vocês.

Ao professor Ivan Vilela, que contribuiu com referências e conselhos, sempre demonstrando muita abertura, vontade e atenção sobre a pesquisa.

Ao mestre violeiro Zeca Collares, que com sua sabedoria popular e acadêmica me orientou com conselhos e incentivos a continuar abraçado à viola caipira. Do qual sou muito grato.

Aos violeiros Domingos de Salvi, Thiago Rossi, Paulo Freire, João Paulo Amaral, Seu Toninho (Cururu - Piracicaba) e Fernando Deghi, cruciais na empreitada que venho realizando com as pesquisas científicas e as práticas de tocar a viola caipira.

Aos Luthier, Eugênio Follmann, Seu Zé da Viola e João Lejambre que contribuíram com as suas sabedorias e formas de manejarem as madeiras. Em especial o João Lejambre que orientou não só tecnicamente, mas de forma humana e cuidadosa a construção das violas durante o projeto apresentado nesta dissertação.

Aos músicos Emanuel Massaro, fundamental no meu aprendizado com a música caipira e Saulo Alves, como amigo e inspiração com suas pesquisas sobre a escolarização da viola caipira.

Agradeço aos meus colegas de turma e a administração da pós-graduação em especial a Cris e a Professora Dr^a Anastácia Fontanetti que muito me ajudaram na orientação dos processos e andamentos da dissertação.

E por fim, aos povos que lutam e defendem a cultura popular e os territórios tradicionais, com sua gente e suas lutas, e que me despertaram para o movimento, a ciência e a prática da viola caipira. Trago em mim um profundo respeito e admiração.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, por financiar esse trabalho.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS.....	1
ÍNDICE DE FIGURAS.....	2
ÍNDICES DE GRÁFICOS.....	4
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 - OS ASPECTOS DO ESPAÇO RURAL HABITADO.....	6
2.1 O ESPAÇO RURAL HABITADO.....	7
2.2 A INFRAESTRUTURA DO RURAL.....	15
2.3 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL.....	21
2.3.1 As interações entre agricultura e território.....	22
2.3.2 A Natureza do rural e o desenvolvimento territorial.....	27
2.3.3 O rural como espaço de interesses e conflitos.....	35
2.4 A MULTIFUNCIONALIDADE DO RURAL.....	40
2.5 O RURAL E SUA DINÂMICA MULTIFUNCIONAL.....	47
3 O RURAL EM FESTA.....	50
3.1 AS FOLIAS DE REIS NO RURAL.....	52
3.2 O DESAFIO DO CURURU.....	53
3.3 A DANÇA DE SÃO GONÇALO.....	56
3.4 A FESTA DE SANTO ANTÔNIO, SÃO JOÃO E SÃO PEDRO.....	60
4 VIOLA CAIPIRA E (RE)ENVOLVIMENTO RURAL: O CASO PRÉ- ASSENTAMENTO ELIZABETH TEIXEIRA EM LIMEIRA (SP).....	65
4.1 MULTIFUNCIONALIDADES DO RURAL HABITADO E A DIMENSÃO CULTURAL.....	68

4.2 A VIOLA CAIPIRA: A CULTURA NO (RE)ENVOLVIMENTO RURAL.....	70
4.3 A INTERAÇÃO COMUNITÁRIA NO BOJO DA VIOLA.....	72
4.4 OS LAÇOS COMUNITÁRIOS NO BRAÇO DA VIOLA.....	74
4.5 OS INTERCÂMBIOS CULTURAIS.....	75
4.6 A RODA DE VIOLA E OS ESPAÇOS EDUCADORES.....	77
4.7 A VIOLA, UM INSTRUMENTO PARA ALÉM DA DISPOSIÇÃO DE MADEIRAS E CORDAS.....	81
4.8 AFLUENTES E EFLUENTES, UM RIO DE VIOLAS.....	83
4.9 O RURAL COMO ESPAÇO DE REENCONTRO COM A NATUREZA.....	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
6 LITERATURAS CITADAS.....	96

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Abastecimento de água por domicílios na área rural e urbana do Brasil..	17
Tabela 2 - Comparação entre os modelos de agricultura.....	26
Tabela 3 - Comparação dos Conflitos no Campo no Brasil (2010 - 2019).....	37
Tabela 4 - Formação Discursiva Modernização Agrícola X Multifuncionalidade.....	46

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 . - Exemplo de bairro rural caipira.....	8
Figura 2 . Exemplo de rancho caipira.....	9
Figura 3 . Monjolo antigo.....	10
Figura 4 . Prática do moer o milho no pilão.....	10
Figura 5 . A unidade produtiva caipira: casa, paiol, plantações e a vara de porcos. .	11
Figura 6 . Quantidade de área (ha) no rural no Brasil.....	13
Figura 7 . Esquema Geral da Multifuncionalidade Territorial e suas dimensões.....	24
Figura 8 . Esquema Analítico da multifuncionalidade agrícola.....	48
Figura 9 . Festa Religiosa – Aspecto de uma Festa no Monte.....	50
Figura 10 . Grupo de folia da região de Campinas-SP.....	53
Figura 11 . O folclorista João Chiarini segurando o microfone para cantadores de cururu.....	56
Figura 12 . Desenho Baseado Na Descrição Do Viajante Gentil De La Barbinais Sobre Uma Festa Em Louvor A São Gonçalo Do Amarante, Em 1717, Em Salvador (Ba).....	58
Figura 13 . Arranjo do Altar da Dança de São Gonçalo - São Simão - SP.....	59
Figura 14 . A Dança de São Gonçalo - São Simão - SP.....	60
Figura 15: São Pedro, Santo Antônio e São João.....	61
Figura 16: Bento Gonçalves: Festa de Santo Antônio 1920.....	62
Figura 17 . Mastro de São Pedro em festa tradicional em sua homenagem.....	64
Figura 18 . Pré-Assentamento Elizabeth Teixeira com aproximadamente 124 hectares.....	66
Figura 19 . Principais elementos que compõem uma viola caipira.....	67
Figura 20 . Foto do primeiro encontro de construção da viola caipira.....	71
Figura 21 . Guia de confecção de viola caipira realizado durante o projeto de extensão.....	72
Figura 22 . Construção do bojo da viola.....	73
Figura 23 . Construção do Braço da viola caipira.....	75
Figura 24 . Ida a orquestra Sinfônica de Limeira-SP.....	76
Figura 25 . Roda de viola no Pré-Assentamento Elizabeth Teixeira - Violeiros.....	81
Figura 26 . Violas Caipiras Finalizadas.....	82

Figura 27 . Roda de Avaliação do Projeto por meio da metodologia Bacias Hidrográfica.....	84
Figura 28 . Aula De viola na Escolinha do Pré-assentamento Elizabeth Teixeira, Alunos do Curso de Viola.....	85
Figura 29 . Desenho da viola com as recomendação para o (Re)envolvimento rural	94

ÍNDICES DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de estabelecimento na área rural no Brasil.....	12
Gráfico 2 - Quantidade de área (ha) no rural no Brasil.....	14
Gráfico 3 - Ocupação por sexo e idade, segundo a agricultura familiar e Pronaf.....	14
Gráfico 4 - Abastecimento de água por domicílio na área urbana e rural do Brasil...	18
Gráfico 5 - Índices Fuzzy de pobreza, por componente no Brasil, 1996, 2006 e 2011	19
Gráfico 6 - Índices Fuzzy de pobreza, por componente no Nordeste, 1996, 2006 e 2011.....	20
Gráfico 7 - Característica das manifestações no Brasil.....	36
Gráfico 8 - Número de ocupações no Brasil de 2010 a 2019.....	38

RESUMO

Este trabalho analisa a dimensão sociocultural dos processos de multifuncionalidade rural e apresenta uma discussão sobre o rural e seus aspectos festivos. Aponta para as múltiplas interações no meio rural e sua dinâmica, que desperta novos usos e possibilidades de espaços rurais para além da agricultura. Ao mesmo que relata o espaço rural habitado, apresenta uma discussão sobre a infraestrutura nos territórios rurais. Aborda as festas culturais das comunidades rurais como papel importante na formação cultural local, mais precisamente as festas de folias de reis, a do Cururu, a de São Gonçalo, São João, Santo Antônio e São Pedro. Apresenta um estudo de caso viola caipira e (re)envolvimento rural no pré-assentamento Elizabeth Teixeira em Limeira (SP); realizado entre outubro de 2017 a outubro de 2018. O projeto realizou seis oficinas sobre construção da viola caipira e por meio da roda de viola promoveu encontros para a criação de um diálogo sobre espaços educadores culturais, sob a perspectiva da Cultura Caipira. Neste trabalho, as metodologias utilizadas envolveram pesquisas bibliográficas, censos e pesquisa em acervos fotográficos e documentais relacionados à reflexão sobre desenvolvimento rural, manifestações religiosas e festas. O trabalho favoreceu a criação de indicadores de (re)envolvimento rural e permitiu compreender que o que integra o indivíduo ao território é a forma de como está relacionada aos aspectos da natureza, da cultura, da linguagem, do local e suas práxis.

Palavras-chave: Assentamento Rural; Desenvolvimento; Comunidades Rurais;

ABSTRACT

This work analyzes the socio-cultural dimension of rural multifunctionality processes and presents a discussion about the rural and its festive aspects. It points to the multiple interactions in the rural environment and its dynamics, which awakens new uses and possibilities of rural spaces beyond agriculture. While reporting the inhabited rural space, it presents a discussion on infrastructure in rural territories. It addresses the cultural festivities of rural communities as an important role in the local cultural formation, more precisely the festivities of folias de reis, Cururu, São Gonçalo, São João, Santo Antônio and São Pedro. It presents a case study of viola caipira and rural (re) involvement in the pre-settlement Elizabeth Teixeira in Limeira (SP); held between October 2017 and October 2018. The project held six workshops on the construction of the viola caipira and, through the viola circle, promoted meetings to create a dialogue on cultural educator spaces, from the perspective of Cultura Caipira. In this work, the methodologies used involved bibliographic research, censuses and research in photographic and documentary collections related to the reflection on rural development, religious events and parties. The work favored the creation of indicators of rural (re) involvement and allowed us to understand that what integrates the individual with the territory is the way in which it is related to aspects of nature, culture, language, location and its praxis.

Keywords: Rural settlement; Development; Rural Communities;

1 INTRODUÇÃO

O estudo teve origem a partir de uma indagação sobre quais são os impactos das manifestações culturais na multifuncionalidade do rural. Portanto o objetivo do trabalho foi fomentar novas reflexões que apontem para compreender o rural brasileiro e suas novas funções sociais, ambientais e culturais. O trabalho buscou utilizar metodologias que envolveram pesquisas bibliográficas constituídas de artigos, publicações científicas, censos e acervos fotográficos. Estes relacionados à reflexão sobre desenvolvimento rural, meio ambiente e cultura. Os artigos permitiram fomentar discussões acerca das relações sobre os aspectos da nova ruralidade e seus desafios. Estes ligados a ocupação do rural, a degradação dos recursos naturais e as práticas das diversas funções atreladas a setores que correspondem às atividades agrícolas e não agrícolas.

A procura pelo espaço rural como um espaço não só agrícola e as ofertas de infraestruturas que ele apresenta garante a habitação desse território. A infraestrutura passa a ter papéis fundamentais na formação de comunidades rurais, pela qual passam por questões paisagísticas, culturais, educacionais, de saúde, de acesso à água, transporte, comunicação e pelas tradições e manifestações culturais ali existentes. A discussão sobre o espaço rural no Brasil perpassa por debates das desigualdades sociais e regionais, sobre aspectos econômicos e produtivos e pelas suas sustentabilidades. As variedades de temas existentes sobre o rural inserem sobre sua pesquisa uma complexidade em interpretá-lo e interrelacioná-lo com os diversos temas que o influenciam, um deles é a manifestação cultural.

A ocupação intensiva do território para o uso agrícola inicia-se com a vinda dos portugueses. Junto a ela a necessidade de mão de obra realizada pela escravização dos povos indígenas e africanos, o que gerou uma miscigenação das populações presentes e o surgimento de diversas culturas, algumas conhecidas como caíçara no litoral e caipira no interior, esta última mais abordada no trabalho. As comunidades formadas pela miscigenação inferiram sobre o Brasil a existência de diversos rurais, isto é, ruralidades em fases de desenvolvimentos diferentes. Uma infinidade de ecossistemas agrupados em grandes biomas como a Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga e a Floresta Amazônica contendo uma população que continua se misturando. A existência de grande diversidade de culturas e ecossistêmica no

rural veio ao encontro da motivação da pesquisa realizada neste trabalho, que busca compreender o papel da cultura na multifuncionalidade do rural brasileiro. Tendo isto em vista, esta pesquisa descreve o projeto de extensão comunitária (PEC) *Viola Caipira: contribuindo na construção coletiva de nossa história*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), realizado no Pré-assentamento Elizabeth Teixeira (ET), localizado na zona rural, do município de Limeira (SP) como uma prática multifuncional do rural pelo aspecto da cultura. O projeto previu a realização de seis oficinas sobre construção da viola caipira e sete encontros para a criação de um diálogo sobre espaços educadores culturais sob perspectiva da Cultura Caipira.

Para o trabalho foi notado que a bibliografia tem colocado sobre esse tema que o rural é um território de base adaptável e com disputa de poderes sobre ele, como afirma Rodríguez (2005, p. 46). Portanto, está sempre exposto a conflitos e relações de força que resultam em sua expansão ou deslocamento. Já para Wilkinson (2008, p. 172), o rural é uma combinação de natureza e cultura, podendo gerar produtos e serviços atrelados a estes aspectos. Já quando se trata das manifestações culturais, as festas das comunidades rurais para Paes (2009) surgem como meios de consumo turístico dos territórios e passam a ocupar um uso monetário e de promoção do desenvolvimento rural. Há contraposições no entendimento das bibliografias quando se discutem os aspectos culturais como forma de geração de renda, pois Oliveira (2005) critica a mercantilização das manifestações culturais, relatando que pode deturpar os seus motivos e dinâmicas, o que causa um impacto social da turistificação.

Porém, há certo consenso de que, sobretudo que para as pessoas das comunidades rurais, a festa interrompe o cotidiano e cria outro ambiente em que se mudam as funções e posições no espaço. Para Duvignaud (1991), as festas criam para a comunidade uma novidade e oferecem oportunidades de mudanças para formas de organizações sem ordens específicas e autogestionadas. As festas também contribuem para delimitar territórios ou regiões, construindo sobre ele uma identidade cultural.

Uma das questões problematizadoras que a ocupação do rural apresenta é que sua procura na maioria das vezes volta-se para a utilização agrícola e quando se discute a multifuncionalidade há o predomínio de uma perspectiva de melhoria do rural, para a integração das atividades agrícolas numa estratégia de aumentar os

recursos locais, mas as discussões trazidas neste trabalho pretendem ampliar a ideia da multifuncionalidade para além das práticas agrícolas.

Para a construção dos capítulos foram utilizados o método da coleta de dados primários da qual a metodologia de pesquisa quantitativa e qualitativa contribuíram para sistematizar os dados em gráficos e tabelas. Foram usados os bancos de dados do IBGE, Censo agrário de 2006 e 2017, o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

Inicialmente, o estudo não previa uma investigação por fotos de acervos fotográficos. No entanto, o contato com os temas da pesquisa e dos registros realizado sobre o rural brasileiro, demonstrou o quão colaborador seria incluir um estudo acerca das fotografias do rural. Devido a este contexto, nosso interesse se ateve ao acesso às imagens de acervos do Ernani Silva Bruno – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), do Acervo João Chiarini. CCMW/IEP e do Acervo(livro) Folias de Reis Samba do Povo. Não obstante, também foi consultado o banco de dados fotográfico do CaipiraLab, um núcleo de articulação, mídia e pesquisa que busca a troca de conhecimento, tendo como princípio a atuação em rede. Todo processo de digitalização aqui referido se enquadraria numa eventual categoria dos processos de digitalização orientada ao registro e à preservação.

Para o estudo de caso foi utilizado o método da observação participante que, de acordo com Rosana Guber, consiste nas principais atividades: observação sistemática e controlada de tudo o que acontece em torno do pesquisador e participação em diversas atividades públicas (GUBER, 2001, p.55). Para Restrepo (2016), a observação sugere distância e participação envolvimento. A observação pode ser interpretada como algo que pode chegar a intimidar a população observada, enquanto a participação, isoladamente, impossibilita o registro, a sistematização daquilo que sucede, além de poder ser considerada invasiva. A observação participante possibilitou à aproximação com todos os atores envolvidos no projeto. A metodologia favoreceu a inserção direta no ambiente estudado, como também o estreitamento das relações de confiança e a capacidade de registro. De maneira geral, pode-se afirmar que a observação participante apela à experiência direta do pesquisador para a geração de informações do trabalho de campo (RESTREPO, 2016, p. 39).

Duas categorias foram desenvolvidas como instrumentos para a coleta de dados: uma destinada aos indivíduos, outra destinado ao território. Para a elaboração das categorias foram construídas a partir da pesquisa que o projeto busca realizar entre território e seus habitantes, paulatinamente aprimoradas em função de estudos e sugestões de pesquisadores sobre o assunto, referidos mais adiante nos resultados e discussões, que deram preciosa contribuição para a elaboração dos indicadores. A versão que foi implementada levou aproximadamente quatro meses até ser elaborada, sempre aperfeiçoada com ajustes, inserção, modificações, o que facilitou assim a posterior análise dos dados.

Neste primeiro capítulo será apresentados os aspectos do espaço rural habitado, o debate sobre desenvolvimento rural, as interações entre agricultura e território, e a relação da agricultura com múltiplas interações; também trata o surgimento e evolução da abordagem da multifuncionalidade no meio rural, o que desperta novos usos e possibilidades de espaços rurais para além da agricultura. Também apresenta o aspecto da natureza no meio rural brasileiro e analisa a natureza como matriz do desenvolvimento rural e agrícola onde aborda o impacto dos recursos naturais no processo de desenvolvimento e a sua importância no surgimento do atual rural; volta-se sobre a agrobiodiversidade do rural e o seus agroecossistemas e indica a importância da natureza na forma produtiva e na influência cultural da formação da população rural. Ainda neste primeiro capítulo discute aspectos do espaço rural habitado e sua infraestrutura, em que apresenta uma breve discussão sobre o rural habitado e sua formação.

O segundo capítulo o Rural em festa retrata as festas culturais das comunidades rurais, mais precisamente as festas de folias de reis, a do cururu e a de São Gonçalo, a de São Pedro, São João e Santo Antônio. Neste mesmo capítulo procurou discutir o papel das festas rurais no desenvolvimento rural e sua relação com a formação cultural e de organização social que insere sobre o território. O último capítulo viola caipira e (re)envolvimento rural: o caso pré-assentamento Elizabeth Teixeira em Limeira (SP) aborda o conceito de multifuncionalidade nos territórios rurais, conciliando a ideia de (re)envolvimento e apresenta o estudo de caso realizado durante a execução do projeto de extensão comunitária. O projeto previa a realização de seis oficinas sobre construção da viola caipira e sete encontros para a criação de um diálogo sobre espaços educadores culturais sob perspectiva da Cultura Caipira. Estas atividades ocorreram entre outubro de 2017 a

outubro de 2018. E, por fim, são apresentados os resultados do processo da construção das violas em forma de categorias que contribuem para o processo de (re)envolvimento rural.

2 - OS ASPECTOS DO ESPAÇO RURAL HABITADO

Há uma crescente procura pelo espaço rural como área de moradia, de lazer e de manifestações culturais, o que o torna um espaço não só agrícola. A oferta de infraestruturas no rural garante a habitação desses territórios e a correlação com a infraestrutura do rural demonstram uma dependência mútua que irá direcionar o processo de desenvolvimento rural do lugar. A infraestrutura passa a ter um papel fundamental na formação de sociedades tanto rural como urbanas. Já o rural como espaço habitado não se resume somente às questões de moradia, mas que passam pela cultura, educação, saúde, acesso à água, transporte e comunicações, o que o torna um lugar de crescimento e que é construído pelas tradições e manifestações culturais.

As infraestruturas dos territórios estão atreladas aos índices de pobreza, já que ao se reduzir as políticas de infraestruturas há um aumento do índice de pobreza. No que se refere às necessidades básicas, a realidade nas áreas rurais do Brasil ainda se encontra em condições de valores aceitáveis, pois certos territórios não privam diretamente a capacidade do agricultor de utilizar recursos que o local oferece. O rural apresenta uma diversidade territorial e sua característica formada pelas práticas religiosas, festas tradicionais, ações socioculturais e ideológicas da população ali residente. Essa característica é condicionada por determinantes como o espaço físico e as necessidades socioambientais e culturais da população. Portanto, é nesse aspecto que se afirma a identidade Étnica e cultural da comunidade.

Segundo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)¹, as infraestruturas são fundamentais nas sociedades tanto rurais como urbanas, já que sua ausência dificulta o avanço dos objetivos criados por ela. No Brasil, os Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios (Proinf), que é uma ação orçamentária do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), buscam financiar projetos que estejam incluídos nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Para Derruau (1970), a habitação do rural está correlacionada a um espaço composto por casas e suas dependências. Já Pierre

¹ Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) foram os oito objetivos internacionais de desenvolvimento para o ano de 2015 que foram estabelecidos após a Cúpula do Milénio das em 2000.

George (apud ALMEIDA, 1995) afirma que a habitação é o modo como está distribuído os lugares, o que coloca um conceito do lugar inseparável do aspecto humano.

Para a construção deste capítulo foi utilizado o método da coleta de dados primários da qual a metodologia de pesquisa quantitativa e qualitativa contribuíram para sistematizar os dados em gráficos e tabelas. Foram usados os bancos de dados do IBGE, Censo agrário de 2006 e 2017, o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Para este artigo, será apresentada uma discussão sobre a infraestrutura nos territórios rurais, conciliado a ideia de habitação no rural. Também, será apresentada uma breve discussão sobre o rural habitado e sua formação.

2.1 O ESPAÇO RURAL HABITADO

O estudo do espaço habitado no rural tenta compreender a organização e suas consequências decorrentes da concentração e dispersão dos habitantes que ali moram ou frequentam o território. Para Almeida (1995) afirma que é o modo de como é distribuído os lugares habitados de uma determinada região, e coloca um conceito do lugar inseparável do seu conteúdo humano, passando a ser a forma de distribuição da população na área rural.

O rural como espaço habitado é diverso. Isto, o coloca como um processo de crescimento e como um território que se constrói pela herança das antigas tradições baseadas nas estruturas coletivas. Desde construções em formato de mutirão, como as atividades religiosas, festas, músicas, responsáveis pela união da comunidade e para o estabelecimento do equilíbrio indenitário (CANDIDO, 1999). A formação das comunidades rurais torna não só um lugar de abrigo e sim um lugar de funções sociais e ambientais que permitem às pessoas daquele local terem qualidade de vida. A Figura 1 abaixo retirada do Acervo Ernani Silva Bruno apresenta uma imagem das formações dos bairros rurais.

Figura 1 . - Exemplo de bairro rural caipira



Fonte: Acervo Ernani Silva Bruno – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) (s/d).

O rural habitado parte de pontos de convergências de bandeirantes, tropeiros que em grande número se deslocavam por estes locais em busca de ouro do Estado Minas Gerais. Estes pontos (Figura 2) eram conhecidos como ranchos caipiras e funcionavam como local de repouso e alimentação e, em sua maioria, se localizava nas beiras de rios com água potável.

Figura 2 . Exemplo de rancho caipira



Fonte: Acervo Ernani Silva Bruno – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) (s/d).

Desses pontos iniciava se a construções de vilas e passa a desenvolver técnicas de adaptações com o meio, como a utilização de monjolos (Figura 3) e pilão (Figura 4), ambos os resultados da miscigenação das culturas indígenas, africanas e portuguesas presentes nestes pontos.

[...] o monjolo e o pilão ou na própria roça de milho que simbolizava não só o tempo, mas as questões de identidade entre homem e meio - vide o nome bandeira designar no dialeto caipira algo por “monte de espigas de milho na roça”. Soma-se a isso o costume em se deixar uma das hastes desta planta de pé, imitando um mastro de bandeira para sinalizar aos demais que aquela área havia uma possibilidade de pouso e de alimentação após estafantes jornadas (CORDOVA, 2018).

Figura 3 . Monjolo antigo



Fonte: Acervo Ernani Silva Bruno – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) (s/d).

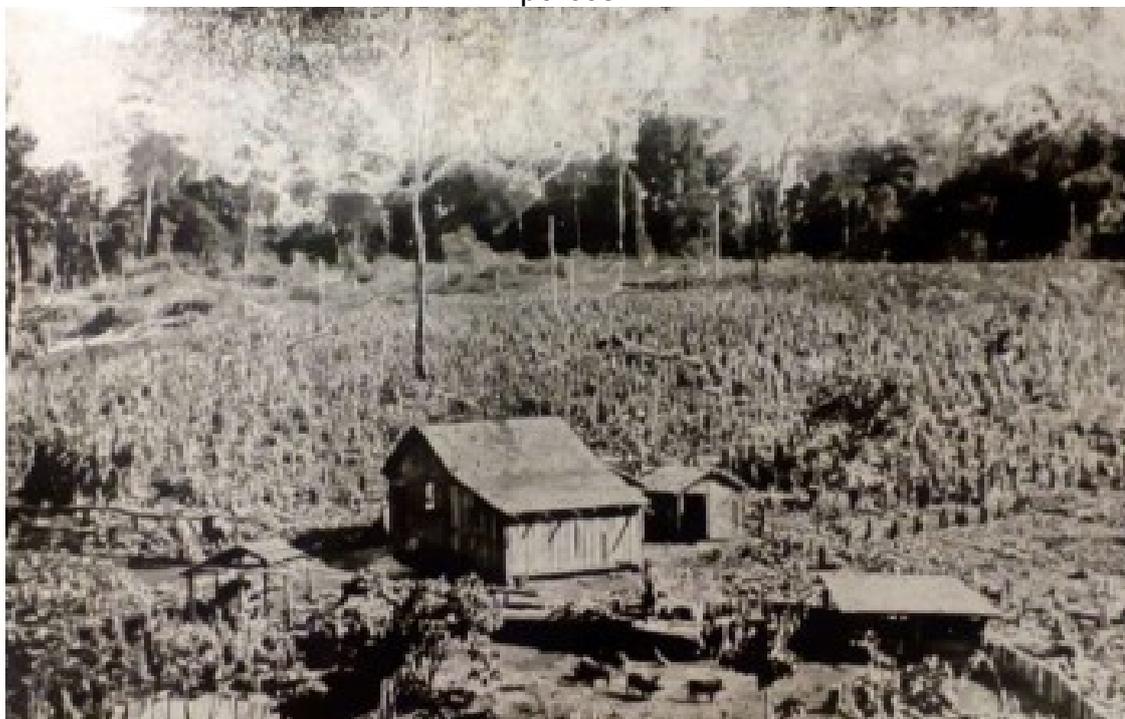
Figura 4 . Prática do moer o milho no pilão



Fonte: Acervo Ernani Silva Bruno – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) (s/d).

Cândido (1964) analisa a importância destes ranchos e dos bairros rurais na contribuição do surgimento das cidades brasileiras. Os ranchos posteriormente também seriam agregados como instância de moradias e lazer das grandes forças produtivas das usinas denominadas “colônias”, pois eram frequentadas por habitantes imigrantes que foram trabalhar nas lavouras de café e açúcar (GHIRARDELLO, 2010). Os bairros rurais caracterizam-se pelo início da existência de casas, ranchos, plantações (Figura 5) e que, posteriormente, foram ganhando mais proporções de caráter permanente, onde se compunham capelas, vendas, núcleos de casas, podendo se tornar futuramente um distrito.

Figura 5 . A unidade produtiva caipira: casa, paiol, plantações e a vara de porcos



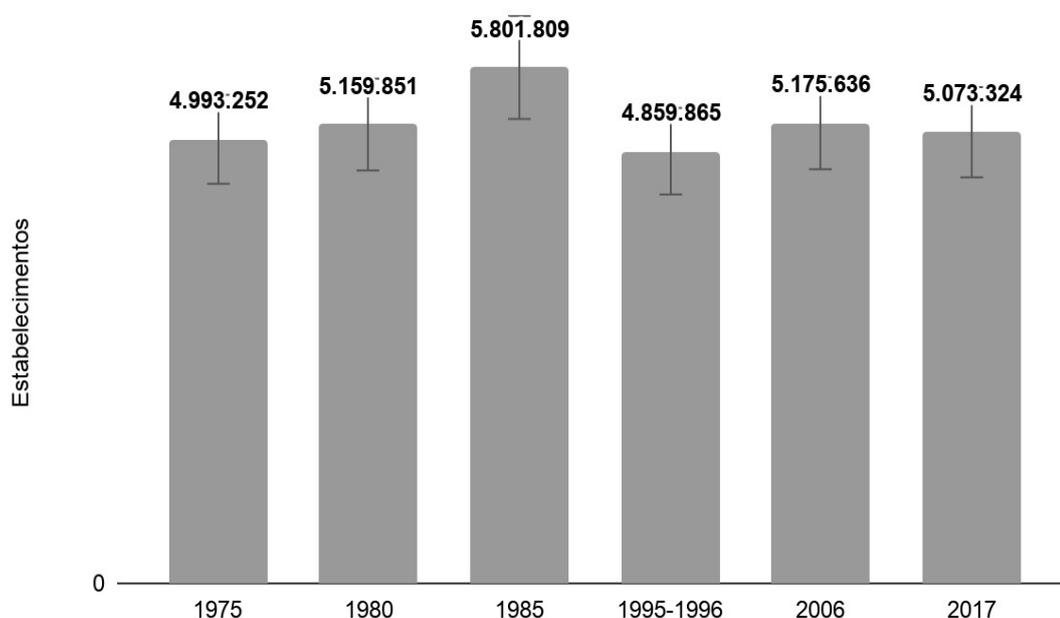
Fonte: Acervo Ernani Silva Bruno – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) (s/d).

A habitação rural teve uma importância no processo de formação das cidades brasileiras e que, segundo RIBEIRO (1995), poucos levaram em consideração as diversas nações brasileiras existentes neste rural; além disso, perderam uma possibilidade rica de compreensão da ocupação e constituição dos territórios. Além das diversas nações não consideradas, também não foi concedida importância às diversidades dos recursos naturais que compunham o rural brasileiro, como os rios e as florestas, tampouco os aspectos culturais.

Atualmente, o rural no Brasil é apresentado conforme os dados dos censos agrários de 2006 e o de 2007 do IBGE um cenário de poucas mudanças quando se

referem à habitação. Atualmente, a região rural possui 5 milhões de estabelecimentos que são considerados como proprietários de terras, concessionário ou assentados, arrendatários, parceiros e ocupantes. No Gráfico 1 abaixo se encontram os dados dos estabelecimentos no rural desde o censo de 1975 a 2017.

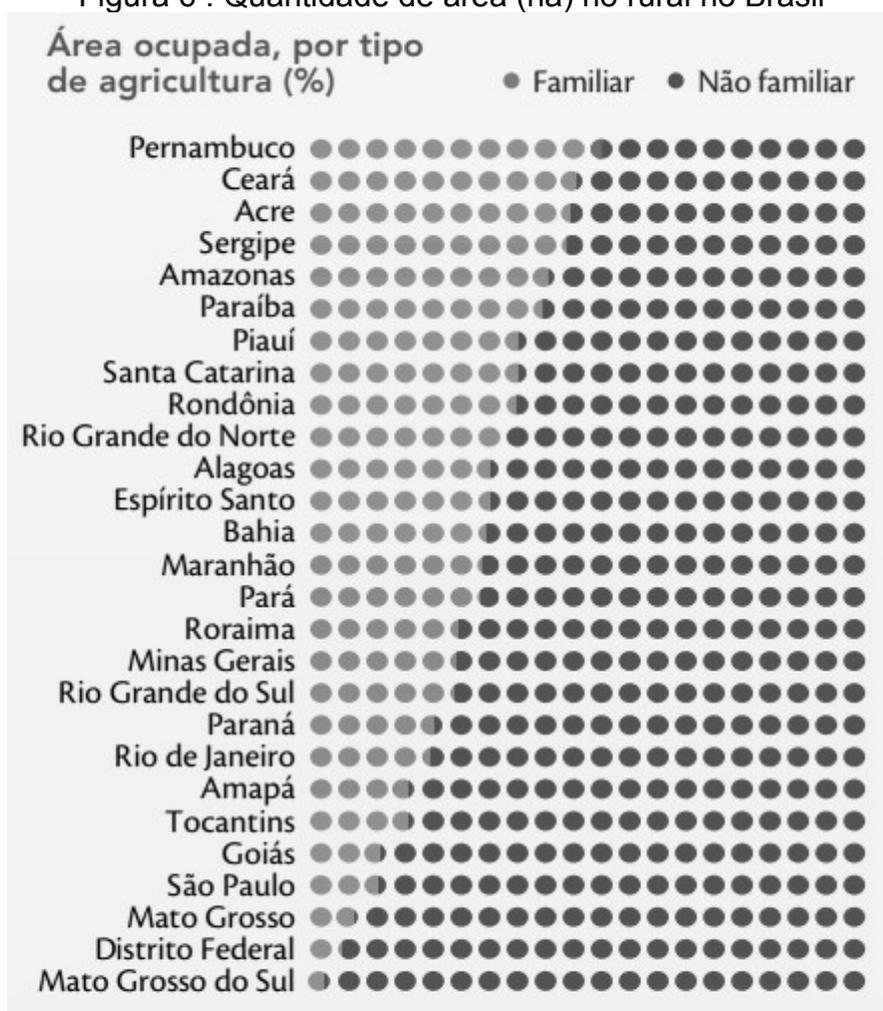
Gráfico 1 - Número de estabelecimento na área rural no Brasil
Nº de estabelecimentos na Área Rural



Fonte: IBGE (1996, 2006, 2017). Elaborado pelo autor.

É notado que desde o início do processo de industrialização de grande porte no Brasil, com a chegada de grandes montadoras de veículos, o número de empreendimentos no rural se manteve, havendo um crescimento moderado entre os anos 1995-1996. É notado também que entre 2006 e 2017 caiu em praticamente 100.000 o número de empreendimentos no rural, já que o cultivo de monocultura tem aumentado no país, Bombardi (2012) afirma que a soja ocupava em 2012 cerca de 24 milhões de hectares e que sua área plantada aumentou 100% nos anos de 1990 a 2010 e no mesmo período a Cana de Açúcar com 10 milhões de hectares dobrou sua área plantada. Este processo contribui para a saída de moradores do rural e a diminuição da agricultura familiar. O que configurou uma má distribuição da agricultura familiar pelo Brasil, como mostra a Figura 6 abaixo.

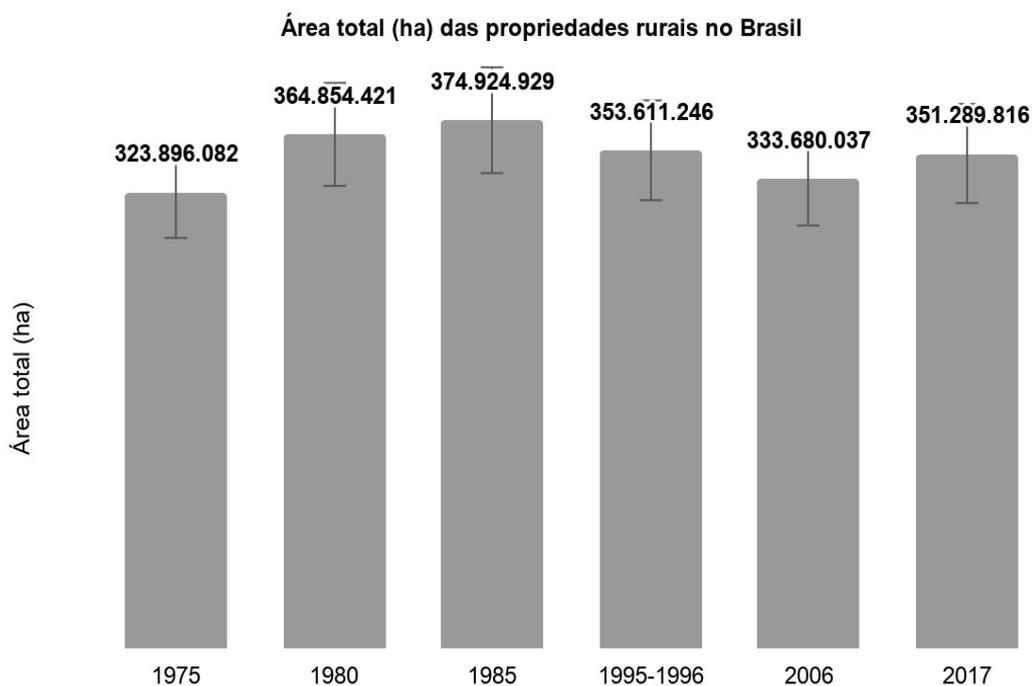
Figura 6 . Quantidade de área (ha) no rural no Brasil



Fonte: IBGE (1996, 2006, 2017)

É percebido que a existência de agricultura familiar é menor no Mato Grosso do Sul, onde está localizada grande parte da monocultura de soja do Brasil. No Gráfico 2 abaixo apresenta a quantidade de área (ha) do rural brasileiro. Nele não houveram grandes alterações quando comparamos o ano de 1975 marcado pelas políticas industriais e 2017 pelas políticas do agronegócio.

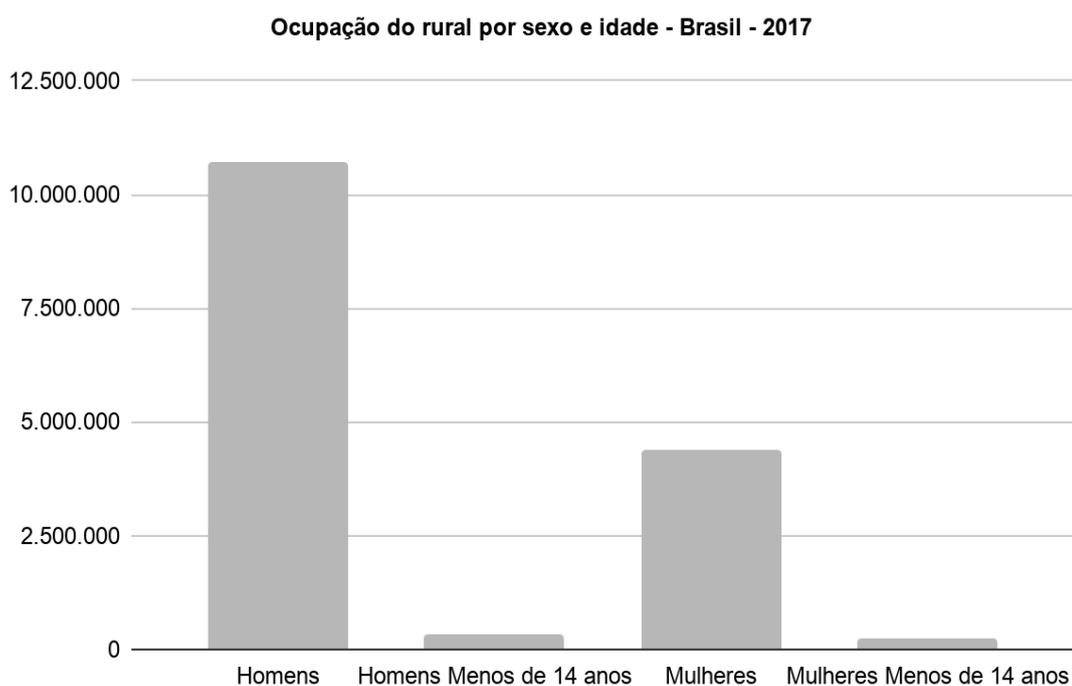
Gráfico 2 - Quantidade de área (ha) no rural no Brasil



Fonte: IBGE (1996, 2006, 2017). Elaborado pelo autor.

O censo 2017 apresenta dados que mostram que rural é ocupado em sua maior parte por homens, sendo a população de homem estipulada em 11 milhões e das mulheres em 4 milhões (IBGE, 2017) como aponta o Gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3 - Ocupação por sexo e idade, segundo a agricultura familiar e Pronaf



Fonte: IBGE (1996, 2006, 2017). Elaborado pelo autor.

A melhora das condições de habitação no rural tem um impacto positivo nas dinâmicas do desenvolvimento rural. As políticas públicas que favorecem a permanência da população no campo são vistas pelos agricultores como uma ferramenta importante que se agrega como mais um componente para o desenvolvimento rural. O rural habitado traz uma diversidade quanto a suas ocupações territoriais e sua característica serão criadas pelas práticas religiosas, festas tradicionais, ações socioculturais e ideológicas da população ali residente. Essa característica será condicionada por determinantes como o espaço físico e as necessidades socioambientais e culturais da população. Portanto, é nesse aspecto que se afirma a identidade étnica e cultural da comunidade (BARRETO, 2006).

O rural habitado permite a confluência de aspectos culturais tanto do próprio rural como de aspectos do urbano em que a fronteira de ambos desaparece e o campo e cidade criam contornos de uma nova ruralidade. Um dos contornos acaba sendo os perfis das casas, em que se encontram construídos com outros materiais de acabamentos, pisos cerâmicos, janelas de vidro e alumínio ao invés de madeira. Para finalmente tornar o rural habitado é hoje um desafio para o desenvolvimento rural, já que hoje boa parte do rural se encontra atrelado a processos de agricultura monocultural que gera impactos ambientais e sociais. Portanto, o rural habitado é uma forma de assegurar as condições ambientais e socioculturais do território.

2.2 A INFRAESTRUTURA DO RURAL

Atualmente os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) discute a questão de infraestrutura como um papel importante na sociedade tanto rural como urbana. Os territórios que possuem infraestruturas mínimas contribuem para que os objetivos criados pela própria ODM possam ser alcançados. O problema da falta de infraestrutura gera algumas vertentes como o aumento da miséria, pois dificultam a acessibilidade a recursos como água, alimento, saúde, educação e participação em políticas públicas. No rural, o acesso às estruturas está condicionado à existência de estradas em boas condições, que favorecem a qualidade de vida dos agricultores,

por facilitar o deslocamento da população rural, o que permite maior acessibilidade. As estradas no meio rural promovem a dinâmica das produções agrícolas, pois por elas chegam e saem à produção. Também, para além da logística de produção, existe o deslocamento de pessoas, tanto para um turismo rural quanto para o estabelecimento de um movimento pendular de pessoas que moram na área urbana e trabalham nas áreas rurais. Essa logística permite ao rural uma melhoria de suas condições, pois do aspecto agrícola há um aumento de rendimento e melhoria dos custos, já que tem possibilidade de melhor escoar a produção.

Quando questionados quanto o frete representa nos custos da produção, os produtores responderam que, em média, os gastos com o frete representam 4,3% dos custos da produção dos produtores participantes desta pesquisa, representando um impacto direto na rentabilidade final destes produtores (NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2015).

Na área rural, as estradas contribuem para a instalação de novos estabelecimentos agrícolas. Com a melhoria das estradas rurais tem aumentado o processo de desenvolvimento rural, já que nela aumentam a criação de postos de trabalho e de comércio. Porém o Centro de Treinamento Avançado em Desenvolvimento Rural (SLE) relata que mesmo com a melhoria da qualidade das estradas do rural ainda não foi possível diminuir a pobreza no território rural.

O impacto da reabilitação de estradas reflete-se, sobretudo na melhoria do acesso e numa maior disponibilidade dos produtos de consumo diário. Contudo, não foi possível observar um impacto na redução da pobreza através da redução de preços dos produtos básicos. O sistema de transporte deficiente e a subida constante de preços fazem com que os custos de transporte de mercadoria continuem altos, mesmo depois da reabilitação das estradas. Deste modo, os preços de produtos básicos para o consumidor mantêm-se altos e os lucros dos comerciantes continuam baixos (SLE, 2006).

Todavia, as estradas não são infraestruturas isoladas, mas antes dela apresentam infraestruturas de caráter básico como energia, acesso à água, saneamento e rede telefônica. Segundo o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), o abastecimento de água no rural não apresenta aspectos favoráveis à

habitação, pois ainda há uma desigualdade no acesso de qualidade (IBGE 2009). A Tabela 1 abaixo apresenta um panorama do abastecimento de água nos domicílios brasileiros.

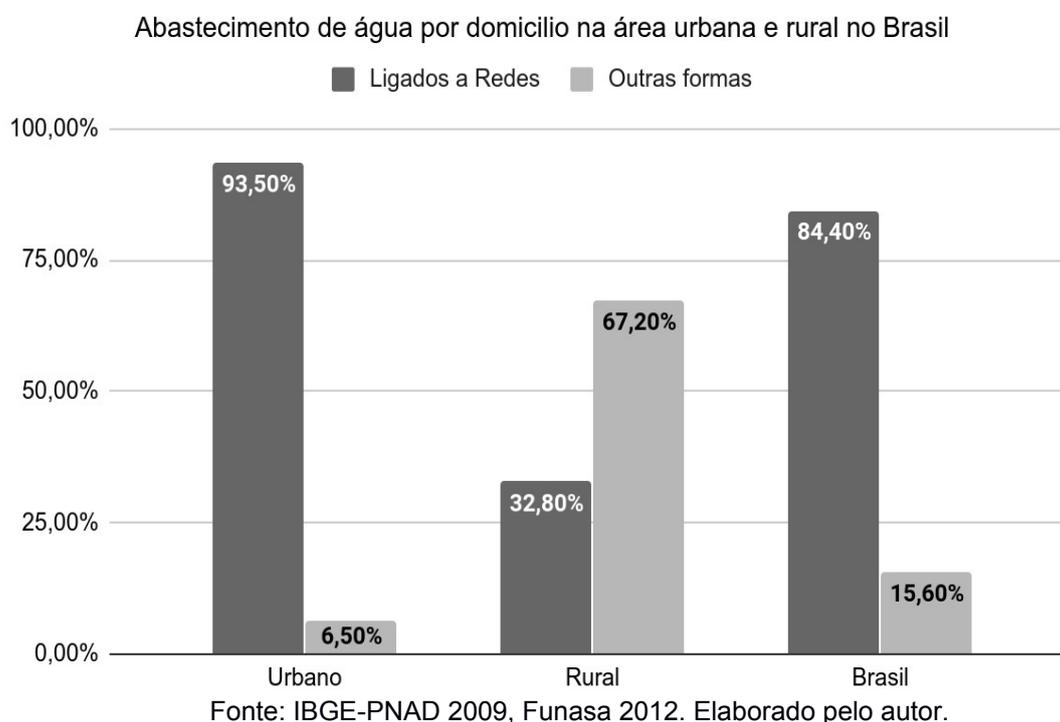
Tabela 1 - Abastecimento de água por domicílios na área rural e urbana do Brasil

Área	Nº Total de Domicílios	Domicílios ligados à rede			Outras formas (poços, nascentes, etc...)		
		Com canalização interna (%)	Sem canalização interna (%)	Total (%)	Com canalização interna (%)	Sem canalização interna (%)	Total (%)
Urbana	49.897.000	92,6	0,9	93,5	4,9	1,6	6,5
Rural	8.750.000	28,9	3,8	32,8	39,8	27,4	67,2
Total	58.577.000	83,1	1,4	84,4	10,1	5,5	15,6

Fonte IBGE - PNAD, 2009, Funasa, 2012.

A tabela mostra que para os domicílios ligados à rede, o rural é que apresenta o menor número, que impõem a ele a criação de outros métodos de abastecimento, como a instalação de cisternas. Outro dado importante que a tabela nos mostra é que o rural apresenta 27,4% de redes sem canalização interna, o que pode acarretar sobre o lugar um problema de saneamento. O Gráfico 4 abaixo apresenta uma comparação entre os domicílios urbanos e rurais no que se refere ao abastecimento de água por meio das redes de distribuição ou utilização de alternativas (poços, nascentes, etc.).

Gráfico 4 - Abastecimento de água por domicílio na área urbana e rural do Brasil



O gráfico apresenta que 67,2% dos domicílios rurais apresentam outras formas de conexão com as redes de distribuição de água. O que indica também uma grande dificuldade das redes ocuparem o espaço rural devido a sua grande extensão, inviabilizando o abastecimento. Por outro lado, o rural demonstra uma versatilidade de criar alternativa a rede de abastecimento hídrico, construção de sistemas de captação de água de chuva, de armazenamentos por cacimbas, açudes e represas.

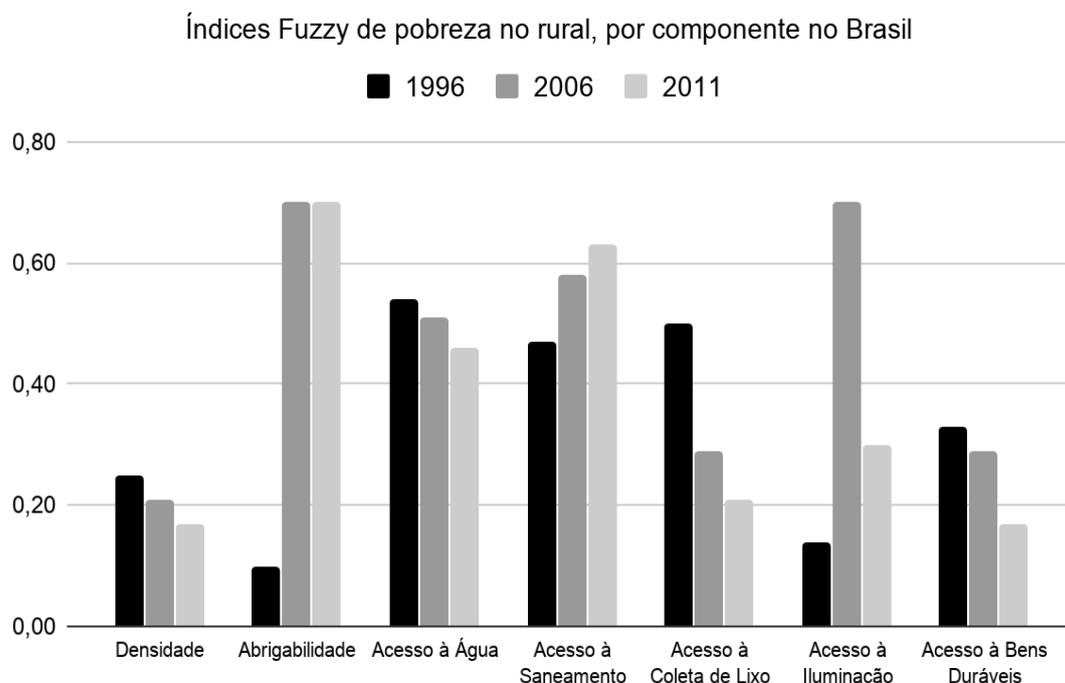
A inexistência das redes de distribuição de água, nas áreas rurais brasileiras, pode ser justificada pela concentração de grandes propriedades, dispersão dos domicílios e facilidade da captação das águas subterrâneas, bem como pela ausência ou insuficiência de sistemas públicos de abastecimento (FUNASA, 2012).

O Brasil apresenta uma diversidade de regiões que também é respaldada ao acesso de infraestrutura no rural. Cada região apresenta características específicas quanto às questões ambientais, sociais e culturais, o que dificulta a chegada de algumas infraestruturas, e contribui para transformar o território do rural em um

território desigual. Com o objetivo de reduzir a pobreza nos territórios rurais, os governos começam a ampliar a discussão sobre as políticas públicas que possam favorecer a infraestrutura dos territórios, como a criação do Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios (Proinf), que é uma ação orçamentária do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) que busca financiar projetos incluídos nos seus Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

As políticas públicas que favorecem a infraestrutura do rural procuram aumentar indicadores de desenvolvimento encontrado no Brasil, buscando reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida no rural. Porém, o programa de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) se refere ao Censo Demográfico por meio do índice fuzzy², que assume o valor entre 0 e 1, sendo mais pobres as zonas com valores mais próximos a 1. Os dados evidenciam que os componentes que contribuem para a erradicação da pobreza apresentam variações ou aumento do índice, como o acesso ao saneamento como apresenta no Gráfico 5 abaixo.

Gráfico 5 - Índices Fuzzy de pobreza, por componente no Brasil, 1996, 2006 e 2011



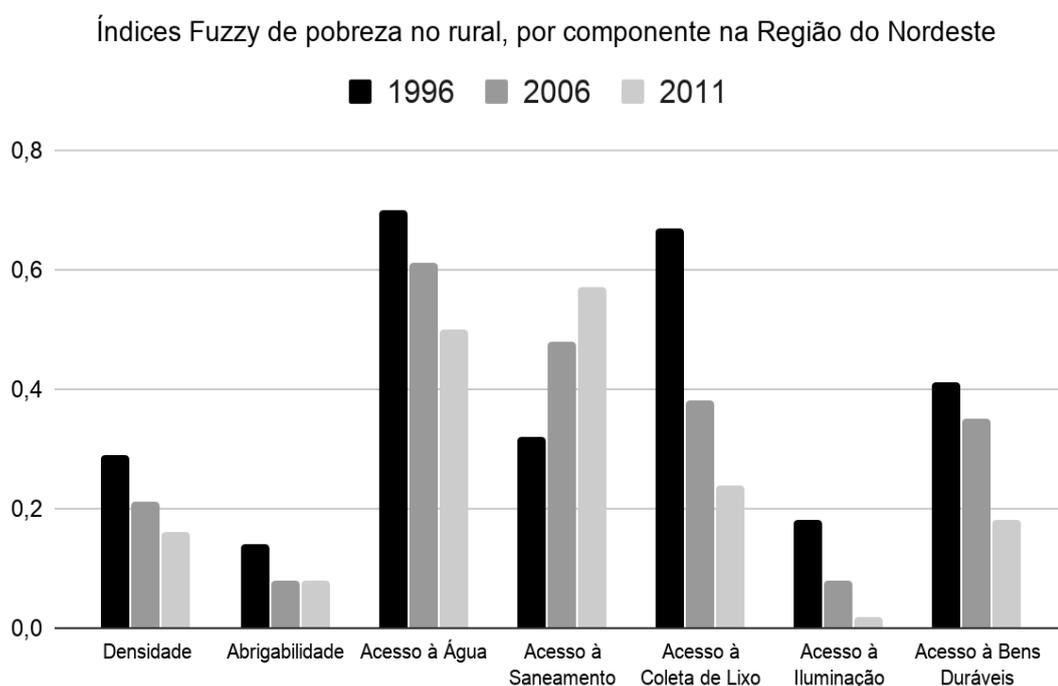
Fonte: PNAD (1996, 2006, 2011). Elaborado pelo autor.

² A matemática fuzzy é utilizada para avaliar os parâmetros entre esses índices, traduzindo em termos matemáticos a informação imprecisa, expressa por um conjunto de regras linguísticas, onde a fuzzificação nos remete a variáveis calculadas em valores numéricos, para variáveis calculadas em valores linguísticos.

O Nordeste Brasileiro é a região que apresenta uma economia de base familiar enfraquecida, consequência de pouca existência de infraestrutura no território. A realidade do lugar leva o poder público e até pesquisadores a analisar de forma mais complexa o seu território, o que leva a desenvolverem tecnologias inovadoras para que possam sanar problemas que preocupam todos os setores do estado.

A partir do Gráfico 6 abaixo pode-se notar que houve na região Nordeste uma redução no componente abrigabilidade quando comparado ao índice médio do Brasil, visto que entre os anos 1996 e 2011 há um aumento das políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e de sistemas de crédito rural que contribuíram na permanência da população no campo.

Gráfico 6 - Índices Fuzzy de pobreza, por componente no Nordeste, 1996, 2006 e 2011



Fonte: PNAD (1996, 2006, 2011). Elaborado pelo autor

Os gráficos mostram que praticamente todos os índices de pobreza apresentaram uma melhora nos anos apresentados, tendo o índice de acesso a iluminação como o que se destacou mais próximo do 0; por outro lado, o acesso a saneamento vem piorando o índice desde 1996 tanto no Nordeste quanto no Brasil.

A efetividade das políticas públicas que fomentam a infraestrutura pode direcionar o desenvolvimento do rural e garantir a qualidade de vida no campo. O

governo brasileiro considera atualmente o conceito de infraestrutura como a realização de serviços públicos de implantação e manutenção de serviços de estrutura básica habitacional, como a construção de estradas e redes de abastecimento de água e esgoto e fornecimento de energia elétrica e coleta de lixo.

[...] o conjunto de obras públicas ou privadas, como sistemas de transportes, energia, telecomunicações, urbanização, etc., a serem implantadas numa localidade ou região, com objetivo de oferecer à população local ou a Empresas, condições de pleno desenvolvimento sócio-econômico” (RODRIGUES, 2015).

O conceito de infraestrutura no rural surge com a ideia de desenvolvimento, já que populações tradicionais que habitam o território rural possuem infraestruturas adaptativas de carácter comunitário, como a construção de habitações por meio de mutirões, o que possibilita a sobrevivência desses grupos. Porém, a evolução da tecnologia para implantar infraestruturas deve levar em conta à forma de uso do espaço pela comunidade, o que irá gerar uma característica de infraestrutura e que irá fomentar uma nova paisagem do rural.

A realidade nas áreas rurais do Brasil apresenta valores aceitáveis no que se refere às necessidades básicas, pois ainda em certos territórios não privam a capacidade do agricultor de poder buscar utilizar infraestruturas já existentes no lugar. Vale destacar os investimentos em saneamento e água potável no rural, já que os programas de infraestruturas são pouco efetivos e levam ao aumento dos problemas de saúde pública no rural. Por isso, a importância de políticas de ações básicas de saúde, como o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), que ajudam a melhorar os índices de qualidade de vida dos habitantes do rural

2.3 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

A discussão sobre o desenvolvimento territorial no Brasil e desenvolvimento rural, perpassa por debates das desigualdades sociais e regionais, sobre aspectos

econômicos e produtivos e pelas suas sustentabilidades. As variedades de temas existentes em ambos os debates inserem sobre suas pesquisas uma complexidade em interpretá-los e interrelacioná-los. Por meio dos diversos aspectos existentes o território aparece como uma noção que permite explicar o papel do contexto e do espaço social como fator do desenvolvimento.

Este item irá explorar três aspectos relacionados ao debate sobre desenvolvimento rural. O primeiro refere-se às interações entre agricultura e território, o que aponta para a agricultura e suas relações com o território, suas múltiplas interações. O segundo recai sobre o surgimento e evolução da abordagem da multifuncionalidade no meio rural. O terceiro disserta sobre o rural e sua dinâmica multifuncional, que desperta novos usos e possibilidades de espaços rurais para além da agricultura. Para tanto, são destacadas as dimensões relativas aos processos de multifuncionalidade do rural, bem como ao caráter estratégico dos agricultores e o protagonismo social que os mesmos exercem, para implementar ações no desenvolvimento rural. O objetivo das seções seguintes é fomentar novas reflexões que apontem para compreender o rural brasileiro e suas novas funções sociais, ambientais e culturais.

Neste capítulo, a metodologia utilizada envolveu uma pesquisa bibliográfica constituída de artigos e publicações científicas. Estes relacionados à reflexão sobre desenvolvimento rural e sustentabilidade, à percepção da relação sociedade a natureza e o rural e às questões ambientais e ecológicas nas áreas rurais. Os artigos permitiram fomentar discussões acerca das relações sobre os aspectos da nova ruralidade e seus desafios. Estes ligados a ocupação do rural, a degradação dos recursos naturais e as práticas das diversas funções atreladas a setores que correspondem às atividades agrícolas e não agrícolas.

2.3.1 As interações entre agricultura e território

É nas regiões rurais que se concentra a maioria dos recursos essenciais para a existência humana e cuja definição é necessariamente territorial, como terra, água e biodiversidade. Os contatos entre a sociedade e os recursos naturais ocorrem de maneira própria conforme o território, através de seus atores (públicos e privados)

que diferem quanto à acessibilidade das terras e políticas no aproveitamento desses recursos. Conseqüentemente, os elementos regionais da agricultura são de importância essencial para manter e utilizar esses recursos. Na direção desse entendimento, como vimos acima, as pesquisas em andamento sobre o trabalho da agricultura nas mudanças contemporâneas das zonas rurais, suas metodologias multifuncionais e seu enraizamento nos contextos territoriais, além do conseqüente enfraquecimento da dicotomia rural-urbano, apresentam com maior destaque um fenômeno importante para o debate da questão: as noções de multifuncionalidade da agricultura. Santos, 1988, já realizava um questionamento sobre a interação entre campo e cidade, na qual, o trabalhador “boia-fria” é morador da cidade e trabalha no campo. Hoje este exemplo pode ser adequado aos trabalhadores usineiros.

O desenvolvimento teórico e metodológico nos ensina o que deixa de ter valor teórico e metodológico, e nos leva a substituir as categorias tradicionais por categorias atuais, isto é, do presente. Um exemplo disto é exatamente a impossibilidade, hoje, de simplesmente falarmos, como há vinte anos, em dicotomias como cidade/campo, agrícola/industrial etc. Hoje o agricultor pode também ser o homem urbano - o melhor exemplo disso é a existência do trabalhador volante - o "bóia-fria" - que é um trabalhador agrícola, mas já não é um habitante da zona rural. Os dois mercados de trabalho tendem a se confundir (SANTOS 1988).

A importância da multifuncionalidade reside de uma compreensão mais apurada da realidade do rural e da agricultura no Brasil, assim como na necessidade de compreender o significado das multiatividades voltadas a interferir no território do rural. Por isso, compreender os componentes lógicos dos vários tipos de interconexão dos diversos projetos de agricultura nos elementos regionais em que estão incluídos e das diferentes configurações da agricultura nas dinâmicas territoriais em que estão envolvidas.

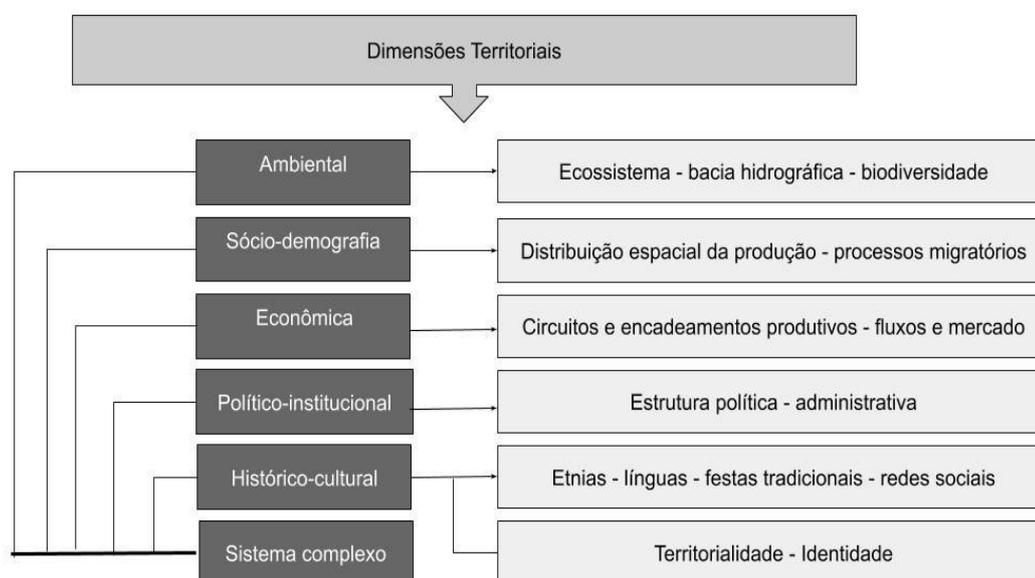
A discussão sobre multifuncionalidade é importante para o atual avanço de territórios sustentáveis e de produção cultura; é um exercício investigativo que fomenta a busca de uma pesquisa de perspectiva simbólica (manifestações culturais e festas tradicionais) quanto como alimentar (comidas típicas, formas de plantios tradicionais, sementes crioulas etc.). A Assembleia Geral das Nações Unidas caracterizou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, como uma forma de salientar a importância desse segmento sociocultural no avanço da

segurança alimentar e na erradicação da pobreza no planeta, além de reforçar a importância dos governos nacionais para um avanço de abordagens e projetos para auxiliar a promoção de políticas e programas para beneficiar a multifuncionalidade cultural no território do rural.

Os espaços rurais e urbanos se unem e formam um território que é retratado por sua cultura e economia, pelos elementos de poderes políticos, controle e participação social que os formam. Para Rodríguez (2005, p. 46), o território é uma base adaptável sobre a qual atuam poderes internos e externos, com o objetivo de estar sempre exposto às mudanças, conflitos e relações de força que possam resultar em expansão ou deslocamento. Nesse contexto, a ideia de território torna concebível compreender as necessidades sociais por meio de políticas e estratégias econômicas e culturais que ajudam na assegurar o território e lhe confere um caráter multidimensional.

A figura 7 ilustra algumas características das principais dimensões de um território apontadas por Rodrigues (2005) e que possuem uma relação com a agricultura familiar.

Figura 7 . Esquema Geral da Multifuncionalidade Territorial e suas dimensões.



Fonte: Rodrigues (2005)

Segundo Wilkinson (2008, p. 172), o território é configurado em uma *“combinação única de natureza e cultura cujo valor pode ser expresso em produtos e serviços especiais”*. Quando é colocado um elemento-chave da dinâmica socioeconômica do território, o rural é visto por muitos autores com outra lógica,

mesmo quando integrada ao mercado, apresentam diferentes consequências para o desenvolvimento, sustentabilidade e distribuição de renda e emprego.

Além disso, com seus diferentes sistemas produtivos e suas atividades culturais a agricultura familiar demonstra ter raízes sociais sólidas com relação ao território sobre o qual se insere. Esses sistemas produtivos foram criados ao longo dos anos a partir de aspectos físico-geográficos, históricos, culturais e econômicos, sendo um determinante significativo da identidade territorial e do papel de resistência cultural que às famílias formam sobre o território. Sob essa perspectiva, a agricultura familiar se move do sentido da propriedade propriamente dita e passa a incluir uma visão holística do rural, como “*território em uso*” (Santos e Silveira, 2008), contida como um espaço da criação de produtos de bens materiais fundamentais para a sociedade.

A multifuncionalidade apresenta um papel cujo sentido e relevância sobressai à produção agrícola fomentada para a alimentação humana e animal e matéria prima para a indústria. E passa a cumprir um papel determinante no território com a propagação de práticas específicas na preservação de bens e tradições culturais. A multifuncionalidade assume uma função fundamental na organização territorial e na proteção de recursos ambientais e sociais: “*a multifuncionalidade da agricultura revela-se nas sinergias entre a atividade agrícola e o desenvolvimento rural*” (GIVORD, 2001, p. 4). Soares (2001) destacou que o tema multifuncionalidade também ganhou atenção da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em que foi reconhecido que as comunidades rurais, além de sua capacidade de produção de alimentos, podem moldar a paisagem; prover benefícios sociais, ecológicos e culturais, por exemplo, proteção do solo, gestão sustentável dos recursos naturais e salvaguarda da biodiversidade; e fomentar a diversidade cultural em diferentes regiões do país. O tema da multifuncionalidade territorial também tem uma relação imediata com o tipo de exploração rural realizada em um determinado território. De acordo com os atributos apresentados na Tabela Tabela 2, a agricultura familiar é muito mais direcionada para uma estratégia multifuncional do que a agricultura empresarial-patronal, que em geral é cada vez mais especializada (ou monofuncional).

Tabela 2 - Comparação entre os modelos de agricultura

Modelo patronal	Modelo familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelo agricultor e sua família
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação de decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade no processo produtivo

Fonte: FAO e Incra (1994), apud SILVA, 2015, p 13.

No momento, a combinação dos conceitos de multifuncionalidade, agricultura familiar e território levam à proximidade das dimensões mercantil e não mercantil, que são comunicadas por meio de uma variedade de tipos de comércio e produção em torno de itens agrários, acesso a recursos naturais (terra, água) e relações sociais de trabalho e vizinhança (SILVA, 2015).

Para Wanderley (2003), o que se deve privilegiar são a saúde e a organização produtiva familiar de agricultores, mais do que concentrar-se na atividade rural, visto apenas como um segmento econômico, pois resultam em uma resposta benéfica com a natureza e a sociedade que por sua vez também moldam os tipos específicos de produção e de sua vida social. Já para Carneiro e Maluf (2003), a multifuncionalidade da produção familiar rompe com o caráter setorial e amplia o campo das capacidades pluricultural realizada por ela. E considera que as produções se relacionam e correspondem, respectivamente, às famílias rurais do território e à comunidade (entorno social) que os abrange. Essas perspectivas contribuem para sobrepor os termos em que a agricultura convencional está inserida na questão do desenvolvimento territorial sustentável, para termos que oferecem as bases para a reavaliação de estratégias produtivas e transformações socioambientais para os agricultores.

2.3.2 A Natureza do rural e o desenvolvimento territorial

Os impactos sobre os recursos naturais vêm se agravando, por meio da superexploração dos recursos naturais, principalmente em grandes regiões florestais para a implantação de campos para criação de gado ou produção agrícola. Isto conclui que o aspecto desenvolvimentista das práticas agrárias no Brasil, exige novas mudanças sobre os meios de exploração dos recursos naturais, na estrutura da paisagem e na organização da sociedade e sua cultura. É relevante que se discuta o aspecto da natureza no meio rural brasileiro e sua importância na construção de um rural multifuncional.

A ocupação do território para o uso agrícola de forma exploratória inicia-se com a vinda dos portugueses e a miscigenação com as populações indígenas e africanas (Diegues, 1994). A capacidade de união das culturas resultou na formação de um sistema produtivo agrícola que trouxeram um avanço nas estruturas rurais até o início do século XX e revelou uma população em que sua apropriação era direta dos recursos naturais, na transformação artesanal dos produtos florestais e agrícolas e em uma agricultura manual baseada no sistema de cultivo de queimadas.

Dentre as formas mais antigas e relevantes de intervenção humana no meio ambiente, está à prática da agricultura de corte e queima também denominada de coivara (ALTIERI et al., 1987; ADAMS, 2000a, apud MUNARI, 2009, p.17). As técnicas tradicionais da agricultura de coivara estão alicerçadas sobre um conhecimento profundo dos processos naturais e das espécies florestais (MUNARI, 2009), fruto do processo histórico vivenciado pelos povos tradicionais. As populações, portanto, continuaram a usar os recursos naturais por meio de práticas ajustadas ao seu modo de vida e construiu uma autonomia alimentar e material. Tal circunstância não impediu que a sociedade local fosse separada por um longo processo de diferenciação social. Isso iniciou na colonização portuguesa, devido à exploração do ouro e a subsequente a apropriação, por parte dos fazendeiros, da terra mais servida pela rede fluvial, o que permitiu que os fazendeiros dessem origem a um longo período de acumulação de capital e de meios de produção (MIGUEL, 1997). Antes de se unir a características europeias e africanas, já havia sobre o rural brasileiro, por parte dos indígenas, a inconsistências e conflitos pela

conquista e uso dos recursos naturais. Portanto são evidentes que o aspecto natural da paisagem e os recursos que ela oferece são critérios fundamentais para a ocupação e desenvolvimento do território. E vai direcionar o comportamento das práticas agrícolas e não agrícolas do lugar.

Até o século XIX, a sociedade era composta por homens livres e escravos divididos em várias fundações agrárias, em grande parte compostas por pequenos núcleos familiares (DIEGUES, 1994). A abolição da escravidão em 1888 foi a principal ocasião que criou uma aceleração das mudanças nessa cultura agrária, em que iniciou um procedimento significativo de redesenho social. Os principais resultados desse procedimento foram o desaparecimento de enormes fundações agrícolas e a reorientação das atividades e estratégias produtivas em diferentes empreendimentos.

O notável aumento na população rural também provocou uma mudança significativa na paisagem agrária, devido ao avanço das áreas cultivadas e da redução das áreas de floresta. O processo de desenvolvimento do rural foi imediatamente desafiado com um novo controle de todo o território agrícola acessível aos recursos naturais. Nessas condições, a expansão agricultura poderia acontecer apenas com a aceleração do ritmo de produção das terras e, posteriormente, com a diminuição da duração do período de “descanso” da mesma. Esse procedimento foi responsável pela diminuição da fertilidade dos solos e a diminuição de fauna e flora local. Assim, os fazendeiros foram confrontados com uma diminuição significativa nos rendimentos de sua produção e na eficiência do trabalho (MIGUEL 1997).

As mudanças na paisagem rural foram impulsionadas pela produtividade agrícola, e pela intensificação das mudanças da sociedade, que começaram no final do século anterior com o desaparecimento da estrutura escravocrata. Novas populações aparecem nos portos brasileiros e conduzidos por significativos fluxos migratórios dentro do território nacional, novos habitantes com diferentes tradições. Desta maneira incentivaram a possibilidade da diferença de mão de obra sobre a prática agrícola e a oportunidade de fortalecer uma pequena parte dos fazendeiros, que estavam prontos para solidificar e aumentar a produção e a comercialização de itens agrários e florestais. E passa assim a acelerar a mudança das paisagens rurais no interior do Brasil.

O rural e o aspecto natural no Brasil inferem a existência de diversos rurais, isto é, ruralidades em fases de desenvolvimentos diferentes. Nesse sentido, ainda existem locais que antecedem os avanços da modernização agrícola, que é diversificada no meio produtivo e considerada tradicional. Por outro lado, a agricultura modernizada, em que os aspectos da natureza do lugar surgem como um problema e prejudica o avanço da produtividade agrícola. E se consolida por um plano estratégico de atividades pecuaristas e monocultivador que degradam os biomas em que se fixam.

Não obstante, o discurso de modernização provido do desenvolvimento é absorvido de forma negativa pelos novos debates, pois ela vem trazendo em suas práticas a degradação da natureza (GIDDENS, 1997). Uma indicação desse aspecto é a maneira pela qual a ideia de desenvolvimento foi construída, ou seja, como um conceito equivalente ao crescimento econômico. E que explora os recursos naturais à lógica de produção da estrutura industrial, tanto privada quanto estatista (CASTELLS, 1999). Nas últimas décadas, as sociedades e as agências governamentais, nacionais e internacionais, começaram a desconstruir certas garantias sobre as ofertas ilimitadas que o desenvolvimento poderia oferecer. A predominante desigualdade desse modelo de apropriação dos recursos naturais produz impactos em escala planetária. Seus impactos são sentidos tanto no ponto de vista natural pela exaustão de bens não renováveis, contaminação dos recursos hídricos e poluição do ar, quanto em aspectos sociais com a centralização da riqueza e aumento da miséria.

A discussão sobre o termo desenvolvimento não é recente. Ela aparece no século XX, em nações e territórios com propostas de modernização. Durante a década de 50, o termo era geralmente utilizado na economia e na linguagem comum e transformou-se em uma convicção para o progresso ocidental. A possibilidade de desenvolvimento adquire força neste século e é revivida pelas teorias econômicas de princípios liberais, onde encontra no Estado um dos motores da modernização, o que garante um papel significativo para o desenvolvimento da economia e do trabalho técnico.

Os componentes característicos do rural têm mudado ao longo da história, ganhando novas formas: a agricultura se modernizou, a população rural começou a obter rendimentos nas áreas urbanas, a indústria penetrou nos espaços rurais e reduziram-se os contrastes sociais entre a cidade e o campo: o espaço rural passou

a ser cada vez mais procurados por segmentos urbanos, consumidores da natureza e pelos benefícios que ela oferece. Hoje, a cidade industrial e o campo agrícola envolvem todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos econômicos (BAPTISTA 2001). No caso estudado por Baptista (2001), basicamente no Sul da Europa, o fator principal da diferenciação rural-urbano é o tamanho dos aglomerados populacionais: dos elementos inicialmente convocados para delimitar a especificidade do rural, passado menos de um século da história das sociedades rurais e do percurso da Sociologia Rural, resta à pequena dimensão dos aglomerados (NEWBY, 1983). O rural condiz em um território povoado onde, de um local a outro, predominam atividades econômicas, culturais e sociais diversas, em que prevalecem vertentes culturais e relações sociais diferenciadas (BAPTISTA 2001).

Para Porto-Gonçalves (2006, p. 60), o desenvolvimento é o nome síntese dado à dominação da natureza, visto que *"ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e nos coloque diante de constructos humanos, como cidades e indústrias"*. Nesta perspectiva, o destaque pelos impactos ambientais sobre as ações realizadas pelo crescimento econômico fica bastante evidente e chama atenção para as derivações destas ações, como o ecocídio e a violência contra a própria espécie humana. José Eli da Veiga (1991) traz como um problema a mudança do pensamento do desenvolvimento para um pensamento desenvolvimentista capitalista construído durante a ditadura no Brasil.

Antes de 1964 a reforma agrária constituía um dos pilares do projeto desenvolvimentista. Considerava-se a distribuição de terras um pré-requisito necessário ao desenvolvimento econômico do país. Mas a ditadura militar se encarregou de mostrar o contrário. Logo ficou evidente que o desenvolvimento capitalista podia prescindir de distribuição de terras. E o equívoco do referido projeto foi imediatamente apontado por vários economistas. Por um lado, as inelasticidades da oferta agrícola não eram tão significativas quanto imaginavam os estruturalistas. Por outro a distribuição de riqueza que resultaria da reforma agrária não era uma condição necessária para a retomada do crescimento (VEIGA, 1991).

Na discussão da terminologia da palavra desenvolvimento, ela subtende uma negação, ou seja, desenvolvimento é uma emancipação em relação ao mundo do latifundiário. Porém foi se aproximando da noção de crescimento o que a tornou um

conceito mais vago. Se antes era um conceito contra o latifundiário, hoje poderia ser contra a modernização. No entanto para emancipar as pessoas é preciso criar novas relações, por isso substituir a palavra desenvolvimento para (re) envolvimento, como é proposto nos próximos capítulos da dissertação, destaca a afirmação para o novo e não apenas a negação do que se recusa.

As complexas diversidades socioambientais colocam sobre o desenvolvimento rural uma nova capacidade de revigorar um modelo alternativo que contraponha o convencional, marcado pela expansão da lucratividade e pouca variedade. Assim, hoje o espaço rural busca também se tornar um espaço multifuncional, onde existem várias formas para agregar ou relacionar-se com a natureza. A natureza é compreendida como uma força restritiva na agricultura, e fomenta a procura por modelos alternativos constantemente, seja ela uma prática de uma agricultura monocultora ou pluriativa, que muitas vezes definem o papel que as áreas rurais assumem. Assim, as estruturas de produção rural são redesenhadas regularmente para monitorar as variedades das produções e a conservação do meio ambiente, mesmo nas estruturas convencionais da agricultura (BATISTA DA COSTA, 2004).

Já a agrobiodiversidade existe em todas as estruturas rurais e reflete o nível de diversidade ambiental e cultural do lugar (GUO E PADOCH, 1995). A agrobiodiversidade é a origem de nossos alimentos e recursos, razão pela qual a compreensão das informações contribui para manejos mais sustentáveis (LONG, 2003), podendo citar como exemplo os assentamentos rurais, que geralmente são implementados em regiões onde houve degradação da biodiversidade por utilizações passadas. A prática da agricultura por meio da valorização da agrobiodiversidade se torna, além de uma prática agrícola, uma ferramenta de recuperação de áreas degradadas.

Para sustentar as condições naturais, da mesma forma, pode fornecer ativos para o autoconsumo, para as necessidades vitais e a geração de renda para as populações. A agrobiodiversidade mantém o trabalho junto aos saberes tradicionais e os sistemas multifuncionais utilizados pelo agricultor para fomentar a melhoria dos agroecossistemas, principalmente pela utilização da diversidade e pouca dependência de insumos externos. Portanto, deixam um caminho de preservação ecológica e social nas regiões rurais do país. O conceito de agrobiodiversidade

procura incluir a ideia de biodiversidade dentro do sistema produtivo agrícola como nos descreve Qualset (1995, apud Tonini, 2013).

Por definição, a agrobiodiversidade inclui, portanto, toda a biodiversidade planejada e a biodiversidade natural dos agroecossistemas, assim como os serviços ecológicos, as interações ecológicas entre os seres vivos, os modos de lidar com a terra e as tecnologias dos grupos sociais envolvidos (QUALSET, 1995, apud TONINI, 2013).

Portanto, existe uma poderosa relação entre dinâmica de produção manejada, habitats naturais e unidades de ocupação humana, como povoados e comunidades rurais com a biodiversidade planejada que acaba por incorporar a agrobiodiversidade. Isso acontece em agroecossistemas com territórios específicos ou propriedades rurais, em que o objetivo principal é a produção agrária, principalmente para a alimentação.

Os agroecossistemas são constituídos por subunidades interconectadas através de padrões e ciclos de matéria e energia. Estes podem ser adicionados ou expulsos do agroambiente através de procedimentos comuns, utilização de fontes de dados ou coleta. A ideia de agroecossistema depende de padrões e analogias ambientais, auxiliares e práticos, para sistemas biológicos regulares (GLIESSMAN, 2004).

A biodiversidade é definida pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) como “a variabilidade entre os seres vivos de todas as origens, inter alia, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isso inclui a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas”. Assim, a biodiversidade não é apenas uma ideia conceitualizada na biologia. É também um conceito utilizado no desenvolvimento social e cultural. As espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas (DIEGUES, 2000).

E notado que muitos autores relatam a intersecção da natureza com a cultura. Taubkin (2008) quando discute a união da viola caipira, do violeiro e da natureza do

território, em sua maioria no ambiente rural, relata: *“é difícil desvincular o instrumento do tocador, assim como separar sua música do universo onde ele vive. E que talvez por isso a gente sinta que a viola tem o dom particular de exprimir os sons do homem junto à natureza”*. A biodiversidade correlacionada com a natureza acaba influenciando a formação do modo cultural de um território. E incita um potencial cultural no qual todo o ecossistema ali envolvido favorece o surgimento da vida no lugar.

A fauna do lugar é marcante, e os seus integrantes até parecem interagirem de forma orquestrada, onde cada naipe de animais tem um lugar definido no palco, e seria esse sítio/paraíso esse palco. Elementos da flora também podem ser marcantes, uma simples planta pode fazer o lugar reacender na memória do indivíduo. Algo corriqueiro como sentir o cheiro de uma flor pode remeter suas lembranças ao lugar, reacendendo o sentimento de apego (MALAQUIAS, 2019).

Parte da agrobiodiversidade é composta por espécies vegetais, domesticadas ou silvestres, cruciais para a produção rural e qualidade ambiental do território. Ela conta com diferentes segmentos da biodiversidade relacionada, por exemplo, fauna e microrganismos presentes em ambientes regulares e agroecossistemas; portanto a produção não irá precisar da utilização de insumos externos (MOONEN E BÀRBERI, 2008).

Como em ecossistemas naturais, é a variedade de espécies que garante a utilidade dos agroecossistemas. Níveis elevados de biodiversidade proporcionam alta eficiência das redes de plantas, manutenção de suplementos mais proeminente e solidez mais notável das condições naturais nos agroecossistemas (TILMAN, 2000).

Algumas espécies podem possivelmente intervir em fluxos de problemas e vitalidade e, além disso, alterar condições abióticas que controlam procedimentos diferentes; por exemplo, restrição de ativos e influências perturbadoras ao sistema produtivo (CHAPIN et al., 2000).

A maioria dos bens derivados da natureza existe graças à biodiversidade e à produtividade dos ecossistemas naturais. Estes são fonte de alimentação, forragem, madeira para construção, biomassa para combustível, fibras naturais e matéria prima para produtos farmacêuticos e industriais (DAILY et al., 1997).

Universalmente, existem inúmeras espécies de animais e plantas reveladas por suas capacidades utilitárias. Portanto, prestam serviços ecológicos às comunidades rurais por manterem a ação biológica dos seres vivos nos ambientes (LOREAU et al., 2001). Já de um aspecto econômico, a comercialização de mercadorias de bens naturais tem um impacto relevante na economia das comunidades rurais. Assim, é importante monitorar e manter os recursos naturais que a agrobiodiversidade oferece. Por outro lado, os sistemas agrobiodiversos trazem também resultados na função reguladora do clima, mantendo a qualidade do solo, a qualidade da água e o controle característico de herbívoros nos agroecossistemas (DAILY et al., 1997; CHAPIN et al., 2000). Os efeitos provocados pelas atividades agrárias modificam a biodiversidade em escala mundial. Alterar a organização das espécies em uma estrutura dada tem consequências diretas para os ciclos ambientais. Além disso, mudanças nas formas do sistema biológico interferem nas condições pelas quais os indivíduos garantem recursos para sua existência (CHAPIN et al., 2000).

Os impactos provocados pelos sistemas agrícolas no mundo são em grande parte decorrentes da redução na quantidade de espécies, que levaram a maior extinção ao longo de toda a existência da vida na Terra. As práticas agrícolas modernas podem modificar os ciclos biogeoquímicos mundiais (VITOUSEK et al., 2000) e causar extinções, interferindo na disponibilidade de recursos e na orientação de fatores importantes para agricultura, como temperatura e PH (HOOPER et al., 2005). Os vários impactos biológicos e sociais das mudanças nas estruturas da biodiversidade devem ser reduzidos para salvaguardar um número maior de opções de soluções para os problemas ambientais do mundo (CHAPIN et al., 2000). Dessa forma, para que as pessoas continuem cumprindo todas as suas necessidades, a propagação da agrobiodiversidade é importante, principalmente em áreas rurais (LIU et al., 2007). As condições para a propagação da agrobiodiversidade nos agroecossistemas estão relacionadas ao efeito dos conhecimentos tradicionais das

populações rurais, subjacentes às práticas e métodos de técnicos agrícolas (ALTIERI, 1999).

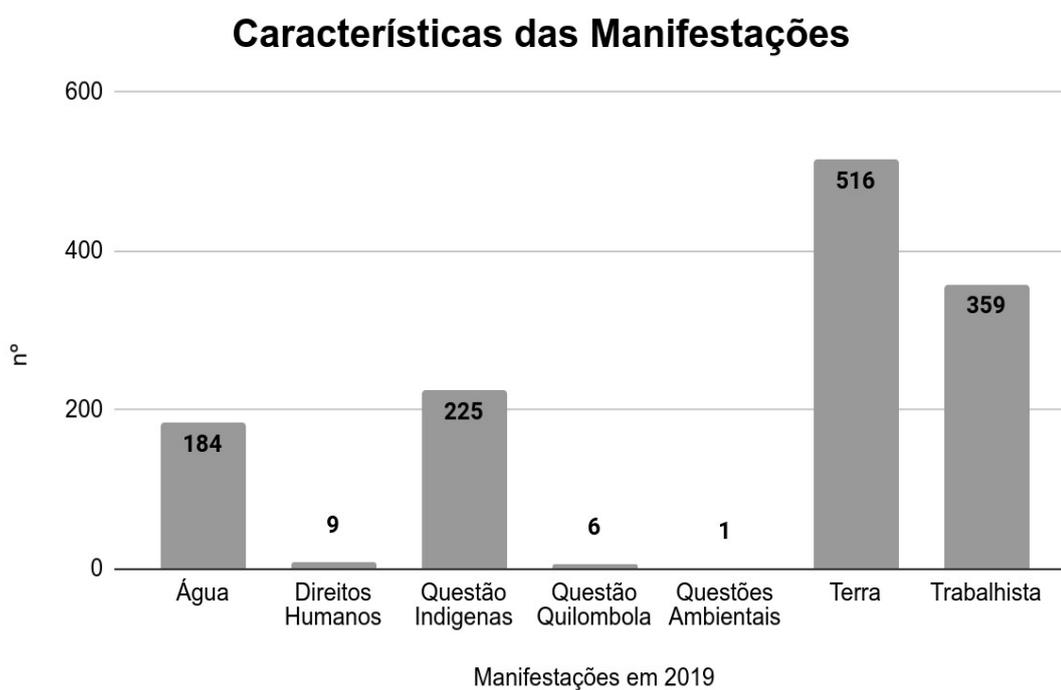
A agrobiodiversidade, e sua capacidade de favorecer a produção de alimento com qualidade, apresentam vantagens que estão relacionadas ao aumento da produção e da renda. De qualquer forma, existem diferentes possibilidades para melhorar a produção, um deles é o sistema agroecológico, este possui como um dos princípios a diversidade no meio produtivo. A diversidade é significativa, pois a complementaridade e sintropia das plantas melhoram a qualidade do produto e o manejo do produtor agrícola. A melhoria das condições agrárias do rural está relacionada à eficácia da utilização e forma de disposição das plantas originárias do território. A agrobiodiversidade favorece a biodiversidade do solo, da fauna e flora. É também um elemento que transforma a característica do rural no âmbito social e cultural, já que o agricultor está inserido em um sistema biodiverso e não se vê distanciado da natureza do lugar.

Por fim, existe um avanço da degradação dos recursos naturais em um nível, até o momento atual, nunca realizado. Por meio da superexploração de plantas locais e desmatamento de grandes regiões florestais para a implantação de campos para criação de gado ou produção agrícola. Isto conclui que o aspecto desenvolvimentista das práticas agrárias no Brasil, exige novas mudanças nos meios de exploração dos recursos naturais, na estrutura da paisagem e na organização da sociedade e sua cultura.

2.3.3 O rural como espaço de interesses e conflitos

Os conflitos por recurso naturais no Brasil têm se intensificado por disputas entre os setores das agroindústrias, setores agrícolas, entre grandes proprietários versus pequenos proprietários, principalmente pela disputa territorial. O fato da concentração dos confrontos terem aumentado e manter-se sobre o território agrícola é que o mesmo concentra boa parte dos recursos que realizam papéis sociais, tais como o de conservar a natureza, de proporcionar espaço de lazer, promover o abastecimento alimentar, entre outros. O Gráfico 7 abaixo mostra que em 2019 uma grande parte das manifestações que se potencializam em conflitos.

Gráfico 7 - Característica das manifestações no Brasil



Fonte: Adaptado da Comissão Pastoral da Terra (2019)

Fica evidente no gráfico acima que ainda no Brasil há uma concentração dos conflitos na disputa de terra e questões trabalhistas. A Tabela 3 abaixo traz a distribuição temporal das manifestações, e permite visualizar os dados nas últimas décadas no Brasil sob manifestações que são mais explícitas como a questão da terra, trabalhista e da água.

Tabela 3 - Comparação dos Conflitos no Campo no Brasil (2010 - 2019)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Conflitos por Terra										
Nº de Ocorrências (1)	638	805	816	763	793	771	1.079	989	964	1.206
Ocupações/Retomadas	180	200	238	230	205	200	194	169	143	43
Acampamentos	35	30	13	14	20	27	22	10	17	5
Total (2)	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295	1.168	1.124	1.254
Assassinatos	30	29	34	29	36	47	58	70	25	28
Pessoas Envolvidas	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735	530.900	590.400	578.968
Hectares	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	204	230	168	141	131	80	68	66	86	89
Assassinatos	1			1						
Pessoas Envolvidas	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760	751	530	1.465	880
Superexploração	38	30	14	13	10	4	1		3	1
Assassinatos	1			2		1	1		2	3
Pessoas Envolvidas	1.643	466	73	142	294	102	2		12	3
Total Conf. Trab. (4)	242	260	182	154	141	84	69	66	89	90
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	87	68	79	93	127	135	172	197	276	489
Assassinatos	2		2	2		2	2	1	1	1
Pessoas Envolvidas	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685	222.355	177.090	368.465	279.172
Outros (3)										
Nº de Conflitos	4		36	12						
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas	4.450		26.005	1.350						
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Nº de Conflitos	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217	1.536	1.431	1.489	1.833
Assassinatos	34	29	36	34	36	50	61	71	28	32
Pessoas Envolvidas	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843	708.520	960.342	859.023
Hectares	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2019).)

O ano de 2019 foi o que concentrou o maior número de conflitos. Os conflitos foram impulsionados pelas políticas de apoio ao agronegócio implantado pelo governo brasileiro desde o ano anterior. Já o estado de Minas Gerais sofreu com diversos crimes ambientais, como a rompimento da barragem de Brumadinho, motivo pelo qual foram realizados inúmeros protestos relacionados à água. Na região nordeste também houve um aumento dos conflitos em torno da água, como o derramamento de óleo no seu litoral em 2019.

Os conflitos por terra, sobretudo através de ocupações, geram pressão de movimentos sociais, grupos e povos tradicionais junto ao estado brasileiro. Porém, nota-se no Gráfico 8 as pressões se tornam cada vez menores. Já que os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)³ mostram uma diminuição no número de ocupações.

3 A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam (CPT, 2020).

Gráfico 8 - Número de ocupações no Brasil de 2010 a 2019.



Fonte: Adaptado da Comissão Pastoral da Terra (2019).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) cadastrou 43 ocorrências no Brasil, com 3.476 famílias envolvidas. O número também é o menor dos últimos dez anos. Os estados com maior número de ocupações foram BA (08), PA (06), AC (03) e MT (03) (Comissão Pastoral da Terra - CPT, 2019).

Os conflitos no Brasil acontecem em sua maior parte em territórios em que os recursos naturais apresentam abundância. Parte destes territórios biodiversos já apresenta a vida humana como elemento do seu ecossistema, através dos povos da floresta, quilombolas e ribeirinhos, entre outros. Mesmo ainda havendo negociações sobre o território em que se ameniza o conflito por terras, os processos agroindustriais ali implantados geram passivos ambientais que novamente trazem de volta os conflitos para o território. A necessidade de ter uma melhor qualidade ambiental no espaço rural coloca sobre os agricultores o desafio de ampliar sua capacidade de resiliência com base em seu modo de viver e produzir. Ao ponderar sobre a questão natural em áreas rurais, Jollivet (1992) observa que o acesso a terra, biodiversidade, ar, paisagem e água são componentes cruciais a serem estudados. Desse modo, observa a autor que a água é uma questão significativa do século XXI.

O espaço rural tem surgido como paradigma das políticas de desenvolvimento rural; o conceito aplicado é abrangente e pode ser explorado por muitos mais atores. Assim, surgem novas funções e novos atores: os proprietários e os agricultores, caçadores, pescadores, visitantes e os próprios habitantes. Baseia-se na reinterpretação do papel da agricultura para o desenvolvimento rural e na mudança do comportamento de seus habitantes e visitantes, integrados cada vez mais no vasto grupo de gestores da paisagem, num espaço rural que, além de espaço de produção, é cada vez mais um espaço de consumo imaterial. A procura social de diversas funções suportadas pela paisagem rural tem aumentado constantemente.

Estamos, hoje, perante uma “ruralidade transformada” relativamente à qual uma parte considerável do sector da agricultura a tempo parcial, pode vir a constituir uma via potencial para a manutenção ou, mesmo, para a expansão, através do preenchimento das designadas “novas” funções sociais e ambientais, de práticas agrícolas consentâneas com a crescente e diversificada procura social que, no atual contexto social e ambiental, incide sobre os espaços rurais pós-industriais (LIMA, 2007, pág. 9).

Schneider (2010) afirmou que as políticas públicas do Brasil são bastante influenciadas pelo setor que abrange o desenvolvimento rural e que são afirmadas pelas políticas de intervenção do Estado. Já Ploeg et al. (2000) associam as políticas voltadas a uma modernização da agricultura e as estratégias de geração de renda no rural a um estágio consecutivo ao processo de desenvolvimento rural. Para os autores, o desenvolvimento do rural está atrelado à formação de novos produtos e novas formas de gestão do território, que gera novos processos de comercialização. Da mesma forma, sugerem um esforço para refazer o agronegócio em termos territoriais e da economia do rural.

É relevante ponderar que novos contextos atrelados a uma vida moderna estão cada vez mais em evidência, com novos paradigmas, novos contextos, características de uma sociedade em transição. Por isso, as políticas públicas e desenvolvimentistas trazem o discurso do “novo” como uma estratégia de sanar problemas atrelados ao rural.

[...] as políticas de desenvolvimento territorial devem trazer, a partir da diversidade de atuação, inovações em relação às políticas “do passado”, tendo como premissa o desenvolvimento sustentável, a participação dos atores e o estímulo à coesão social e territorial (MIRANDA & MARTINS, 2015).

Para Maluf (2001), a mudança da sociedade permitiu a exigência de políticas públicas voltadas para uma revalorização do território rural, esquecido pelo processo de desenvolvimento que se direcionava as questões do urbano. Esta revalorização do rural se reflete no caráter multifuncional apresentado pelo território do rural. Deixando de se criar políticas de caráter agrário e produtivo e passa a conter políticas públicas sociais, culturais e ambientais. Por fim, as políticas públicas direcionadas ao ambiente rural em sua maioria fortalecem um processo de desenvolvimento rural que gera impactos socioambientais nos territórios onde são aplicados (CAZELLA, 2017). Em contrapartida dos processos de desenvolvimento implantado pela política de modernização, as comunidades tradicionais e parte da agricultura familiar apresentam possibilidades de ocupar o território do rural de maneira sustentável e exigindo do estado políticas públicas mais eficazes para favorecer os aspectos ambientais e sociais.

2.4 A MULTIFUNCIONALIDADE DO RURAL

Para compreender os espaços multifuncionais do rural, muitos fatores poderiam ser apresentados por parte especialistas econômicos, organizações sociais e políticas. Porém, é difícil estabelecer, neste capítulo, todas as formas de uma discussão que permanece aberta, tanto nos círculos políticos quanto acadêmicos. O conceito de multifuncionalidade rural trabalhado neste capítulo se concentra na diversidade da agricultura e dos territórios rurais, tendo em vista a valorização de seus recursos materiais e imateriais. Lima (2007) afirma que a paisagem agrícola e o seu património cultural constituem essencialmente nos recursos imateriais do ambiente rural. E a realização por parte dos espaços rurais de novas funções não materiais está associada a uma abordagem sociológica dos processos de desenvolvimento rural.

A mudança do discurso a favor da modernização agrícola para o discurso da multifuncionalidade e as alterações realizadas no quadro político e institucional dos países capitalistas, é percebida também nos surgimentos de políticas agrárias e até mesmo reformas dessas políticas como foi realizado a revisão da Política Agrária Comunitária (PAC)⁴. A PAC foi criada como primeira política comunitária numa perspectiva de autossuficiência alimentar pela Conferência de Stresa (1960) (CLERC, 1982), pela qual criou cinco objetivos fundamentais: “*otimização da produtividade e produção, equidade dos rendimentos agrários, estabilidade do mercado, abastecimento regular do consumo e desenvolvimento regional*”. Ao longo das décadas ela sofreu algumas reformas como a reforma da PAC/1992 (Conselho Europeu, 1992), que colocava sobre ela perspectiva de aliança entre os setores ambiental-económica-social. Da qual acrescentou mais objetivos como “*a preocupação ambiental, o bem-estar animal, a promoção da qualidade dos produtos e a consideração do turismo agro-paisagístico*”. Outra reforma considerável foi a Reforma da PAC/2000 foi a ampliar a de 1992 e enfatizou o conceito de “desenvolvimento rural” como um pilar da PAC, da qual acrescentando os seguintes objetivos: “*competitividade mundial; produção compatível com ambiente e segurança alimentar; ligação da diversificação agrícola à conservação das paisagens e das comunidades agro-rurais; simplificação das regras da PAC; partilha de responsabilidades entre a Comissão Europeia (CE) e os Estados-Membros (EM) (princípio da subsidiariedade); e justificação do apoio aos agrários pelos serviços ambientais, económicos e sociais que prestam à Sociedade*”.

Os objetivos da PAC começam a ter uma característica de preocupação com o equilíbrio da produção e do consumo de produtos agrários. Contudo este discurso estabeleceu uma mudança não apenas como expressão de certa característica de desenvolvimento, mas soluções que permitem compreender a potencialidade da multifuncionalidade no rural.

Em 1985, a então Comunidade Económica Europeia (CEE, que antecedeu a União Europeia, UE) organizou um relatório significativo intitulado Perspectivas para a PAC, também chamado de Livro Verde, onde são apresentadas algumas proposições e componentes inovadores. Ele apresenta o papel da agricultura em

4 É um sistema de subsídios à agricultura e programas de desenvolvimento em áreas afins, parte do primeiro dos três, designado como . Foi criada em 1957 e posta em prática em 1962, tendo como objetivos principais assegurar o abastecimento regular de e garantir aos agricultores um rendimento em conformidade com os seus desempenhos.

proteger o meio ambiente e a concordância de fornecer ajudas diretas e planejadas para melhorar a qualidade de vida dos agricultores, desde que estes não se convertam na era dos novos superávits agrários.

Desde a reforma da PAC de 1992, a agricultura realizou uma tarefa significativa de preencher novas capacidades e necessidades sociais e ambientais. Surge uma visão de mundo a qual a agricultura a partir da incorporação de suas numerosas capacidades monetárias, sociais e naturais, deve direcionar-se para uma agricultura sustentável e constituir um compromisso significativo da melhoria da prática do desenvolvimento rural sustentável. Contudo, a discussão em torno do potencial do compromisso da agricultura multifuncional com o avanço do rural se torna de grande importância.

O tema da diversificação e provimento de diferentes funções - que não, sobretudo as econômicas - em relação à agricultura é uma das principais reformas da PAC, e inicia fortalecida pelas mudanças progressivas da reforma de 1992 e se estabelece como um dos tópicos centrais, tanto no que se refere à União Europeia (UE), quanto no empenho em receber diferentes tipos de estratégias políticas para o setor. A prática de monocultivos colocou sobre as práticas da agricultura familiar realizavam uma concorrência considerada injusta, do ponto de investimento do capital, porém apresentou um conjunto de desvantagens no que diz respeito à mitigação de impactos ambientais e sociais, pela qual as novas reformas da PAC exigiam. As explicações para tal desvantagem são atualmente notáveis e guiam a condução de políticas que variam desde as de natureza financeira (a questão dos excedentes agrícolas) até as de natureza ecológica. O diferente hoje reside no que atraem as sociedades contemporâneas, sobre o território do rural (SILVA, 2015).

A Política Agrária Comunitária (PAC) aborda temas que apoiam as vertentes da multifuncionalidade seja ela agrária, ambiental, econômica e social. No entanto os objetivos que buscam o equilíbrio entre as vertentes não estão sendo atendidos pelas práticas dos setores agrícolas monoculturais. Dessa maneira, colocou o papel do setor agrário como fornecedor de alimento para a sociedade como incerto, fazendo com que os discursos políticos e morais que sustentavam o lema "*Nosso trabalho consiste em alimentar a humanidade*", evocado por Hervieu (1997, p.99) para descrever um período significativo da história agrária europeia, não fossem legítimos.

A nova proposta da PAC possibilitou fomentar a diversificação das atividades ao longo das propriedades por meio também de atividades culturais do rural, do artesanato, da transformação e elaboração de alimentos nas próprias unidades produtivas e do resgate de saberes tradicionais. Por outro lado, a união e a diversificação de atividades realizadas no meio rural não eram novidade em si. Antes da prevalência da agricultura industrializada, muitos agricultores realizavam atividades multifuncionais em suas propriedades de maneiras diferentes: oferta direta de seus itens, preparação de itens próprios, criação de produtos de alta qualidade e artesanais etc.

Uma das questões problematizadas pela multifuncionalidade, é que quando discutida sob uma perspectiva de melhoria do rural, é, de fato, uma integração das atividades agrícolas numa estratégia de aumentar os recursos locais. Para Lima (2007), a promoção da multifuncionalidade agrícola no espaço rural pode vir a trazer "novas" funções - lazer, amenidades ambientais, gestão da paisagem, contribuição para organização do espaço rural, manifestações culturais, entre outras. Desde a Revolução Verde criada no contexto do pós-guerra à agricultura mundial concentrou sua atuação na homogeneização agrária, e se tornou um processo criado a partir de premissas etnocêntricas, com o modelo euro-americano⁵ de desenvolvimento rural como uma espécie de referência conceitual. A preocupação sobre os impactos ambientais gerados pela Revolução Verde e seus processos, formam parte das críticas dirigidas em 1992 à PAC. Contudo, a CEE relatou:

"[...] una agricultura ineficiente en términos de asignación de recursos a actividades no deseadas, costosa en términos presupuestarios, conflictiva en sus relaciones internacionales y perniciosa en términos ambientales."
(ETXEZARRETA, 1995 apud SACCO DOS ANJOS & CALDAS, 2012).

No período de 1985 e 1991, outras mudanças significativas se desenvolveram, dado que o arranjo de medidas adotadas anteriormente não teve o impacto ideal no sentido de uma diminuição considerável no volume de produção agrária. Os gastos do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA)

⁵ Ainda antes de terminar a Segunda Grande Guerra, instituições privadas, como a Rockefeller e a Ford, vendo na agricultura uma boa chance para reprodução do capital, começaram a investir em técnicas para o melhoramento de sementes, denominadas Variedade de Alta Produtividade (VAP), no México e nas Filipinas (ROSA, 1998).

duplicaram em 2,75 durante os anos 80 (ETXEZARRETA, Mirem, et al, 1995), devido ao aumento dos excedentes de produção.

As mudanças constantes apresentadas sobre a Política Agrícola Comum (PAC) ajudaram a criar um consenso de que as estratégias propostas desde o pós-guerra não apresentaram resultados efetivos. Além disso, a perda de autenticidade se expandiu dessa que foi uma das primeiras políticas integradas da Comunidade Econômica Europeia. Cork (1996) afirma em sua declaração três discursos sobre o novo perfil da ruralidade em países avançados, os quais Veiga (2004) classificou de “agro-ruralista”, “utilitarista” e o “hedonista”.

[...] a ênfase está na renovação do contrato que foi firmado entre os agricultores e a sociedade no início do século XX, ou seja, na necessidade de práticas multifuncionais que atendam às novas demandas sociais que vão de saudáveis alimentos às diversas formas de lazer ao ar livre, passando pela pureza da água potável ou pela beleza das paisagens naturais. Mesmo que a dimensão rural de um país ou região não seja mais vista como domínio exclusivo da agropecuária, seriam os agricultores os principais criadores, mantenedores e garantidores desse espaço social, econômico e cultural. (VEIGA, 2004)

Por fim, este discurso coloca a mudança de práticas e arranjos submetidos ao rural. O estudo *O Futuro do Mundo Rural*⁶ não apenas se preocupa com as questões emergentes das práticas monoculturais fomentado pela recém-criada União Europeia, um sinal que fez com que se notasse que o espaço rural não era basicamente restrito à satisfação de capacidades produtivas agrícolas e deveria assumir um papel decisivo no equilíbrio ecológico e no apoio às atividades culturais e de recreação.

Os registros, que aparecem entre o final dos anos 80 e o começo dos anos 90, constroem outra maneira de pensar em intervenção na agricultura. O espaço rural acaba enfrentando uma mudança nos níveis político e institucional, no qual acrescentou outra discussão sobre agricultura e as condições do rural. Nesse sentido, desenvolveu-se a noção de multifuncionalidade, que se refere à combinação de atividades agrícolas e não agrícolas realizadas dentro ou fora das propriedades. Na realidade das nações europeias, é apresentada pela primeira vez

6 Documento realizado como comunicado da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento intitulado “O futuro do mundo rural”, de 1988.

a expressão *multiple job holding*, que veio a ser substituído, posteriormente, por outro termo, a pluriatividade, para retratar um tipo de exploração agrária que vinha sendo indicada como moderna e se encaixava às novas ações representadas pelo período de pós-productivismo.

O incentivo à pluriatividade justifica-se diante do peso de inúmeros atributos desta forma de organização da exploração familiar, destacada, entre outros aspectos, por sua natureza flexível, espontânea, voluntária e propulsora do uso sustentável dos recursos locais (humanos e econômicos). Além disso, por favorecer não só a possibilidade de uma maior integração de atividades no âmbito interno da exploração (reciprocamente complementares), bem como no plano externo em relação a outros setores econômicos (turismo, indústria) que convergem no sentido de reforçar a autonomia do grupo doméstico, diminuindo a dependência de uma só fonte de ingresso econômico (SACCO DOS ANJOS, 2012).

A mudança no discurso das organizações e dos atores sociais sobre a substituição do *part time farming* pelo novo termo, pluriatividade, não foi considerada unicamente como uma mudança semântica (SACCO DOS ANJOS, 2012). A pluriatividade é um elo da multifuncionalidade que, por sua vez, fomenta um estado de crescente arranjo, que se configura como contradição mais evidente, a um tipo de exploração excessivamente de alto investimento da perspectiva ambiental, econômica, política, social e cultural, que se apresenta amarrada numa lógica de atividade contrária aos objetivos morais e sociais daquele processo que anunciava a chegada de um novo tempo.

Para Sacco dos Anjos (2012), existem dois arranjos discursivos entre Modernização Agrícola e Multifuncionalidade, como mostra na Tabela 4, da qual compara aqui, por meio da perspectiva do padrão de exploração agropecuária, do tipo de organização produtiva e sua multifuncionalidade.

Tabela 4 - Formação Discursiva Modernização Agrícola X Multifuncionalidade

	Formação Discursiva	
	Modernização Agrícola	Multifuncionalidade
Padrão idealizado de exploração agropecuária	Intensivo, especializado, produtivo, capaz de ocupar integralmente a força de trabalho familiar.	Extensivo, diversificado, ambientalmente sustentável, comporta inserções socioprofissionais diversificadas dos membros da exploração familiar
Forma de organização produtiva	Elevado grau de rigidez, alta dependência na dinâmica dos mercados e de fontes públicas de financiamentos e subvenções	Mais flexível; há uma aposta no uso de fontes de ingresso agrícola e não agrícola na sustentação material da exploração
Indicações enunciativas	Modernização, produtividade, difusão de tecnologia, especialização, crescimento, adubação, ingresso de divisas, desenvolvimento agrícola, papel da agricultura, integração, complexo agroindustrial, cadeias agroalimentares, ganhos à escala.	Diversificação, ecologização, agroecossistemas, multiocupação, turismo rural, biodiversidade, sustentabilidade, degradação ambiental, paisagem, preservação, uso sustentável, patrimônio imaterial.

Fonte: SACCO DOS ANJOS (2012).

Ao criar outra classe de produtos que a sociedade vinha necessitando e conciliar a produção agrícola com outras atividades, como a defesa da biodiversidade, da paisagem, de saberes tradicionais e artigos exclusivos (produtos típicos, regionais, tradicionais, agroecológicos e etc), como continha a proposta de multifuncionalidade, evidenciava-se a maior eficiência quando realizada pelos agricultores familiares. As suas produções e a variedade de abordagens e modalidades acabaram se transformando em uma espécie de bandeira através das quais inúmeros fabricantes garantiam o seu crescimento econômico e, simultaneamente, sua autenticidade, o que remetia à necessidade de se construir

outro acordo e um novo conjunto de políticas públicas com respaldo do Estado e da sociedade.

Por fim, é crescente a procura dos pesquisadores sobre a multifuncionalidade dos elementos do rural, ou em questionamentos que ajudam a impulsionar sua "renovação". Além disso, os principais efeitos posteriores dessa produção científica apontam para uma convergência de vantagens dos espaços rurais em recursos, que relatam teorias sobre civismo, cultura, meio ambiente e conhecimento local. No momento, parece correto afirmar que a multiplicidade de enfoques e a diversidade cultural de modalidades no espaço rural (cultura de habitação, cultura rural, agricultura, manifestações religiosas etc.) são fatores que contribuem para o desenvolvimento rural.

2.5 O RURAL E SUA DINÂMICA MULTIFUNCIONAL

A multifuncionalidade apresenta dinâmicas que fomentam aos agricultores atividades pluriativas o que contribui para o desenvolvimento territorial. Carneiro e Maluf (2003, p. 22) destacaram quatro capacidades que os agricultores evidenciam a partir de aspectos particulares para cada contexto. São eles:

(1) *reprodução socioeconômica das famílias*: seus relevantes fatos são as estratégias que criam renda e salário para os agricultores, os meios de permanência no território, a convivência comunitária, os mecanismos de permanência dos jovens e as questões relacionadas com a sucessão da liderança da unidade produtiva.

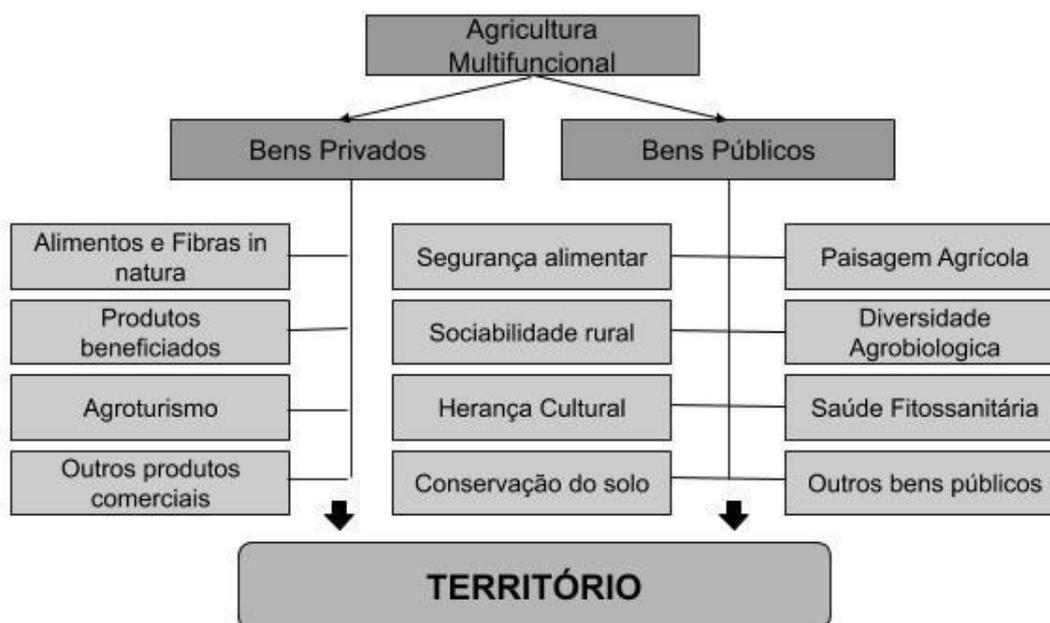
(2) *promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais*: esse campo abrange a produção para o abastecimento alimentar da própria família e, além disso, a possibilidade de comercialização de produtos alimentícios ou não, assim como as escolhas técnico-produtivas específicas dos agricultores e os principais canais escoamento produtivo.

(3) *manutenção do tecido social e cultural*: esse campo aponta para o melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, considerando os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais e de promoção da inclusão e participação dos indivíduos em na sociedade.

(4) *preservação dos recursos naturais e da paisagem rural*: essa medida mantém relação com a utilização de recursos naturais, a conexão entre atividades econômicas, a paisagem e a preservação da biodiversidade.

Conforme Gavioli e Costa (2011), a dinâmica multifuncional é capaz de reorientar as políticas agrícolas e a agricultura em direção a outro modelo de desenvolvimento, por contribuírem com elementos e diagnósticos do território que permitem afirmar sua particularidade multifuncional e socioambiental. Outra particularidade descrita por Maluf (2001) diz respeito à organização de muitas das capacidades como bens públicos e bens privados, que derivam resultados que caracterizam o dinamismo territorial. A Figura 8 mostra esse pensamento da formação do território em relação à multifuncionalidade do rural.

Figura 8 . Esquema Analítico da multifuncionalidade agrícola



Fonte: Maluf (2001)

Conforme indicado por Ploeg (2006), a compreensão das possibilidades produtivas pode direcionar o surgimento de melhores sistemas produtivos e de ajuda nas estratégias de apoio e investimentos no âmbito público e privado, particularmente no que diz respeito a:

l) criação de novos itens e administrações, com a criação simultânea de novos mercados. (Circuitos; II) avançar para uma agricultura progressivamente autossuficiente; iii) reconectar a agricultura com a natureza, com o recebimento de práticas produtivas com conexão ecológica mais sustentáveis; iv) novos tipos de colaboração e associativismo local; v) reintrodução de obras artesanais para entregar trabalho com caráter regional; e vi) potenciais da inclusão em trabalhos não agrários ou multifuncionais Ploeg (2006).

Todavia, a multifuncionalidade não pode ser posta simplesmente no que diz respeito às relações de mercado, mas se fortalece na ideia de que ela pode ser assimilada como uma ferramenta para analisar estruturas rurais e suas relações com diferentes divisões da economia, da sociedade, dos recursos naturais e da cultura. Da mesma forma, favorece a apresentação de avanços que beneficia o agricultor como um modelo de melhoria e inovações. Além de contribuir diretamente a um modo de transformação territorial que fomenta um desenvolvimento rural mais justo.

3 O RURAL EM FESTA

Nos lugares onde as grandes empresas agrícolas não controlam todo o território, o rural é um lugar de moradia, de convivência com a natureza e práticas culturais. É um território potencial de manifestações socioculturais e provedores da qualidade de vida. A sua multifuncionalidade cultural se apresenta nas festas comunitárias e crenças, e contribuem para produzir uma capacidade simbólica do território. Esse simbolismo festivo qualifica o rural, pois estes moldam a sua paisagem. Para Piette (1988) as festas (Figura 9) ocupam diversos papéis dentro da comunidade rural; um é o sentido social quando traz um envolvimento comunitário com aspectos de formação ética, altruísmo e senso comunitário.

Figura 9 . Festa Religiosa – Aspecto de uma Festa no Monte



Fonte: FUNDO MUSEU PAULISTA - FMP – 13,8 cm x 9 cm (sem moldura) (s/d).

Outro papel das festas está em ocupar uma dimensão específica da relação espaço-tempo, já que muitas delas necessitam de fatores correlacionados a uma sazonalidade. As festas culturais das comunidades rurais para Paes (2009) surgem como meios de consumo turístico dos territórios e passam a ocupar um uso

monetário e de promoção do desenvolvimento rural. Ao contrário do que relata Oliveira 2007:

Eis um questionamento bastante significativo para não iludirmos o leitor na perspectiva de um tema tão cativante. É preciso ter, desde o início, a exata medida de que nenhuma festa popular pode “naturalmente”, ser considerado um atrativo turístico. Quando esta consideração aflora faz-se necessariamente uma deturpação de seus motivos e dinâmicas, num ato tão impensado quanto à exploração de massiva de serras, praias e cavernas sem qualquer manejo ambiental. Isto significa que o impacto social da turistificação precipitada de uma festa pode ser tão insustentável quanto encher indiscriminadamente os parques nacionais de visitante. Uma violência muitas vezes irreparável (OLIVEIRA, 2007).

Para as pessoas da comunidade a festa interrompe o cotidiano, criando outro ambiente em que se mudam as funções e posições no espaço. As festas criam para a comunidade uma novidade e oferecem oportunidades de mudanças para formas de organizações sem ordens específicas e autogestionadas (DUVIGNAUD, 1991). As festas também contribuem para delimitar territórios ou regiões, construindo sobre ele uma identidade cultural. Os grupos e comunidades rurais. A partir de suas singularidades, constroem uma geografia simbólica, repleta de dimensões místicas.

A festa, conforme Lefebvre (1958), já na antiguidade clássica, estava intimamente ligada à natureza. Festejava-se a colheita, portanto, a fartura. Festejava-se em reverência à natureza e ao seu poder de reprodução da vida, em agradecimento e, ao mesmo tempo, como garantia de alimentos. A falta da festa e de tudo o que ela representa poderia ter como consequência catástrofes naturais tais como terremotos, grande período de seca ou de chuva, etc. Neste sentido, ainda segundo Lefebvre (1958), a natureza se apresentava ao mesmo tempo perto e distante; adorada e temida (MARIANO, 2009).

As festas do rural unem a dimensão de espaço público e privado, alteram as relações de poder e classes, criam novos atores comunitários e estabelecem novos laços. A comunidade rural em festa comunga um território místico e repleto de tradições que moldam a sociedade que lá habitam.

3.1 AS FOLIAS DE REIS NO RURAL

As folias de reis iniciam-se em dezembro e terminam em 06 de janeiro. É realizada por um mestre festeiro encarregado de organizar a festa. Ela é composta em sua maioria por homens, que percorrem as casas da comunidade para recolher oferendas para festa final. O Grupo é organizado em um mestre ou embaixador, um porta-estandarte, cantadores e instrumentistas e dois ou três palhaços e um animal para transportar as oferendas recebidas.

Na organização ritual da Folia observa-se a presença de componentes com funções específicas: mestre, contramestre, bandeireiro, músicos e palhaços. No ritual, que narra o episódio da visita dos Reis Magos ao Menino Jesus, a figura do palhaço assume o papel de soldado do rei Herodes, perseguidor do Menino Jesus, e traz consigo aspectos de teatralidade, presentes em sua indumentária, incluindo a máscara, e em sua performance (SILVEIRA, 2017).

A ida da folia nas casas da comunidade rural promove uma reunião social, que apresentam dois momentos importantes: o agradecimento ao morador perante a assistência dada como oferta e a pausa para o descanso e alimentação. Este ambiente cria nos indivíduos uma relação de união comunitária que agrega positivamente para uma comunidade rural. O processo ritualístico realizado pela folia é prioritariamente iniciado pelo mestre embaixador através da cantoria, dividida em momentos como pedido de licença para adentrar as casas, entrega da bandeira, pagamento de promessas, agradecimento, convite para a festa e despedida da bandeira (CASSIANO, 1999). A Figura 10 abaixo demonstra os integrantes da folia de Reis de Campinas no estado de São Paulo.

Figura 10 . Grupo de folia da região de Campinas-SP



Fonte: Folias de Reis Samba do Povo - (S/D)

As folias por fim percorrem diversas casas da comunidade rural e finalizam o ritual na festa do dia 06 de janeiro com muita comida e diversão, na qual há um agradecimento aos foliões e à comunidade envolvida. Desta maneira, a trajetória sagrada cumpriu suas obrigações religiosas. As folias estimulam no meio rural o equilíbrio entre a realidade e o místico que por meio de seus participantes, músicos e comunidade, manifestam seus desejos e necessidades religiosas, consequentemente sociais.

3.2 O DESAFIO DO CURURU

A dança de roda de caráter duelista e eminente religiosa, o cururu possui diversas versões fundadas no contexto do período colonial. No período em que os Bandeirantes percorriam o rio Tietê na busca de ouro e índios gerou uma dominação pela imposição cultural sobre o médio Tietê, da qual esse sincretismo pode ter gerado uma variedade de culturas que permanecem até hoje. O cururu é de origem tupi e tem como significado o sapo; este animal está presente sobre diversos ritos

das nações indígenas do Brasil, já que está relacionado ao mito do fogo, elemento venerado pelos indígenas.

“Caso mais indiscutível ainda dessa fusão ameríndio-jesuítica é o do Cururu. Em certas festas populares, religioso-coreográficas, tais como a dança de São Gonçalo e a dança de Santa Cruz, pelo menos nos arredores de São Paulo, após cada número do cerimonial, dança-se um Cururu. Ora, os processos coreográficos desta dança têm um tal e tão forte sabor ameríndio, pelo que sabemos de danças brasílicas com a cinematografia atual, que não hesito em afirmar ser o Cururu uma primitiva dança ameríndia, introduzida pelos jesuítas nas suas festas religiosas, fora (e talvez dentro) do templo. E esse costume e danças permaneceram até agora” (CÂNDIDO, 1987).

Na reprodução de tais mitos, podia ocorrer uma verdadeira “dança do sapo”, na qual se reproduzem os movimentos e sons do sapo. O pesquisador Heinrich Snethlage⁷ citou em suas pesquisas uma representação da festa do roubo do fogo numa dança de Cururu na tribo dos Guajajaras, situada no Rio Grayahú no Maranhão.

Recomeçou o canto, quando se tornou mais alto, o chefe da tribo levantou-se, dançou alguns passos e sentou-se novamente. Então lhe trouxeram um gigantesco cachimbo no qual ele chupou algumas vezes. Mais fogosamente repetiu a dança, enquanto eu aproveitava a ocasião para experimentar o pito. Não me dei muito bem com a cachimbada, porque os nervos da cavidade bucal me ficavam imediatamente afetados. A cada intervalo do baile punha-se o chefe e cachimbar. Que isto lhe era necessário evidenciou-se depois. Ateou-se um fogo ao redor do qual os rapazes morenos pulavam em estado de embriaguez completa. De repente o chefe acorrou-se e pôs-se a saltitar pelo fogo a soltar o hu, hu, hu do sapo. Depois tomou uma brasa e pondo-se a assoprá-la, engoliu-a de vagar. Isso foi o ponto culminante do baile, mas não o único. A dança durou, quase sem interrupção, toda a noite. E sempre se repetia a cena de engolir da brasa”. Segundo Barbosa 1881, entre os tupis da Amazônia a dança do cururu era acompanhada de um canto cujas as palavras ditas eram: “Yá munhan moracé, cururú, cururú” o que significava, vamos dançar sapo (HEINRICH SNETHLAGE, 1927).

⁷ Ornitólogo e pesquisador alemão, realizou uma viagem ornitológica entre 1923 e 1926 ao Centro-Oeste do Brasil.

Atualmente, a dança do Cururu é realizada em forma de carreiras em que a primeira rima da cantoria é realizada na carreira de algum santo, pela qual se faz reverência e homenagem ou mesmo em cumprimento de alguma promessa.

Carreiras são as rimas, às vezes introduzidas pelo 'pedestre', as quais recebem um nome, oriundo de uma palavra, geralmente de cunho religioso, que lhes dá origem. Assim sendo haverá carreiras fáceis, e outras difíceis. Algumas quase impossíveis. Diz João Pontes que, ao todo, há cento e vinte e três carreiras. (ESCALANTE, 1986)

Na sequência, as rimas mais frequentes são as de São João (onde as linhas cantadas terminam em "ão") e do Sagrado (onde as linhas cantadas terminam em "ado") (ANDRADE, 1992; SANTA ROSA, 2007). Como é possível ouvir na interpretação de Liu & Léu,⁸ na música Carreiras de Cururu, composição de Piraci,⁹ Biguá¹⁰ e Teddy Vieira¹¹. Na cantoria é sorteado o primeiro cantador que estabelece a carreira cantada para si e os demais. Quando a cantoria é um dia santo a primeira carreira é realizada em sua homenagem. Por exemplo, se a festa é de Nossa Senhora da Aparecida à carreira mais indicada é a carreira do "dia" (SANTANA,2007). O canto do cururu é organizado da seguinte maneira:

Ordem ou súplica: pedido de licença para cantar; Explicação, louvação: diz a que veio; Intimação, ameaça: o duelo está posto, o enfrentamento; Pergunta: desafio ao inimigo a se redimir; Resposta: vitima, as respostas às provocações são dadas calmamente; Reconciliação: o duelo termina; Despedida (MARIANO, 2012).

Os cantos de cururus (Figura 11) sempre predominavam temas católicos, mas atualmente o caráter de devoção vem diminuindo e outros temas ligados ao cotidiano começam a aparecer com mais frequência na cantoria.

8 Liu & Léu foi uma dupla formada pelos irmãos Lincoln Paulino da Costa e Walter Paulino da Costa, ambos da cidade de Itajobi do estado de São Paulo.

9 Miguel Lopes Rodrigues (Piraci) nasceu em Piracicaba, no interior do estado de São Paulo, em 1917, e faleceu em Caieiras/SP em 1974.

10 O compositor e radialista José Ângelo de Campos, também conhecido como Comendador Biguá.

11 Teddy Vieira de Azevedo nasceu em Itapetininga e considerado um dos mais bem-sucedidos compositores caipiras.

Figura 11 . O folclorista João Chiarini segurando o microfone para cantadores de cururu



Fonte: Acervo João Chiarini. CCMW/IEP. Piracicaba (s/d)

Devido ao caráter sincretista que o Cururu nasceu é difícil encaixá-lo em um conceito fixo. Sua prática é vinculada ao processo de oralidade e o que se encontra escrito não são consensuais acerca de suas origens, é um grande mosaico dos resquícios da formação do rural brasileiro. A narrativa da origem indígena parece ser a teoria mais coerente do surgimento do cururu que conhecemos nos dias atuais. Sobretudo é importante ressaltar que esta dança surgiu no Brasil indígena, depois é modificada com a chegada dos portugueses e se constitui como elemento cultural do território caipira.

3.3 A DANÇA DE SÃO GONÇALO

A dança do São Gonçalo que atualmente é realizada pelas comunidades rurais e não rurais do Brasil e tem suas origens no final do século XVIII, na Europa, e difere da realizada pelos portugueses. Na diversidade de festas e manifestações religiosas do rural brasileiro, a dança de São Gonçalo está presente em todas as regiões do Brasil, é um culto religioso trazido pelos portugueses e posto na dinâmica social da

população colonial, e impõem elementos da cultura cristã portuguesa sobre os diferentes grupos existentes no território, como os indígenas e africanos.

O viajante Francês Gentil de la Barbinais, que esteve na Bahia, em 1717, realizou o primeiro registro da dança de São Gonçalo. O registro causou uma interpretação polêmica por parte da coroa europeia, já que foram destacadas características festivas que exaltam a sexualidade, o que acarretou que as igrejas católicas proibissem a prática dentro das igrejas (CÂMARA CASCUDO 2001).

Já o relato do viajante francês Gentil de La Barbinais em Salvador, sobre São Gonçalo do Amarante, de 1717, as posteriores proibições de festas em louvor a este santo, comparadas às festas pagãs de africanos, demonstrou que o culto a São Gonçalo do Amarante foi antes de tudo um hábito popular que sempre esteve sob o olhar de suspeita do poder vigente (BRESCHIA, 2002).

Durante a idade média, era um hábito popular realizar danças dentro da igreja (Figura 12), algo que o colonizador não conseguiu eliminar em seu território. Isso pode explicar o fato de ter a dança acontecida em Salvador, na Igreja que leva o nome de São Gonçalo.

Figura 12 . Desenho Baseado Na Descrição
Do Viajante Gentil De La Barbinais Sobre Uma
Festa Em Louvor A São Gonçalo Do
Amarante, Em 1717, Em Salvador (Ba)



Fonte: Tinhorão (2000).

A Dança de São Gonçalo é também conhecida como “folga ou função de São Gonçalo”. Ao contrário de muitas das festas do rural, a dança de São Gonçalo não apresenta uma data certa para acontecer. Ela é realizada em sua maioria mediante o pagamento de voto ou promessa realizada ao santo pelo seu devoto. Em frente ao altar (figura 16), com a imagem dos santos, os dançantes e tocadores realizam coreografias que resultam em formas circulares e cantam 37 quadras¹² definidas pelo mestre guia da dança; é proibida durante a dança qualquer manifestação de desrespeito religioso, o que mostra seu caráter rígido e cristão.

12 Uma quadra é um tipo de estrofe, ou um poema completo, composto por quatro linhas.

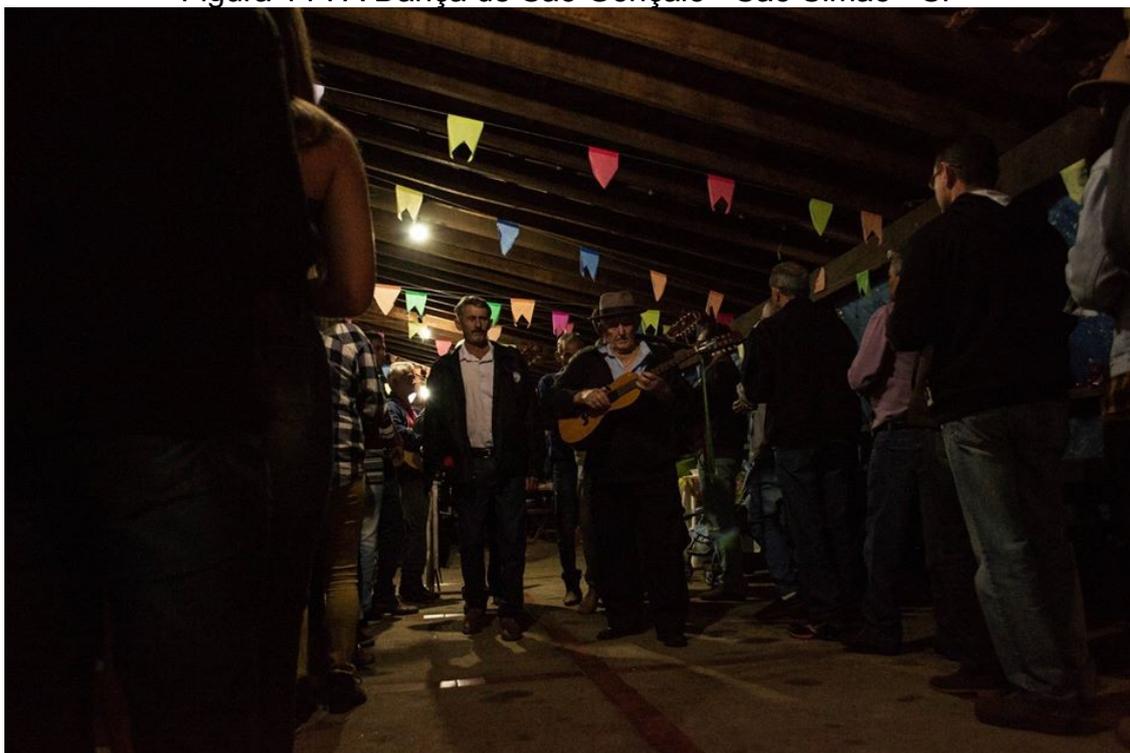
Figura 13 . Arranjo do Altar da Dança de São Gonçalo - São Simão - SP



Fonte: CaipiraLab, 2018.

Para Dantas (1976) “Constitui-se assim a dança num rito votivo integrante do catolicismo rural brasileiro, rito cuja importância melhor se percebe quando se atenta para o destaque que é dado para a promessa...”, o autor também relata que: “*Têm-se mostrado que, refletindo a estrutura da sociedade paternalista, os conceitos de “promessa”, “proteção”, “pedido”, “milagre” e “mostrar respeito” são conceitos nucleares nas crenças e práticas religiosas rurais do Brasil*”. Ao diferenciar das outras festas e manifestações do rural por delimitar de forma rígida os momentos pela qual se realiza a dança (figura 14), momento sagrado e pós dança, o momento pagão.

Figura 14 . A Dança de São Gonçalo - São Simão - SP



Fonte: CaipiraLab, 2018

A dança de São Gonçalo é mais uma festa que participa da construção do ambiente cultural do rural brasileiro e que influencia a sua formação identária no rural. As festas no ambiente rural trazem uma construção simbólica dos territórios; esta construção é uma forma de fomentar as relações da comunidade com o lugar. Esta percepção da sociedade sobre o lugar faz com que as festas configurem e moldem os territórios de forma a contribuir para manter as pessoas habitando o lugar.

3.4 A FESTA DE SANTO ANTÔNIO, SÃO JOÃO E SÃO PEDRO.

O Rural Brasileiro é marcado por diversas festividades que orientam a sua cultura local e muitas delas estão relacionadas aos aspectos religiosos como a festa de São João, que no Brasil encontra-se dentro de um ciclo festivo que acontece no mês de junho. Iniciado por Santo Antônio, 12 de junho, São João, festejado nos dias 23 e 24 e finalizada com a festa de São Pedro no dia 29 de junho. As festas aos três

santos de junho (Figura 15: São Pedro, Santo Antônio e São João) cresceram em importância e passam a ocupar espaços que compõe além do rural e ganha o cenário urbano festivo brasileiro.

Figura 15: São Pedro, Santo Antônio e São João



Fonte: Revista São Paulo São - 2018

As festas religiosas em sua maioria foram trazidas ao Brasil durante o sec. XVI pelos jesuítas, como o Frei Cardim (1584) pela qual houve grande aceitação por envolver das festas indígenas o conteúdo estético das fogueiras, das músicas e das danças nas festas cristãs. Em seus relatos retirados do livro Tratado da Terra e Gente do Brasil, pela qual contem publicações históricas da obra do Padre Fernão Cardim. São relatados três importantes festas celebradas pelos indígenas junto aos jesuítas, a qual a primeira é as fogueiras de São João.

Três festas celebram estes índios com grande alegria, applauso e gosto particular. A primeira é as fogueiras de S. João, porque suas aldeias ardem em fogos, e para saltarem as fogueiras não os estorva a roupa, ainda que algumas vezes chamusquem o couro. A segunda é a festa de ramos, porque é cousa para ver, as palmas, flores e boninas que buscam, a festa com que os têm nas mãos ao officio, e procuram que lhes caia água benta nos ramos. A terceira que mais que todas festejam, é dia de cinza, porque de ordinário nenhum falta, e do cabo do mundo vêm a cinza. e folgam que lhes ponham grande cruz na testa, e se acontece o padre não ir ás aldeias, por não ficarem sem cinza elles a dão uns aos outros, e como aconteceu a uma velha que. fallando o padre, convocou toda a aldeia á igreja e lhes deu a cinza, dizendo que assim faziam os Abarès, se padres, e que não haviam de ficarem tal solemnidade sem cinza (CARDIM, 1584 apud 1925).

Nos rituais das festas juninas o a fogueira é marcante, por ser um elemento forte da cultura indígenas e agregada pelas festas populares brasileiras. Câmara Cascudo (1988) afirma que “a fogueira acesa diante de cada residência é uma responsabilidade familiar”, e que essa festa é celebrada “com abundância de alimentos, músicas, danças, bebidas e uma tendência sexual marcada nas comemorações populares”. Nos anos 20, além dos rituais religiosos voltados ao santo Antônio (Figura 16), já conhecido na década de 20 como ‘santo casamenteiro’, a Igreja se engaja em festas caritativas e missas com uma procissão e as bandeiras dos santos nas ruas dos bairros urbanos. Aos poucos os Santos passam a integrar o conjunto do ciclo de festas, que passam a se chamar festas Juninas (CHIANCA, 2007).

Figura 16: Bento Gonçalves: Festa de Santo Antônio 1920



Fonte: Livro em homenagem aos 120 anos do aniversário de Bento Gonçalves – 2010

A festa junina é uma festa coletiva na qual uma comunidade estreita sua identidade através de símbolos e práticas que reafirmam este pertencimento. A dimensão e a extensão da rede social é o que garante o sucesso da festa. Esse aspecto grupal e identitário é o elemento que permite que essas festas sejam consideradas por muitos residentes nas grandes cidades como a ocasião para um retorno às suas localidades de origem (CHIANCA, 2007).

Há também nas festas juninas um recorte que é colocado a partir do calendário de produção agrícola baseado nas estações do ano, pela qual é organizada a vidas das comunidades rurais e seus ritmos de trabalhos, A Festa Junina apresenta desta maneira um elemento além da função comemorativa, que propões a glorificação pelas colheitas e a súplica pela fertilidade e procriação nos próximos anos, mas também de um mecanismo de contribuição da gestão produtiva do alimento.

Desse modo, as festas populares rurais parecem ser programadas de acordo com o calendário agrícola. A maioria delas se concentra após as colheitas quando estes fiéis participantes já podem pedir pela próxima safra e agradecer pela antecedente. São João Batista, assim como, São Pedro e Santo Antônio passam a cumprir o papel de solucionadores dos problemas das plantações, responsabilizadores pelo sucesso das colheitas e marcadores do tempo social já que demarcam a época de diversas festas realizadas não só pelo sertanejo, mas sim por grande parte da população cristã (LAGARES & ALMEIDA, 2009).

Lopes Júnior (1999), também retrata a dita ligação entre as festas populares rurais e o calendário agrícola de produção. Lopes (1999) reafirma:

[...] as festas juninas, no cristianismo, preservam essa ideia das colheitas, talvez pela 'consciência' das datas das festas cristãs que celebram o nascimento de João Batista, e as festas pagãs da fecundidade e do clímax do verão no hemisfério Norte. São festas que acentuam o crescimento, a repetição e o cotidiano. (LOPES, 1999, p.35).

Portanto o calendário de produção agrícola e as festas de São João, São Pedro e Santo Antônio, são componentes que integram o universo da Festa junina da qual as comunidades rurais realizam e geram sobre o território uma potencialidade sociocultural. Já a festa de São Pedro, apresenta ainda segundo a história da religião, originalmente chamado Simão, era natural da Galiléia, das margens do mar de Tiberíades, filho de pescador - sócio de uma pequena frota de barcos pesqueiros, o coloca como um representante dos pescadores, e assim torna uma festa forte nas comunidades pesqueiras e marca o encerramento das comemorações juninas (RIBEIRO, 2002). Neste dia, 29 de junho, se dá o roubo do

mastro (Figura 17) que será devolvido no final de semana mais próximo, para garantir a extensão das comemorações juninas por mais alguns dias.

Figura 17 . Mastro de São Pedro em festa tradicional em sua homenagem



Fonte: Revista Planeta, 2010

É importante frisar que estas festas assumem uma representação social e ativa a memória coletiva das comunidades rurais, elas se confundem e se mesclam. Por isso, a própria realizações das mesmas acabam a se emaranhar e a colocam como uma só grande festa, a festa junina.

4 VIOLA CAIPIRA E (RE)ENVOLVIMENTO RURAL: O CASO PRÉ-ASSENTAMENTO ELIZABETH TEIXEIRA EM LIMEIRA (SP)

Este capítulo analisa a dimensão cultural dos processos de multifuncionalidade rural através de um estudo de caso do Projeto de Extensão Comunitária (PEC) *Viola Caipira: contribuindo na construção coletiva de nossa história*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), realizado no pré-assentamento Elizabeth Teixeira (Figura 18). O projeto procurou não se distanciar das práticas culturais ali já realizadas, da qual envolveu agricultoras e agricultores com idades entre 50 e 60 anos, universitários entre 20 e 35 anos e crianças entre 10 a 15 anos. O projeto, em sua maior parte, é composto por mulheres (60%) e procurou valorizar os conhecimentos locais já existentes. Buscou identificar as habilidades dos participantes para que fosse possível aperfeiçoar o processo de criação do instrumento. O pré-assentamento Elizabeth Teixeira com aproximadamente 124 hectares é ligado ao Movimento do Sem Terra (MST)¹³ e existe há cerca de treze anos no mesmo local em uma região de vegetação predominante de cerrado, com 250 famílias pré-assentadas a uma distância de 15 km do centro da cidade de Limeira (SP). Por se caracterizar como um pré-assentamento, ainda não conta com recursos de um assentamento, como energia elétrica e água encanada, tampouco de assistência técnica rural e acesso às políticas públicas para agricultura.

13 “Desde a sua fundação, o MST ocupa e realiza acampamentos para reivindicar o uso socialmente justo de propriedades públicas e privadas que não cumpram a sua função social, seja em relação aos níveis de produtividade, seja no que diz respeito à conservação dos recursos naturais, ou, ainda, em termos de relações justas entre trabalhadores rurais e patrões.” (ROSA, 2012, p. 514); “As ocupações de terra são hoje a principal estratégia de ação coletiva adotada por movimentos sociais que lutam pela realização de uma reforma agrária no Brasil (...) um instrumento fundamental para a reivindicação da transformação, no país, da estrutura da propriedade rural, em seus diversos aspectos” (ROSA, 2012, p. 511).

Figura 18 . Pré-Assentamento Elizabete Teixeira com aproximadamente 124 hectares



Fonte: Google Earth- Foto de 14/02/2020

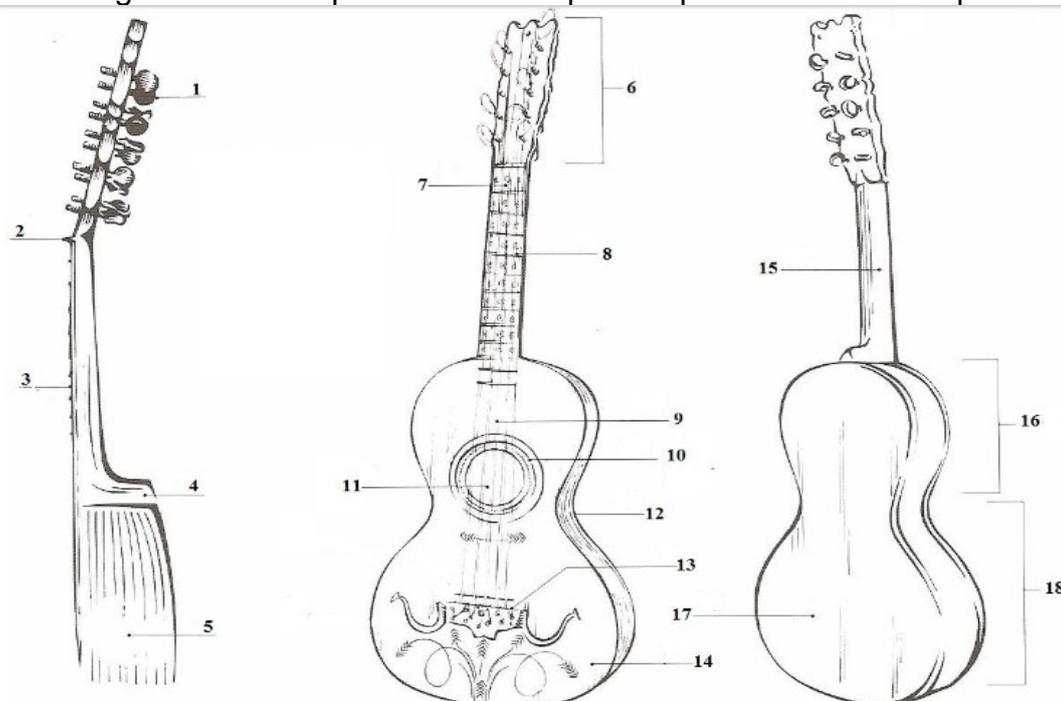
O projeto ocorreu entre outubro de 2017 a outubro de 2018 e previu promover a construção de quatro violas de forma participativa. Procurou-se utilizar na construção das violas, materiais de baixo custo e acessíveis aos agricultores. Priorizou utilizar ferramentas que não necessitasse energia elétrica, já que a energia provinda do local é a de gerador¹⁴. Contudo, a exigência de ferramentas específicas da lutheria¹⁵, que por si só, necessitam de energia elétrica, levou a uma maior dificuldade na construção das violas. A Figura 19 abaixo, mostra as principais partes de uma viola caipira, que podem ser enumeradas da seguinte forma: (1) tarraxa ou cravelha; (2) pestana ou traste zero; (3) trastes, trasteira, palheta, espelho ou escala; (4) castanha ou pé do braço; (5) aro, faixa lateral, cinta ou ilharga; (6) mão, cabeça ou cravelhas; (7) casa; (8) traste; (9) corda; (10) roseta; (11) boca; (12) cintura; (13)

14 Os geradores de energia são equipamentos práticos e destinados a residências, pequenos comércios, construção civil, camping, oficinas, etc. Funciona através de um motor a combustão (gasolina ou diesel), ou seja, possuem um alternador que irá transformar a energia mecânica da rotação do motor em energia elétrica.

15 A lutheria ou liuteria é uma profissão artística que engloba a produção artesanal de instrumentos musicais de corda com caixa de ressonância. Tais palavras tiveram origem da construção do alaúde, que em italiano se chama liuto; portanto, liutaio significa aquele que faz alaúdes.

cavalete; (14) tampo ou testo sonoro; (15) braço; (16) bojo superior; (17) fundo; (18) bojo inferior.

Figura 19 . Principais elementos que compõem uma viola caipira



Fonte: Corrêa (2002, p. 31).

O projeto contou com um luthier, com a função de orientar na construção das violas e possuía como objetivo construir com os agricultores quatro violas de forma coletiva. É importante ressaltar a pedagogia utilizada pelo luthier orientador na construção das violas, pelo qual obteve posturas de educador e não somente de um construtor. Para que fosse possível o aprendizado de uma forma horizontal e dinâmica, o processo pedagógico aproximou do sistema humanístico freiriano, colocado por Paulo Freire na educação de jovens e adultos, o EJA¹⁶.

Em Paulo Freire, a abordagem da educação não é unilateral. Não há uma relação linear de poder, mas um processo dialético em que educador e educando estão imersos numa aventura de descoberta compartilhada. Por isso é [a educação] uma concepção revolucionária, comprometida com a libertação humana (GAYATO, 1989, p. 12).

¹⁶ O método proposto por Paulo Freire na década de 60 é criado a cada vez que se usa. Entende-se como um método de alfabetização construído juntamente com o aluno, depois de contextualizar a sua história de vida. Ele educa enquanto se constrói e, portanto, é um processo de prática da educação popular.

Nos momentos de diálogo durante a prática da construção do instrumento, surgiram indagações sobre as questões culturais, políticas e econômicas, da condição do local. Como exemplo, o acesso à energia elétrica, a renda, a qualidade de vida, as festas e manifestações religiosas, entre outras, o que permitia aos participantes refletir sobre a sua importância naquele território.

Para o estudo foi utilizado o método da observação participante que possibilitou uma aproximação com todos os atores envolvidos no projeto. A metodologia do Projeto favoreceu o estreitamento das relações de confiança e a capacidade de registro. Foi apresentado como resultados algumas reflexões sobre a importância das ações culturais no (re) envolvimento social nos processos de desenvolvimento dos territórios rurais.

4.1 MULTIFUNCIONALIDADES DO RURAL HABITADO E A DIMENSÃO CULTURAL

A cidade industrial e o campo agrícola envolvem todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos econômicos. No caso estudado por Baptista (2001), basicamente no Sul da Europa, o fator principal da diferenciação rural-urbano é o tamanho dos aglomerados populacionais: dos elementos inicialmente apontados para delimitar a especificidade do rural, passado menos de um século da história das sociedades rurais e do percurso da Sociologia Rural, resta à pequena dimensão dos aglomerados (NEWBY, 1983). Já para Tönnies (1947 e 1973), três qualidades das comunidades rurais poderiam ser destacadas: a) relacionamento familiar; b) vizinhança; c) amizade. O relacionamento familiar corresponde aos laços de sangue e vida básica em uma casa em comum.

Pesquisar o rural condiz em observar, em função de um determinado objetivo ou perspectiva, os povoados onde, de um local a outro, predominam atividades econômicas, culturais e sociais diversas, em que prevalecem vertentes culturais e relações sociais diferenciadas (BAPTISTA 2001).

Estamos perante uma “ruralidade transformada” relativamente à qual uma parte considerável do sector da agricultura a tempo parcial, pode vir a constituir uma via potencial para a manutenção ou, mesmo, para a expansão, através do preenchimento das designadas “novas” funções sociais e ambientais, de práticas agrícolas consentâneas com a crescente e diversificada procura social que, no atual contexto social e ambiental, incide sobre os espaços rurais pós-industriais (LIMA, 2007, p. 9).

O espaço rural é modificado constantemente, e a agricultura familiar é um dos atores com potencial de transformar e criar “novas” funções sociais, ambientais e culturais. Além das práticas agrícolas que sustentam o interesse social, a agricultura familiar exerce a multifuncionalidade também no aspecto cultural, o que contribui para a concretização de um rural sustentável. (CAZELLA, 2017) afirma que, não obstante os avanços alcançados nos últimos 25 anos na concepção de políticas públicas específicas para agricultura familiar brasileira, três aspectos se sobressaem: a polarização das ações, separando as políticas as de natureza produtiva e as de carácter assistencial; as dificuldades de se ampliar o público contemplado pelas políticas orientadas para o fomento da produção agropecuária; e a inexistência de contrapartidas socioambientais para aqueles que se beneficiam de subsídios públicos.

O reconhecimento político e a alocação de recursos públicos para a agricultura familiar não diminuíram a atenção dada pelo aparelho de Estado ao conjunto de políticas consideradas estratégicas para o crescimento do setor agropecuário. As ações visando o fortalecimento do ambiente institucional e as dotações orçamentárias, especialmente destinadas ao crédito rural subsidiado, priorizam amplamente as formas de produção não familiar. (CAZELLA, 2017, p. 55.)

A complexa diversidade de desequilíbrios socioambientais coloca sobre o rural a capacidade de revigorar um modelo alternativo que contraponha ao convencional, marcado pela expansão da lucratividade e pela pouca variedade, seja agrária, ambiental e social. Ao contrário manifesta-se a agricultura familiar por meio da hibridização cultural no ambiente rural, o que os colocam a uma nova lógica de produção, mas sem perder os seus costumes (OLIVEIRA, 2014).

É importante lembrar, que apesar desta constante hibridização cultural no ambiente rural, muitos costumes ainda não se perderam, porém foi incorporados em uma nova lógica, um novo hábito. Um exemplo são as produções de queijos e geleias. Estes produtos eram feitos apenas para consumo da própria família, hoje, muitas vezes, são feitos para a venda. Manteve-se o costume, mudou-se a lógica da produção (OLIVEIRA, 2014, p. 185).

Na atualidade, a agricultura familiar engloba diversas identidades, algumas por necessidade outras por exigência do meio cultural. Essa profusão de identidades está acontecendo em toda a sociedade, e a agricultura familiar não ficou distante deste processo. Muitas vezes, além de produtores, os agricultores familiares também são benzedores¹⁷, líder de manifestações culturais como dança de São Gonçalo¹⁸ e Folia de Reis¹⁹. Assim, hoje o espaço rural é constantemente, um espaço multifuncional cultural, onde existem várias formas de agrupar e relacionar-se com o território.

4.2 A VIOLA CAIPIRA: A CULTURA NO (RE)ENVOLVIMENTO RURAL

A cultura da globalização fixou o seu status hegemônico sob o território rural por meio de sua contínua captura de discursos, incorporação, minimização, marginalização ou diminuição das comunidades ali existentes. Antônio Cândido (1987) relata a dificuldade de o caipira enquadrar-se na estrutura do mundo capitalista, o que coloca em risco o seu modo de ser.

17 Benzedor, Curador ou simplesmente Rezador é uma atividade, muitas vezes considerada curandeirismo, destinada a curar uma pessoa doente, aplicando sobre ela gestos, em geral acompanhados por alguma erva com pretensos poderes sobrenaturais,

18 A Dança de São Gonçalo tem origem latino americana e pode ser encontrada em diversos estados do Brasil, com características próprias em cada região.

19 Folia de Reis é uma manifestação, cultural e festiva, classificada, sobretudo no como, comemorativa da festa religiosa da ou Teofania, que se caracteriza por celebrar a Adoração dos Magos ao nascimento de.

A cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso; a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social que a alteração destes provoca derrocada das formas de cultura por eles condicionada. Daí o fato de encontrarmos nela uma continuidade, uma sobrevivência das formas essenciais, sobre transformações de superfície que não atingem o cerne senão quando a árvore já foi derrubada – e o caipira deixou de o ser (CANDIDO, 1987, p, 83).

Para a discussão sobre aspecto cultural no território rural, foi realizada uma análise de caso do Projeto de Extensão Comunitária (PEC) *Viola Caipira: contribuindo na construção coletiva de nossa história*. O projeto tinha como objetivo específico construir de forma coletiva quatro violas caipiras (Figura 20) e transformar este processo num espaço educador e cultural.

Figura 20 . Foto do primeiro encontro de construção da viola caipira



Fonte: Gustavo Filipe, 2017

Os agricultores participantes do projeto lutam para a regularização de suas terras perante o INCRA²⁰. As experiências adquiridas nas organizações comunitárias durante o processo de luta pela terra contribuíram para a construção coletiva da

²⁰ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira.

viola. À medida que essas experiências apareceram, fomentaram uma organização do trabalho em formato de mutirão²¹, através do qual foram construídas as violas.

Na etapa de construção das violas, surgiu a preocupação por parte dos agricultores de registrar e sistematizar as informações do processo de construção dos instrumentos. Isso levou a elaboração de um guia de confecção de viola caipira (Figura 21), que foi dividido em capítulos sobre a construção do bojo (corpo), do braço da viola e sobre o acabamento, com aproximadamente dezessete páginas.

Figura 21 . Guia de confecção de viola caipira realizado durante o projeto de extensão



Fonte: Gustavo Filipe, 2018

4.3 A INTERAÇÃO COMUNITÁRIA NO BOJO DA VIOLA

As atividades realizadas no primeiro dia de construção resultaram nos cortes dos fundos, tampos, laterais das violas, na construção dos leques harmônicos, na colagem das partes e na formação do bojo (corpo) (figura 17) da viola caipira.

²¹ Mutirão consiste em uma espécie de ajuda mútua entre os moradores de um determinado bairro. São as atividades da lavoura, roçados, plantações e indústria doméstica que proporcionam o mutirão, o qual sempre termina com uma festa. O favor nunca é esquecido e é retribuído assim que solicitado. Antonino Candido (1987)

Figura 22 . Construção do bojo da viola



Fonte: Gustavo Filipe 2018

Também foi realizada uma discussão sobre a organização do grupo participante, para que colocasse a frente os processos coletivos e de continuidade do projeto. Na discussão sobre o trabalho da construção das violas, apareceram reflexões sobre ideias de organização que valorizasse a coletividade e que fomentasse as relações entre seus habitantes com os contextos sociais ali existentes. A consciência do trabalho coletivo é retratada como reflexo evidente do estilo de vida das comunidades (GÓIS, 2005). Como exemplo pode ser citado os mutirões, que representam uma forma de organização do trabalho encontrado em comunidades rurais.

A mão-de-obra dos sítios é essencialmente familiar, apesar de em certos momentos de o ciclo agrícola utilizar alguma força de trabalho assalariada ou ainda, em alguns poucos casos, cada vez mais raros, a cooperação dos vizinhos — o mutirão. Nessa categoria, muitas vezes, podem ser também incluídos os posseiros e os meeiros (DIEGUES, 1999, p. 60).

Para problematizar as reflexões que ocorreram durante o projeto, buscou-se criar espaços de diálogos, este processo de interação fortaleceu os vínculos

afetivos, e o sentimento de pertencer ao território. A intenção era valorizar os indivíduos e o território, por meio do trabalho comunitário, da qual compartilham significados e sentidos nos processos de aprendizagem.

A análise nos permite um distanciamento crítico da comunidade e de nós mesmos, e a vivência nos faz entrar sensível e emocionalmente no lugar, identificar-nos com ele, levando-nos a sentir a realidade social profunda acontecendo na vida de cada morador em seu cotidiano de luta, sofrimento e esperança (GÓIS, 2008, p. 83).

Os valores ideológicos e culturais do trabalho comunitário permitem considerar a desenvolvimento local territorial como um contexto histórico-cultural vivido concretamente. Desassociar o ideológico da prática do trabalho comunitário é separar o "indivíduo da sociedade, de sua cultura e de seu cotidiano local" (GÓIS, 2008, p. 76).

4.4 OS LAÇOS COMUNITÁRIOS NO BRAÇO DA VIOLA

AA construção da viola está ligada aos vínculos sociais gerados a partir das condições de trabalho e do modo de viver e pensar. A importância das relações de amizade com vizinhos dentro do pré-assentamento demonstrou-se fundamental na construção das violas. No início do trabalho de construção dos braços das violas (Figura 24), o gerador de energia disponível no pré-assentamento não funcionou e, naquele momento de dificuldade, um morador do Elizabeth Teixeira, que não participava do projeto, realizou um concerto e foi então possível finalizar o trabalho de construção do braço.

Fatores como boa relação com a vizinhança, às formas semelhantes de pensar o território e o companheirismo sobre o processo de lutas foram aparecendo dentro do processo de construção das violas. A vizinhança é retratada pela vida da mesma maneira, na qual a proximidade contribui para um sentimento compartilhado de confiança e solidariedade e a amizade na formação de vínculos. Para o autor,

cada relacionamento social de um indivíduo é influenciado e fortalecido pelas relações comunitárias.

Figura 23 . Construção do Braço da viola caipira



Fonte: Gustavo Filipe, 2018

Por fim, as necessidades e condições adversas que o local apresentou durante a construção do braço, sem energia e ferramentas, moveram para uma cooperação coletiva fundamental para o alcance do resultado final. Este processo levou a todos a repensar os laços comunitários e à compreensão das formas de vivências no rural. Permitiu ainda que o processo de construção do braço da viola caipira fortalecesse os laços dos participantes com os não participantes do projeto.

4.5 OS INTERCÂMBIOS CULTURAIS

Durante o projeto, foi realizada uma saída de campo para que os participantes pudessem assistir a um concerto da Orquestra Sinfônica de Limeira, durante a Semana da Cultura Caipira, realizada no município (Figura 24). Para a grande maioria, era a primeira experiência de acesso a um espaço que simbolizava

um ambiente cultural erudito, ponto importante para tecer reflexões acerca do acesso à cultura.

A ida ao teatro, um espaço pouco ocupado pelos agricultores possibilitou a eles vivenciar uma experiência diferente das rodas de violas. A reflexão sobre as culturas erudita e popular foi inevitável, já que a restrição socioeconômica e o distanciamento territorial não contribuem para que acessem essa cultura. Identificou-se que grande parte do saber construído no ambiente rural acontece de maneira oral, o que gerou uma diversidade, no que pensavam ser, o conceito de cultura popular. Sachs (2005) analisa o poder das comunidades de desenvolver a consciência e misturar culturas como base fundamental para o surgimento de novas culturas. A diversidade e a multiplicidade de identidades, quando se misturam e coexistem entre si, formam a pluralidade de culturas, valores e tradições.

Figura 24 . Ida a orquestra Sinfônica de Limeira-SP



Fonte: Gustavo Filipe, 2018

Afinal, a saída de campo proporcionou uma ação participativa entre os sujeitos com diferentes saberes, que possibilitou ampliar o entusiasmo dos participantes com o projeto. A experiência com a cultura erudita, proporcionada pela Orquestra Sinfônica, permitiu vivenciar uma realidade que contribuiu com os

conhecimentos dos agricultores. Há, portanto, constante ação, reação, reflexão e reformulação do saber, fomentada pelos espaços.

4.6 A RODA DE VIOLA E OS ESPAÇOS EDUCADORES

O conceito de *espaços educadores* é utilizado neste capítulo a partir do discurso do termo *espaços educador para sustentabilidade*. Este compreende que a estrutura física pensada nas dimensões espaço, gestão e currículo assumem um caráter educador para a sustentabilidade. Para Trajber e Sato (2010), reconhecer as estruturas e aplicar as dimensões espaço, gestão e currículo, pode direcionar as escolas e locais de ensino-aprendizagem, a um espaço educador para sustentabilidade.

Reconhecem a escola como um espaço educador sustentável em três dimensões conectadas: o espaço, o currículo e a gestão. O projeto incentiva que o espaço da escola seja repensado em articulação com o currículo, de acordo com as premissas da sustentabilidade socioambiental, gerando uma nova cultura na comunidade escolar. Envolvem estudantes, membros da comunidade, professores, funcionários e gestores em diálogos constantes voltados à melhoria da qualidade de vida, por meio da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (ComVida), uma ação estruturante da educação ambiental já adotada em algumas escolas brasileiras, que seria um mecanismo para a readequação gradual e permanente da escola a essas novas premissas (TRAJBER e SATO, 2010, p. 72).

Os conceitos de comunidades aprendentes, desenvolvido por Carlos Brandão (2005), e de estruturas e espaços educadores, desenvolvidos por Matarezi (2005), são conceitos que vêm surgindo nos trabalhos de educação ambiental nos mais diversos setores da sociedade incluída as escolas.

De acordo Brandão (2005a), as pessoas convivem “*com várias comunidades de trabalho, de serviço, de participação e de mútuo ensino-aprendizagem*”. Ensinar e aprender estão presentes a todo o momento nas relações entre as pessoas e o seu mundo. Matarezi (2005) propõe a metodologia “Trilha da Vida” como espaço educador. Procura através dela vivenciar, perceber e atribuir significado aos

conceitos: “*É propiciar a vivência, a experimentação concreta e sensível de todos estes princípios e conceitos elencados como chave para uma educação crítica, popular, emancipatória e transformadora*”.

O que torna um espaço vazio cheio de significados e aprendizagens são a qualidade e função das relações que mantenho com este espaço e com suas estruturas. São as mediações, vivências, interpretações, representações, significações, reflexões e ações que faço neste/deste espaço/lugar, nestas/destas estruturas e relações. São os objetivos pedagógicos que, intencionais ou não, estabeleço nos múltiplos cotidianos em que vivo. Assim dois movimentos são possíveis e coexistem: um que parte de mim e outro que parte dos espaços e estruturas com as quais convivo. Portanto influenciou neste espaço/estrutura e sou influenciado por ele. Movimento e sou movimentado por ele (MATAREZI, 2005, p.162).

Os espaços educadores propõem um ambiente que questione as pessoas. No projeto, foi pautada uma revisão do repertório musical das rodas, no qual se buscou utilizar músicas que aproximassem da realidade dos agricultores, como o uso da terra, o processo de desenvolvimento, o êxodo rural. As rodas de viola possibilitaram discutir os ritmos da música caipira, como cururu, cateretê, guarânia, chamamé, polca, cipó preto, pagode, moda de viola, entre outros, como também perceber que cada região tem seu próprio estilo de música e de viola, podendo ser encontrada a viola de cocho, a cabocla, a paulista, a angrense ou a do litoral (PINTO, 2008).

Foram apontadas as diversas afinações²² do instrumento ao longo do tempo, apesar de terem sido mantidas “*inalteradas as principais características do instrumento português*” (CORRÊA, 2000, p. 24). A viola veio a sofrer adaptações e transformações na medida em que se espalhou pelo território brasileiro. Estas mudanças vão desde particularidades em sua forma de construção, distribuição e número de cordas utilizadas, maneiras de ser tocada (os toques de viola), até as mais de vinte afinações diferentes que aqui recebeu (PINTO, 2008).

Procurou evitar-se, nas rodas de viola, expressões musicais de uma determinada cultura que traziam em suas letras sentidos implícitos e explícitos que pudessem contribuir para a violência contra mulher ou fortalecer o patriarcado.

22 Para mais referências sobre afinações, tipos de violas e as regiões onde são encontradas, ver Corrêa (2002), Lima (1964) e Araújo (1958/59).

Como exemplo, a canção “Cabocla Tereza”, composta por João Pacífico²³, e interpretada por inúmeras duplas sertanejas, que relata a história de uma mulher que saiu de sua casa, abandonando seu esposo, para viver um novo amor e por este motivo foi alvo da violência:

[...] Vi uma cabocla no chão E um cabra tinha na mão
Uma arma alumiando [...]

[...] Senti meu sangue fervê / Jurei a Tereza matá / O meu alazão arrei / E ela eu vô percurá. / Agora já me vinguei / É esse o fim de um amor/ Esta cabocla eu matei/ É a minha história, dotor.[...]

A canção “Cabocla Tereza” atua como uma crônica, capaz de expressar os valores contidos no ambiente rural de meados do século XX no país. Apesar de expressar valores relativos à violência e às hierarquias de gênero, a canção foi regravaada inúmeras vezes por diversos cantores sertanejos, denotando o caráter de aceitação que a mesma ainda possui em ambientes rurais, visto que *“ao se referir e, por consequência, referenciar estes valores como naturais e imutáveis, a moda reforça, involuntariamente, uma cristalização destes valores”* (BARISON, 1999, p. 288). É importante que se discuta a influência da letra destas canções na construção da consciência coletiva sobre os papéis de gênero. Além disto, o fato da escolha das canções buscar uma diversidade de estilos que representam culturas populares específicas faz com que a possibilidade de compreensão de diferentes culturas regionais perceberem o patriarcado e as representações acerca das mulheres (RIBEIRO & PONCIANO. 2018).

O projeto buscou realizar uma identificação preliminar de músicas que fazem parte dos cancionários populares brasileiros, e que foram produzidas e lançadas durante o século XX. A música caipira é cronista de sua realidade, denuncia a exploração do trabalho rural, o seu êxodo, o processo de desenvolvimento, e por isto aproxima da realidade dos participantes do projeto. Como exemplo a música Triste berrante de composição de Solange Maria²⁴ e Adauto Santos²⁵, eternizada na voz de Pena Branca e Xavantinho.²⁶ Esta, retrata o processo de desenvolvimento colocado no rural, quando o mesmo pavimenta uma estrada de terra.

23 João Batista da Silva (Cordeirópolis, São Paulo, 1909 - Guararema, São Paulo, 1998). Compositor e cantor. João Pacífico nasce em 5 de agosto de 1909 na fazenda Cascalho, no atual município de Cordeirópolis, São Paulo.

24 Solange Maria Simão, cantora e compositora que iniciou no programa Mini-Guarda e também chegou a atuar no Programa Jovem Guarda, comandado por Roberto Carlos.

25 Adauto Santos, foi um violeiro e compositor de grande importância na música caipira.

26 Pena Branca & Xavantinho foi uma dupla de cantores de música caipira do Brasil. Fizeram muito sucesso com a canção "O cio da terra", de Chico Buarque e Milton Nascimento, com participação especial do próprio Milton Nascimento.

[...] Ali passava boi, passava boiada
Tinha uma palmeira na beira da estrada
Onde foi gravado muito coração
Mas sempre foi assim e sempre será
O novo vem e o velho tem que parar
O progresso cobriu a poeira da estrada
E esse tudo que é o meu nada
Eu hoje tenho que acatar e chorar
Mas mesmo vendo gente, carros passando
Meus olhos estão enxergando uma boiada passar[...]

Não só a música caipira como a música popular brasileira é encontrada canções com o tema desenvolvimento em todas as regiões do país. Todavia, elas se tornam pontos importantes em um espaço educador, já que, provoca nos participantes o questionamento sobre suas realidades (DIAS, 2010). A proposta de propiciar o encontro e as interações em um espaço educador, por meio da roda de viola, contribuiu para que se tornasse um espaço além de cantar músicas, mas também de discutir sobre elas. A roda de viola (Figura 25) é uma prática costumeira das comunidades rurais. Realizadas em festas ou mesmo no cotidiano da população rural, é uma forma de aprendizagem também do instrumento musical, a viola caipira.

A roda de viola consiste numa prática musical coletiva entre os violeiros da tradição oral, conservando um traço característico da viola caipira. Na roda, toca-se em torno do instrumento e se canta o repertório típico da música sertaneja raiz. Nessa ocasião, os violeiros têm a oportunidade de se observarem para depois tentarem refazer o que ficou gravado naquela experiência (DIAS, 2010, p. 78).

Aqui, convém destacar o significado da memória ao cunhar a forma de articular a conservação de uma tradição musical do passado com o presente, ou seja, entender “a confluência entre a memória e a percepção”.

Figura 25 . Roda de viola no Pré-Assentamento Elizabeth Teixeira - Violeiros



Fonte: Gustavo Filipe, 2018

As rodas de violas permitiram discutir as relações culturais e os valores éticos e afetivos (amizade, parentesco) do lugar e é, a priori, positivo e sadio para o (re)envolvimento rural. Portanto, também foram considerados espaços educadores, já que possuíram um caráter educacional.

4.7 A VIOLA, UM INSTRUMENTO PARA ALÉM DA DISPOSIÇÃO DE MADEIRAS E CORDAS

O processo de construção coletiva das violas demonstrou a potencialidade dos participantes na realização de algo que, no início, parecia difícil ou mesmo impossível nas condições que o lugar oferecia. Durante o projeto, foi percebido que a construção das violas (Figura 26) apresentou resultados para além do próprio instrumento, já que o fortalecimento comunitário foi marcante como resultado do processo. Assim, a construção permitiu fortalecer o vínculo dos participantes com o lugar, uma ação propositiva de resistência e resiliência

Figura 26 . Violas Caipiras Finalizadas



Fonte: Autor, 2018

A construção das violas foi um componente que permitiu aos participantes perceber que o território rural pode ser modificado e reconstruído. Além de conectar e reconhecer-se com o lugar, através da práxis coletiva, proporcionou aos participantes prosperar com o território, como relata Milton Santos.

O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978, p. 171).

O reconhecimento do lugar é entendido como uma necessidade humana de enraizamento (Moles e Rohmer, 1998). Ocorre quando o eu se inscreve num lugar geográfico e, a partir daí, há a denominada criação do *point ici*, quando um ponto ou espaço vago passa a ter significado para o sujeito que o vivencia. É uma busca pela segurança, conecta-o com o local. Pol (1996) afirma que:

As pessoas, individualmente ou de forma coletiva, necessitam identificar territórios como próprios, para construir sua personalidade, estruturar suas cognições e suas relações sociais, e ao mesmo tempo suprir suas necessidades de pertença e de identificação (POL, 1996, p. 50).

O pertencer a um lugar está relacionado a fatores culturais que moldam a identidade dos sujeitos, assim como suas conexões familiares, social e religiosa. Por fim, a construção das violas contribuiu para o vínculo com o lugar. A viola passou a ter um simbolismo, e tornou-se um instrumento para além da disposição de madeiras e cordas.

4.8 AFLUENTES E EFLUENTES, UM RIO DE VIOLAS

No último encontro do projeto foi realizada uma avaliação. A metodologia proposta previa desenhar com TNTs²⁷ uma bacia hidrográfica (Figura 27), na qual os participantes se apresentaram ao redor de um rio simbólico, que representaria o projeto. O seu curso encenaria a trajetória de um ano de trabalho e seus afluentes²⁸ representariam cada um dos participantes, pelo qual discorreram sobre suas reflexões e realizarem a avaliação do projeto. A metodologia apresentaria como resultados principais: a avaliação positiva da execução do projeto e apontaria expectativas de continuidade.

27 TNTs - é uma estrutura plana, flexível e porosa, constituída de véu ou manta de fibras ou filamentos, orientados direcionalmente ou ao acaso, consolidados por processo mecânico (fricção) e/ou químico (adesão) e/ou térmico (coesão) e combinações destes.

28 Afluentes- são os rios e cursos de água menores que deságuam em rios principais.

Figura 27 . Roda de Avaliação do Projeto por meio da metodologia Bacias Hidrográficas



Fonte: Gustavo Filipe, 2018

Para dar andamento à metodologia e definir a continuidade do projeto foi colocado uma pergunta motivadora. A pergunta utilizada foi: “*Para onde irão navegar?*”, já que a utilização do rio como metáfora contribuiu para com a ideia de navegação. Para responder à pergunta colocada na metodologia, foram indicados os lugares possíveis de atuação e de autonomia coletiva entre os agricultores. A fim de colocar em prática os conhecimentos adquiridos, surgiu a possibilidades de criar aulas de viola caipira (Figura 27) no pré-assentamento Elizabeth Teixeira. Foi então organizado um planejamento de aulas de viola quinzenais para o ano de 2019.

Figura 28 . Aula De viola na Escolinha do Pré-assentamento Elizabeth Teixeira, Alunos do Curso de Viola.



Fonte: Autor, 2019.

As políticas que propõem o desenvolvimento rural raramente se preocupam com a manifestação cultural do lugar, por manter, em sua maior parte um caráter técnico agrícola. A eventualidade da atenção das políticas com o aspecto cultural favorece a diminuição das manifestações culturais nos espaços rurais, lócus de onde é realizada boa parte das práticas musicais da cultura caipira com a viola, ainda que ocorram em escala cada vez mais diminuta no interior dos estados. As manifestações culturais estão adaptadas e acontecem também na realidade urbana como as folias de reis, as danças de São Gonçalo, e o cururu. Conforme Pessoa, 2007, referindo-se à realidade das folias de reis, e que vale para os demais folguedos, guardadas as devidas proporções:

O êxodo rural ocorrido nas décadas de 1960 a 1980, no Brasil, provocou um significativo deslocamento dessa prática, que saiu de uma localização predominantemente rural para uma localização que hoje já se pode majoritariamente urbana (PESSOA, 2007, p. 70).

Os moradores das comunidades rurais tornam-se guardiões das manifestações lúdico-religiosas do lugar, de uma forma ou de outra, ligados a elas através da música de raiz. Mesmo que largamente difundida no espaço urbano pelo disco ou pelo rádio, a transmissão de conhecimento da viola manteve, até o início do processo de escolarização, os traços de uma sociedade tipicamente de cultura oral. De acordo com Pierre Lévy, nesses tipos de sociedades, *“a música é recebida por audição direta, difundida por imitação, e evolui por reinvenção de temas e de gêneros imemoriais”* (LÉVY, 1999, p. 139).

O processo de ensino aprendizagem criado como continuidade do projeto, torna-se importante, pois o aprendizado ocorre com o instrumento que construíram e ativaram as suas memórias afetivas.

A memória permite que os indivíduos se lembrem de eventos do passado. Assim como os indivíduos, as sociedades têm uma memória coletiva, uma memória social. Em ambos os casos, a capacidade de lembrar é fundamental porque ajuda a compreender o presente e, portanto, fornece elementos para o planejamento do futuro, bem como serve para reconstruir eventos semelhantes que ocorreram anteriormente e até mesmo eventos inesperados (TOLEDO, 2015, p 23).

Portanto, há no instrumento um processo de valorização da memória afetiva e do trabalho coletivo que influencia o aprendizado musical. Todo o processo, com a construção das violas e as aulas, demonstrou que os participantes saíram fortalecidos com os aprendizados. A construção das violas foi fundamental para estimular o surgimento e disseminação da cultura caipira no pré-assentamento e, mais que isso, pode servir de exemplo, de referência por meio das práticas educadoras nela realizada, para, enfim, poder ser vista como um espaço educador cultural.

4.9 O RURAL COMO ESPAÇO DE REENCONTRO COM A NATUREZA

A natureza modifica-se de diferentes formas nos vários tipos de território. Essa possibilidade de adaptação, quando recai sobre o rural, fomenta nas pessoas a

opção de reconstrução de diversos projetos de vida. Surgem nestes grupos os neorrurais, que tem sua origem no meio urbano (KARAN, 2002; PINHEIRO, 2004).

O espaço rural vem sendo ocupado por novas populações, alguns conhecidos como neorrurais, ou por fazendeiros que fabricam uma agricultura “alternativa” ao processo agrícola do agronegócio monocultural. O surgimento dessas populações revelou uma escolha visando mudança de atividades e modos de vida que foram profundamente influenciados pelo processo de modernização. Essa população em geral refuta o desenvolvimento proposto e descobre métodos para modificar suas vidas no campo, em certas práticas, preservando a natureza e, simultaneamente, redefinindo suas próprias subjetividades. Em alguns casos, tornam-se militantes de movimentos sociais ambientalistas (BALASTRINI, 2002). Esta neo-vivência com a natureza busca construir novas formas de interação com o meio ambiente, mas em alguns casos não contrariam os formatos hegemônicos de produção e organização. Silva (2001) questiona a atuação dos neorrurais, já que muitos pertencem à classe média e reproduzem a organização capitalista do trabalho baseada na exploração dos trabalhadores.

Mas há também a emergência de um novo rural, composto tanto pelo agribusiness quanto por novos sujeitos sociais: alguns neo-rurais, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas (criação de escargot, plantas e animais exóticos etc.); moradores de condomínios rurais de alto padrão; loteamentos clandestinos que abrigam muitos empregados domésticos e aposentados, que não conseguem sobreviver na cidade com o salário mínimo que recebem; milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas [...] (SILVA, 2001).

Os estudos apontam que à atuação das populações neorrurais exigem ser compreendidas e pesquisadas, com vistas à construção de políticas públicas que vão de encontro a questões socioeconômicas e ambientais. Por outro lado, há práticas rurais realizadas por novas ocupações que favorecem a relação com a natureza e são orientadas pelo bom manejo de seus recursos e evitam agroquímicos. Por fim, partes dos neorrurais procuram conciliar o saber tradicional já existente no campo com os conhecimentos desenvolvidos pelo processo de modernização agrícola atrelado às mudanças de paradigmas da sociedade.

Esta nova frente de ocupação que busca unir a natureza e a vida apresenta como característica principal a preservação do meio ambiente como um de seus princípios e práticas de se fixar no lugar. Esse modo de unir a habitação rural com a natureza constrói tipos de relações sociais que desencadeiam experiências que extrapolam as comunidades rurais, como a criação de cooperativas e feiras e novas redes de comercialização. Isto permite ao habitante do rural uma comunicação com os diferentes componentes que a comunidade e a natureza do rural oferecem. Nessa reconstrução da natureza e das relações sociais, pode-se surgir uma junção de processos e métodos que fomentem a propagação da vida, tanto biodiversa quanto humana. Os povos tradicionais representam na reconstrução da natureza e das relações sociais o papel conservacionista e de profundo conhecedores da dinâmica da biodiversidade. Para Pelegrini (2006), a saída para dilemas está no investimento de pesquisas que tratam da revitalização da natureza atrelada à conservação da pluralidade cultural.

As singularidades relacionais entre as culturas e o meio ambiente definem, conforme os fundamentos da geografia cultural, os traços da própria paisagem e a distinguem de outros espaços, determinando o seu *geni'us loci*, ou seja, a "alma do lugar". Nesse âmbito, torna-se possível apreender por que Augustin Berque afirma que a "paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização" e, ao mesmo tempo, "participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação — ou seja, da cultura — que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza" (PELEGRINI, 2006).

O aspecto cultural, segundo a autora, é um elemento fundamental como papel de elo entre a natureza e a sociedade. No rural essa união se revela em suas festas culturais e manifestações religiosas, a presença da comunidade (pessoas) e de fatores da biodiversidade (floresta, lavoura, recursos hídricos etc.). Sem a existência das manifestações religiosas e da natureza dificilmente não acontece. Portanto, a realização das manifestações culturais é o motivo que muitas comunidades tradicionais ou não mantêm o seu convívio social e a preservação dos recursos naturais.

Nos anos 90, inicia-se um reconhecimento maior sobre os temas culturais e ambientais e passam a transformar-se em instrumento poderoso de preservação, autonomia e soberania das identidades culturais e de agricultores. Todavia, para

aqueles que se dedicam à proteção dos recursos naturais e se esforçam na luta de construir meios eficazes de valorizar o patrimônio cultural e ambiental do território rural, apostam na união da sociedade com o meio ambiente. As pesquisas sobre o rural e a natureza precisam considerar as inter-relações da biodiversidade com o meio social, incluir as pesquisas interdisciplinares, o papel dos diversos atores envolvidos e as suas formas de organizações, para que possam avançar em para a melhoria do desenvolvimento sócio cultural e ambiental do rural.

No Brasil, a transição da população rural para o meio urbano converge com um movimento que agravou os impactos sobre o meio ambiente, pois com a mudança acompanhou-se o processo de industrialização. Por consequência, mostra que a necessidade de voltar ao rural elucida uma nova projeção do rural com o meio ambiente preservado e uma mudança de paradigmas baseados em valores mais socioambientais do que instituído no aspecto econômico. Por fim, é notável que haja uma ocupação do rural em prol da natureza, já que é observado que as comunidades agrícolas estão buscando revitalizar o aspecto biodiverso do local juntamente com as tradições culturais que herdaram (TOLEDO, 2015). Sinais dessa repercussão começam a ser visíveis e se tornam práticas que influenciam outros modos de habitar o rural. E mostram que é possível alinhar a natureza com a vida no campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável o papel da natureza no rural, já que é constatado que as comunidades rurais buscam de sua maneira revitalizar o seu aspecto biodiverso juntamente com as tradições culturais que herdaram. E demonstram que é possível alinhar a natureza com a vida no campo. A relação da natureza com as comunidades tradicionais, como benzedeiros, parteiras, artesãos e músicos regionais, entre outros, pode ser percebida em suas formas de vida, nos seus objetos, escritos e cantos em que grande parte possui trabalhos acompanhados ao som da viola. Portanto da perspectiva ambiental, a agrobiodiversidade oferece sustentação as práticas culturais, uma vez que, em circunstâncias de influência perturbadora ou mudança ambiental, sustentam a estrutura que é mantida por certas espécies, enquanto ambientes que não são biodiversos não apresentam condições de superar a sadia do distúrbio no ambiente (YACHI E LOREAU, 1999). Todavia, em uma circunstância de influência perturbadora, a biodiversidade garante que não haja diminuição no funcionamento de ambientes e agroecossistemas, ou seja, garante a existência de vida e suas manifestações culturais.

Ao discutir uma nova abordagem do rural habitado, as comunidades rurais, algumas reconhecidas como caipiras, constroem uma sobrevivência relativamente autônoma. Desde seus processos produtivos, como estratégias econômicas, contrapondo o sistema hegemônico do capital, cria um novo horizonte de sobrevivência no campo, por meio da contestação social, cultural, política, tecnológica e ambiental. Como nos apresenta Norder (2006),

Com esse conjunto de novos temas e novas abordagens, a questão agrária passa a incorporar dimensões, conceitos e informações que não estavam inscritas nos principais paradigmas vigentes até os momentos finais do século XX. Abre-se com uma ampla agenda política e científica, que vem resultando em processos de contestação social, política, tecnológica e ambiental que se traduzem em um heterogêneo conjunto de práticas voltadas para a reconstituição do trabalho rural e dos recursos naturais. Nesta agenda de pesquisa, as diferentes abordagens “estruturalistas” (tanto marxianas e leninistas como as da teoria da modernização) são refutadas conceitualmente e por um variado elenco de experiências de organização social em curso que ressaltam a importância da criatividade na contestação política e das formas pulverizadas de resistência local (NORDER, 2006).

A cultura caipira, como elemento cultural do rural, permeou os ambientes urbanos e rurais através de suas músicas. O contar causos, apresentar histórias e memórias, adquirir e repassar conhecimentos por meio da oralidade aponta, como uma das formas do caipira afirmar-se no território. O caipira (re) envolve culturalmente a uma nova multifuncionalidade, e repensam outros modelos de habitar os territórios.

A variedade de temas existentes no rural inseriu sobre a pesquisa uma complexidade, que a tornou crítica sobre algumas propostas do desenvolvimento rural e também contribuiu para melhor interpretar e inter-relacionar com os dados referentes à manifestação cultural. Uma das questões problematizadoras da multifuncionalidade ainda é, sob a perspectiva de que a melhoria do rural concentra na integração das atividades agrícolas numa estratégia de aumentar o seu capital financeiro. Portanto, a multifuncionalidade não pode ser apenas relacionada a questões de mercado, mas como uma ferramenta para analisar estruturas com diferentes divisões da economia, da sociedade, dos recursos naturais e da cultura, além de contribuir diretamente com um modo de transformação territorial que fomenta um desenvolvimento rural mais justo.

O rural habitado é hoje um desafio para o desenvolvimento rural, já que boa parte do rural se encontra atrelado a processos de agricultura monocultural que gera impactos ambientais e sociais. Isso o coloca como uma forma de assegurar as condições ambientais e socioculturais do território. A habitação do rural promove nas festas simbólicas as interações da comunidade com o lugar e fazem com que configurem e moldem os territórios de forma a contribuir para manter as pessoas habitando o lugar.

Já com relação ao projeto de extensão, o mesmo não favoreceu uma imersão de longos períodos junto aos agricultores ou a residência, prática indicada para a metodologia da observação participante. Havia no projeto uma agenda, com datas pré-determinadas para os encontros e, dessa forma, a metodologia ficou limitada a estas ocasiões. Os primeiros encontros serviram para conhecer os participantes, captar suas características e estabelecer formas de aproximação. Porém, foi percebido que três motivos principais impactaram a participação dos agricultores no projeto: o interesse pelo aprendizado de lutheria; a convivência social e o gosto pela música caipira.

Tendo em vista o caráter extensionista do projeto e da evolução do processo de construção das violas, as coletas de informações levaram a classificar os dados sobre os participantes e sobre o território, como mostra a Figura 24. O estudo da construção da viola sob a perspectiva do (re) envolvimento rural apontou para uma ideia de compreensão da configuração do território. Ele é construído, cada vez mais, com a multifuncionalidade de suas comunidades. Este arranjo é interpretado por Santos, 1996, como uma configuração territorial definida historicamente por um conjunto de lugares com uma constituição material.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima (SANTOS, 1996, p.51).

A partir dos dados sobre os participantes e os territórios, são apresentadas na Figura 29 recomendações que podem contribuir para o pensamento e discussão do (re) envolvimento rural. Resultaram em condições que cabem aos indivíduos e ao território. Preferiu-se utilizar a palavra (re) envolvimento no lugar de desenvolvimento, pois no debate sobre Desenvolvimento Rural a dimensão cultural é colocada de forma não relevante. Apesar das transformações no ambiente rural, a cultura tem a capacidade de permanecer e modificar-se com o território, através da transmissão de gerações para gerações em forma de tradição e memória coletiva. É significativo ressaltar que a cultura é um elemento social para com o território, é um fator de envolvimento com o mesmo.

Os dados permitiu compreender que o que integra o indivíduo ao território é a forma de como está relacionada aos aspectos da natureza, da cultura, a linguagem, o Local e suas práxis. Elas “afinam” os modos de vida e percepção do mundo. Na figura 29 está uma representação da viola, pela qual os elementos natureza, práxis, cultura, linguagem e lócus se encontram nas cravelhas (tarraxas) da viola, item que dá a afinação ao instrumento. Com a intenção análoga ao mecanismo da afinação, da qual orienta como princípio a formação dos indivíduos e do território. Já os outros dados como *sentimento de pertencimento e reconhecer e fortalecer o local que*

habitam é resultado de uma identidade territorial e social, vinculada à memória afetiva dos participantes sobre o lugar. Pol (1996, p. 54) pondera que o desenvolvimento rural deve fomentar a construção da identidade social de uma comunidade, que é um procedimento de vertebração social, que dá sustentação a esse grupo ou comunidade e que pode ser produzido a partir de mecanismos de coesão ou identificação – e explicita que em comunidades rurais, sem caráter urbanístico, mostra-se claramente como a identidade social é formada sobre processos de coesão. Já em comunidades rurais que possuem características urbanas estruturadas, e destacadas, com uma apreciação social positiva, ganha peso a identificação.

Figura 29 . Desenho da viola com as recomendação para o (Re)envolvimento rural



Elaboração: Autor (2019)

É importante ressaltar que os dados levantados foram importantes para poder compreender de forma mais concreta os fenômenos de interações entre os aspectos culturais com o território, além de gerarem vivências para um grupo de moradores

que partilham diferentes experiências no cotidiano do rural. Os dados levantados foram resultado de uma prática que gerou histórias vivenciadas por um grupo coeso de moradores que partilham diferentes experiências no cotidiano do rural. Para Halbwachs (1990), tais histórias seriam mais propriamente chamadas de memória coletiva, posto que, de alguma forma, ainda vivem na consciência do grupo. Alguns aspectos poderiam ser aprofundados com outras pesquisas, como por exemplo: pesquisar as festas e símbolos como expressões da identidade e influência no desenvolvimento rural. O estudo sobre qualidade de vida que as manifestações culturais podem trazer ao espaço do rural.

A harmonia dos moradores durante a construção das violas foi fundamental para superar a precariedade da infraestrutura do território. Os participantes do projeto foram importantes atores do território, já que, apresentam sobre eles uma potencialidade de transformar o lugar onde habitam. Isto demonstrou que o poder de resiliência é importante para a transformação do território. Por fim o (re)envolvimento rural passa a ser um processo contendo diversos fatores que competem aos indivíduos e ao território transforma-lo, estes equipados principalmente pelos elementos da natureza e sua biodiversidade e pelo seu aspecto cultural local.

6 LITERATURAS CITADAS

ALMEIDA, R. S. Repensando a questão do habitat no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 4, p.105-118, out./ dez. 1995.

ALTIERI, M. The ecological role of biodiversity in agroecosystems. **Agriculture, Ecosystems and Environment**. Vol. 74. 1999.

AVANÇADAS. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, 2000.

BALESTRIN, N. L. **Associação de Agricultura Orgânica do Paraná: uma proposta em (re) construção**. Curitiba, 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia das Organizações) - Universidade Federal do Paraná

BAPTISTA DA COSTA, M. B. **Análise da sustentabilidade da agricultura da Região Metropolitana de Curitiba pela ótica da agroecologia**. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado em Meio ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

BAPTISTA, F. O. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta, 2001. 207 p.

_____. *Agriculturas e territórios*. Oeiras, Portugal: Celta, 2001. 207 p.

BARBOSA R., J. “O canto e dança selvícola”, **Revista Brasileira**, R.J. IX, 1881. p. 32-60.

BARISON, O. L. **O inconsciente da moda: psicanálise e cultura caipira**. *Psicologia USP*, v. 10, n. 1, p. 281-295, 1999.

BARRETO, J. N; **Implantação de infraestrutura habitacional em comunidades tradicionais: o caso da comunidade quilombola Kalunga**. Brasília, 2006. págs.107.

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. São Paulo, 2012.

BONNAL, P; MALUF, R. Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil. In: IICA – INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (Org.) **Brasil rural em debate**. Brasília: Nead, 2007.

BRANDÃO, C. R. Comunidades aprendentes. In: FERRARO, L. A., **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Luiz Antonio Ferraro Jr. (Org.). Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 85-92.

BRESCIA, R. M. Um francês na Bahia a princípios do século XVIII: as impressões de La Barbinais das festas de Natal no Convento de Santa Clara de Salvador e de São Gonçalo do Amarante, representadas por François le Roux Durant. **International RIdIM Conference & 1o Congresso Brasileiro de Iconografia Musical**. Brasil, 2002.

CÂMARA CASCUDO, L, **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Editora Global, 2001.

_____ ; **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Itatiaia/Edusp. 1988.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 1964. 239 p.

_____. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 7ª ed., 1987.

CANUTO, A; L. C. R. S.; SANTOS, P. C. M., **Conflitos no Campo Brasil 2019**. Ed: CPT. Goiânia, 2019.

CARNEIRO, M. J; MALUF, R. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Nead/UFRJ, 2003.

CARDIM. F; **Tratados da terra e gente do Brasil: introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano De Abreu E Rodolpho Oarcia**. Editora J. Leite & Cia, Rio de Janeiro, 1925.

CASSIANO, C. M; **Memórias itinerantes: um estudo sobre a recriação das folias de reis em Campinas**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Múltiplos Meios do Instituto de Artes da UNICAMP. São Paulo, 1999.

CASTELLS, M. A Era da Informação: Economia, Sociedade Cultura, v.I: **A Sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

- CAZELLA, A. A; Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. ***Política & Sociedade***, v. 15, p. 49, 14 mar. 2017.
- CHAPIN, III, F. S., ZAVALETA, E. S., EVINER, V. T., NAYLOR, R. L., VITOUSEK, P. M., REYNOLDS, H. L., HOOPER, D. U, LAVOREL, S., SALAI, O. E, HOBBIE, S. E, MACK, M. C. e DÍAZ, S. Consequences of changing biodiversity. ***Nature***. Vol. 405. 2000.
- CHIANCA, L. Devoção e diversão: Expressões contemporâneas de festas e santos católicos. ***Revista Antropológicas***, ano 11, volume 18(2): 49-74 2007.
- COMISSÃO PASTOTAL DA TERRA. **CPT**, 2020. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/>> acessado em 17 de junho de 2020.
- CORDOVA, V. S; **Casa, Mundo, Quintal: Ser arquitetura da Arquitetura no Modo De Vida Caipira**. Campinas: PUC-Campinas, 2018. Pág. 319.
- CORRÊA, R. ***A arte de pontear viola***, 2a ed., Brasília: Viola Corrêa, 259 p. 2002.
- DAILY, C. G., ALEXANDER, S., EHRLICH, P. R., GOULDER, L., LUBCHENCO, J, MATSON, P. A., MOONEY, H. A., POSTEL, S., SCHNEIDER, S. H., TILMAN, D. e WOODWELL, G. M. Ecosystem services: benefits supplied to human societies by natural ecosystems. Issues in ecology. ***Ecological Society of America***, n2. 1997
- DANTAS, B. G. ***Dança de São Gonçalo***, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura do Departamento de Assuntos Culturais da Fundação Nacional de Artes, Cadernos de Folclore, n. 14, 1976.
- DERRUAU, M. ***Tratado de geografia humana***. 5. ed. Barcelona: Vicens Vives, 1970. 681p.
- DIAS, S. S. A. **O processo de escolarização da viola caipira: novos violeiros (in) ventano modas e identidades**. Humanitas/FAPESP. São Paulo, 316 p. 2010.
- DIEGUES, A. C.(ORG) ARRUDA, R. S. V; SILVA, V. C. F. FIGOLS, F. A. B; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no brasil**. Brasília: [s.n.]. V.1. 200- 231p. NUPAUB- USP. Probio MMA - CNPQ. São Paulo, 1999.

Diegues, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Núcleo De Apoio à Pesquisa sobre Populações humanas e Áreas Úmidas Brasileiras USP, 1994.163p; DUVIGNAUD, J. Fêtes et civilisations. Arles: Actes Sud, 1991.

ETXEZARRETA, M. et al. **La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias**. Madrid: MAPA, 1995.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. FAPESP. Tese de Doutorado em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERNANDES, Bernardo M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Elaine T.; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato: territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FROUWS, Jaap. "The Contested Redefinition of the Countryside. An Analysis of Rural Discourses in The Netherlands". **Sociologia Ruralis**, vol. 38, n. 1, 1998, pp. 54-68.

FUNASA – **Fundação Nacional de Saúde**. Saneamento rural. Disponível em:<>. Acesso em Abril de 2020.

GAVIOLI, Felipe R.; COSTA, Manoel B. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 2, Brasília: RESR, 2011.

GAYATTO, M. L. C. Abertura do seminário. **O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon-Rivière**. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 11- 13.

GHIRARDELLO, N. **A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 265 p.

GIDDENS, Anthony. **Para Além da Esquerda e à Direita**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GIVORD, Doriane. **Defender o modelo rural e agrícola europeu na OMC**. Observatório Europeu Leader, 2001.

GLIESSMAN, S. R. Agroecology and agroecosystems. In Rickerl, D. e Francis, C. (Eds). **Agroecosystems Analysis**. Agronomy Monograph No. 43. 2004.

_____. **Agroecologia: Processos ecológicos em Agricultura Sustentável.** 1a ed. UFRGS. Porto Alegre, 1995, 653p.

GÓIS, C. W. L. *Psicologia comunitária – atividade e consciência.* Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais. 2005.

_____. **Saúde comunitária: pensar e fazer.** São Paulo: Hucitec, 2008.

GUBER, R. **Una breve historia del trabajo de campo etnográfico.** In: GUBER, R. (Org.) *La etnografía: Método, campo y reflexividad.* Bogotá: Grupo Editorial, Norma. Cap. 1 - Una breve historia del trabajo de campo etnográfico, p. 23-40. 2001.

GUO, H. e PADOCH, C. 1995. Patterns and management of agroforestry systems in Yunnan. An approach to upland rural development. **Global Environmental Change.** v.5, n. 4, pp. 273-279.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice. 1990.

HERVIEU, B. **Los campos del futuro.** Madrid: Ed. MAPA, 1997.

HOOPER, D. U., CHAPIN, III, F. S., EWEL, J. J, HECTOR, A., INCHAUSTI, P., LAVOREL, S. J, LAWTON, H., LODGE, D. M., LOREAU, M., NAEEM, S., SCHMID, B., SETALA, H. A., SYMSTAD, J, VANDERMEER, J, WARDLE, D. A. 2005. **Effects of biodiversity on ecosystem functioning: a consensus of current knowledge.** Ecological Monographs. 75(1), pp. 3–35.

HOOPER, U, HUSTON, M. A., RAFFAELLI, D., SCHMID, B., TILMAN, D., WARDLE, D. A. 2001. **Biodiversity and Ecosystem Functioning: Current Knowledge and Future Challenges.** *Science.* V. 294, p.~804.

IBGE – **Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística,** 2017. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores. Rio de Janeiro. 2001.

KARAN, Karen. **Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade na região metropolitana de Curitiba.** Curitiba, 2001. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

LAGARES, M.G; ALMEIDA, M. G; A Conformação Dos Territórios Festivos Rurais E Os Significados Do Calendário Agrícola De Produção. **Revista Geografares,** Nº 7, P 23- 34. 2009

LEITE, Sérgio (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, J. O. P. Festa e Religiosidade. **Rev. Vivência**, v.13, p.31-38. , Natal jan./jun. 1999.

LIMA, A. Agricultura a tempo parcial e multifuncionalidade do rural: novas perspectivas para o desenvolvimento rural. **Congresso de Estudos Rurais, Faro, Universidade do Algarve**, n. October, p. 1–3, 2008.

_____. **Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade do Rural: Novas Perspectivas para o Desenvolvimento Rural**. Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007.

_____. **Agricultura a tempo parcial e multifuncionalidade do rural: novas perspectivas para o desenvolvimento rural**. Actas do *III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*, Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007.

LIU, J, DIETZ, T., CARPENTER, S. R., ALBERTI, M., FOLKE, C., MORAN, E, PELL, A. N., DEADMAN, P., KRATZ, T., LUBCHENCO, J, OSTROM, E, OUYANG, Z, PROVENCHER, W, REDMAN, C. L., SCHNEIDER, S. H., 144 TAYLOR, W. W. Complexity of Coupled Human and Natural Systems. **Science**. Vol. 317, 2007.

LONG, C., LI, H., OUYANG, Z, YANG, X, LI, Q. e TRANGMAR, B. 2003. Strategies for agrobiodiversity conservation and promotion: a case from Yunnan, China. **Biodiversity and Conservation**. N.12, pp.1145–1156. 2003.

LOREAU, M., NAEEM, S., INCHAUSTI, P., BENGTSSON, J, GRIME, J. P., HECTOR, A. D., MOONEN, A. e BÀRBERI, P. Functional biodiversity: An agroecosystem approach. *Agriculture, Ecosystems and Environment*. **Rev. Agriculture, Ecosystems & Environment** Volume 127, Agosto 2008, Pag 7-21.

MARIANO, N.F; **Tem Festa Caipira Na Metrópole De São Paulo**, Unpublished manuscript, São Paulo, 2009.

MARIANO, N.F; Nas rimas do cururu do Médio Tietê (SP), **Revista Para Onde**, Volume 6, Número 2, p. 155-162 jul./dez. 2012.

MALAQUIAS, D. R. **O pagode de viola de Tião Carreiro: configurações estilísticas, importância e influências no universo da música violeirística**

brasileira. Dissertação (Mestrado), Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

MALUF, R. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, Sérgio (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

_____. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: MOREIRA, Roberto J. **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MATAREZI, J. **Estruturas e espaços educadores: quando estruturas e espaços se tornam educadores.** In: FERRARO, L. A. (Org.) *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores.* Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, pp. 161-173. 2005.

MATAREZI, J. TRILHA da vida: (re) descobrindo a natureza com os sentidos. **Ambiente & Educação**, v. 5/6, p. 55-67, 2000/2001.

MIGUEL, L. A. **Formation, évolution et transformation d'un, système agraire dans le sud du Brésil (Littoral nord de L'Etat d'une Paraná): une paysannerie face à une politique de protection de l'environnement: "Chronique d'une mort annoncée?"**. Tese de Doutorado, INA-PG, Paris, 1997, 313 p.

MIRANDA, D. L. R.; MARTINS, P.; As Políticas Públicas Na Conjuntura Do Desenvolvimento Rural E Manutenção Da Agricultura Familiar: Paradigmas, Desafios E Controvérsias **Revista. Bras. Planej. Desenv**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 69-83, jul./dez. 2015.

MOLES, A., & ROHMER, E. **Psychosociologie de l'espace.** Paris: L'Harmattan, 1998.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

NEWBY, H. The Sociology of Agriculture: Toward a New Rural Sociology. **Annual Review of Sociology.** 1983 9:1, 67-81.

NEWBY, H. **The Sociology of agriculture: toward a new rural Sociology.** *Annual Review of Sociology.* 1983 9:1, 67-81.

NORDER, L. A. C. Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. v1, p. 107–120, 2006.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, **Produtor do RS economizaria R\$ 5,71 de frete por saco de soja com logística eficiente baseada em hidrovias**. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/logistica/153282-produtor-do-rs-economizaria-571-de-frete-por-saco-de-soja-com-logistica-eficiente-baseada-emhidrovias.html###.WUbe72xK02x>>. Acesso em: 25 de abril de 2020.

OLIVEIRA, C. D. M. de. **Geografia do Turismo na Cultura Carnavalesca**. São Paulo: Paulistana, 2007.

OLIVEIRA, W. C; **Cantiga de Brão: O mutirão de trabalho em São Luiz do Paraitinga**. Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos. Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação - CELACC/ECA-USP, 2013.

OLIVEIRA, E. Agricultura familiar e sua identidade cultural no espaço rural , **Revista Ciências Humanas - Unitaú** • Volume 7, nº 2, p. 173-188, jul-dez/ 2014.

PELEGRINI, S C. A.. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, v. 26, p. 115–140, 2006.

PEREIRA SILVA, S. **A Agricultura Familiar E Suas Múltiplas Interações Com O Território: Uma Análise De Suas Características Multifuncionais E Pluriativas**. 46 pag., 2015.

PESSOA, J. M.. **Mestres de caixa e viola**. *Cadernos do Centro de Estudos Educação e Sociedade*. Vol.27, nº.71, p. 63-83. Abr. 2007,

PINHEIRO, Gustavo Silveira Rosa. **Agricultores familiares e projeto agroecológico de vida**. Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná.

PINTO, J. P. A. **A viola caipira de Tião Carreiro**. 371 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, 2008.

PLOEG, Jan D. Van der. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, Sergio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

PLOEG, Jan. Douwe Van Der et al. **Rural development: from practices and policies towards theory**. Sociologia Ruralis, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.

POL, E. **La apropiación del espacio**. Em L. Íñiguez & E. Pol (Orgs.), *Cognición, representación y apropiación del espacio*. Colección Monografías Psico-Socio-Ambientales, Vol. 9, pp. 45-62). Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona. 1996.

PORTO-GONÇALVES, C. W; A geográficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina; **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - seção três lagoas-MS**, V 1 - n. 3, Maio de 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W; **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUALSET, C. O, McGuire, P. E. E Warburton, M. L. 1995. Agrobiodiversity: key to agricultural productivity. **California Agriculture**. V.49, No. 6, pp. 45-49.

QUIJANO, A. **“Bien vivir”**: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. , p. 11, 2011.

RESTREPO, E. **Etnografía: alcances, técnicas y éticas**. Bogotá: Envión. 2016.

RIBEIRO, A. I. M.; PONCIANO, J. K. O discurso patriarcal através da música popular brasileira: uma análise das canções misóginas do século XX. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, vol. 4 p. 9–24, 2018.

RIBEIRO, H; Rotas da fé: Festas Juninas. **Rev. Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 2, N° 3. 2002

RODRIGUES, D. DE G; **Políticas Econômico-sociais Desigualdades Sociais: Causas E Consequências**. Ec 1. Rio de Janeiro, Ipea, 2015.

RODRÍGUEZ, Melania P. **Gestão social do território: experiências no estado do Maranhão**. Brasília: IICA, 2005.

SACCO DOS ANJOS, F. C. N. Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado | **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**. Vol.5. Nr 1. p. 23, 2012.

SACHS, I. **Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do Desenvolvimento.** *Organizações & Sociedade*, v.12,- n.33, p.151-165,. 2005.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Metamorfoses Do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHINDLER, D. W, SCHLESINGER, W. H., TILMAN, D. G. 1997. Human Alteration of the Global Nitrogen Cycle: Sources and Consequences. **Ecological Applications**, Vol. 7, No. 3, pp. 737-750.

SCHMIDT, C. B. **O milho e o monjolo: aspectos da civilização do milho. Técnicas, utensílios e maquinaria tradicionais.** Documento da vida rural, no 20. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, 1967. 250p.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº3. p. 511-31, jul./set. 2010.

SILVA, J.G; Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Rev. Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

SILVA, S. P. Território e estruturas de mercado para produtos tradicionais: o caso da produção familiar de cachaça no território Alto Rio Pardo (MG). **Revista Isegoria**, n. 2, 2012.

SILVA, S.P. **A Agricultura Familiar E Suas Múltiplas Interações Com O Território: Uma Análise De Suas Características Multifuncionais E Pluriativas.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA. - Brasília: Rio de Janeiro, 2015.

SILVEIRA, E. R; **A Performance Do Palhaço De Folia De Reis: O Corpo Ritualizado.** Cadernos Virtuais De Pesquisa Em Artes Cênicas, São Paulo, 2007.

SLE - Seminar für Ländliche Entwicklung; **Contribuição da Construção de Estradas Rurais na Redução da Pobreza**; Centro de Formação Avançada em Desenvolvimento Rural; Beira/Berlim, 2006. 153 p.

SOARES, Adriano Campolina. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: ACTIONAID BRASIL. **Comércio internacional, segurança alimentar e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2001.

SOUZA, Emanuel F. M.; SILVA, Marcio G.; SILVA, Sandro Pereira. A cadeia produtiva da mandiocultura no Vale do Jequitinhonha (MG): aspectos sócio-produtivos e geração de renda para a agricultura familiar. **Revista Isegoria**, n. 02, 2012.

TAUBKIN, Myriam. **Violeiros do Brasil**. São Paulo: Ed. Myriam Taubkin, 2008.

TINHORÃO, J. R. **As Festas No Brasil Colonial**. São Paulo: Editora 34, 2000.

TILMAN, D. 2000. Causes, consequences and ethics of biodiversity. **Nature**. vol. 405.

TOLEDO, V. M. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. / Victor M. Toledo; Narciso Barrera Bassols; tradução {de} Rosa L. peralta. - 1 ed.- São Pauo: Expressão Popular, 2015.

TÖNNIES, F. **Comunidad y sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1947.

TÖNNIES, F. **Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais**. In: FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. p. 96-116. 1973.

TONINI, R.T. **Agrobiodiversidade e quintais agroflorestais como estratégias de autonomia em assentamento rural**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-graduação em Agroecologia, para obtenção do título de mestre. Viçosa Minas Gerais – Brasil 2013

TRAJBER, R.; SATO, M. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas Comunidades. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Vol. Especial, set. 2010.

VEIGA, J. E. Fundamentos do Agro-reformismo. **Rev. Lua Nova** no. 23 São Paulo Mar. 1991

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, p. 51–67, 2004.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

YACHI, S. e LOREAU, M. 1999. Biodiversity and ecosystem productivity in a fluctuating environment: The insurance hypothesis. **Proc. Natl. Acad. Sci. USA**. Vol. 96, pp. 1463–1468.

ANEXO

Segue abaixo os episódios em vídeos, registrados durante o projeto de extensão comunitária que cominou nesta dissertação.

Viola Caipira Construindo nossa história coletivamente Episodio – 01

Link: <https://youtu.be/LvQEJDVBFzU>

O que é ser caipira? Foi nos dada uma imagem estereotipada e construída aos olhos dos outros, mas será que essa imagem condiz com a realidade? Em questão de identidade, somos representados, mas dificilmente descritos e é necessário nos descrever, narrar nossas histórias, para construirmos a imagem que queremos ter da nossa identidade. Essa é a proposta do projeto de extensão comunitária da Unicamp de construção de viola caipira no Assentamento Elizabeth Teixeira: usar a viola como ferramenta para refletir sobre a cultura caipira, em um espaço marcado pela resistência e luta, assim como é marcada a história do caipira. O Caipira Lab, registrou os encontros desse projeto que conversa diretamente com nossa proposta, em forma de mini série (CAIPIRA LAB, 2018).

Viola Caipira Construindo nossa história coletivamente Episodio – 02

Link: <https://youtu.be/NUmYtpd23ZY>

O segundo episódio do projeto de construção de viola caipira no Acampamento Elizabeth Teixeira, mistura passado e presente. Capturamos imagens do primeiro encontro prático, que deu início à construção das violas, e proseamos com uma das moradoras do assentamento, Clarice dos Santos. Através de seu relato, temos uma contextualização do passado do Elizabeth e as perspectivas para o presente (CAIPIRA LAB, 2018).

Viola Caipira Construindo nossa história coletivamente Episodio – 03

Link: <https://youtu.be/rc3WRuMEtGo>

Como parte da programação da Semana da Cultura Caipira, a Orquestra Sinfônica de Limeira, junto ao violeiro Ivan Vilela, apresentaram um concerto realizado no dia 26 de abril, no Teatro Vitória em Limeira - SP. Ivan é também pesquisador da música caipira e da viola além de professor no departamento de

música da USP. Os clássicos da música caipira tocados, como "Tristeza do Jeca", "Saudades da minha terra" e "O menino da porteira", emocionaram o público, talvez, por mexer nas memórias que constituem tão particularmente nossa identidade caipira. Confiram todas as fotos aqui - <https://bit.ly/2rmAWqH> . O concerto foi ainda mais especial por contar com a presença dos participantes do projeto de construção de viola caipira no Assentamento Elizabeth Teixeira. Doze dos moradores do assentamento puderam vivenciar a cultura caipira de outra perspectiva: a de valorização (CAIPIRA LAB, 2018).

Viola Caipira Construindo nossa história coletivamente Episódio – 04

Link: https://youtu.be/lorhidBez_w

"O que eu penso mais de estar nesse projeto é que eu queria deixar impregnado na alma, na pele, nos olhos, pelo menos de uma pessoa, a inquietação, para que a pessoa não seja resignada". Mais um episódio da nossa minissérie sobre a construção de viola caipira no Elizabeth Teixeira. Dessa vez, o entrevistado, que ajudou a construir coletivamente essa história, foi o artesão e violeiro João Lejambre. João foi convidado a participar do projeto para ensinar como construir violas com materiais e ferramentas que estão ao alcance e com técnicas vindas da experiência e do sentir, no melhor estilo caipira de "sivirologia". Com toda a poética, o violeiro conta um pouco sua relação com o instrumento, como começou a construí-los e sobre sua participação nas oficinas. (CAIPIRA LAB, 2018).